



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 123 - QUINTA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)¹
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

- Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Humberto Costa - PT	Líder Renan Calheiros - PMDB	Líder Mário Couto - PSDB (8)
.....	Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda
Líder do PT - 13 Humberto Costa	Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros	Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias
Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann (11) Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias	Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner	Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (9) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6)
Líder do PR - 6 Magno Malta	Líder do PP - 5 Francisco Dornelles	Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4)
Vice-Líder do PR Clésio Andrade	Vice-Líder do PP Ana Amélia	Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz	Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim	PTB - 6
Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque	Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão	Líder Gim Argello - PTB
Líder do PSB - 3 Antônio Carlos Valadares	Líder do PV - 1 Paulo Davim	Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
Vice-Líder do PSB Lídice da Mata	Governo	
Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda	Líder Romero Jucá - PMDB	
Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL		

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 126ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE AGOSTO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo aos oradores do Período do Expediente da presente sessão para homenagear a passagem do 25º aniversário de falecimento do educador potiguar Luís da Câmara Cascudo, nos termos do Requerimento nº 241, de 2011, do Senador Paulo Davim e outros Senadores.....

31207

1.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

1.2.3 – Oradores

Senador Paulo Davim

31207

Senador Geovani Borges.....

31209

Senador José Agripino.....

31210

Sra. Rosalba Ciarlini (Governadora do Estado do Rio Grande do Norte)

31214

Sr. Murilo Melo Filho (Representante da Academia Brasileira de Letras).....

31214

Sra. Micarla de Sousa (Prefeita de Natal/RN)

31216

Sr. Diógenes Cunha Lima (Presidente da Academia Norte-Riograndense de Letras)

31217

Sr. João Faustino (ex-Senador da República e Representante da família de Luís da Câmara Cascudo)

31219

1.2.4 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

1.2.5 – Oradores (continuação)

Senador Cyro Miranda (art. 203, do Regimento Interno)

31222

Senador Wilson Santiago (art. 203, do Regimento Interno)

31222

1.2.6 – Suspensão da sessão às 16 horas e 12 minutos e reabertura às 16 horas e 15 minutos

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Devolução ao primeiro signatário de requerimento protocolado visando à instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar supostas irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), por não atender ao requisito regimental de número de assinaturas necessárias para a sua tramitação.....

31224

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Comentários acerca de matéria publicada, na edição do último domingo, no jornal **Folha de S. Paulo**, intitulada “Comando do Exército é alvo de investigação”.

31224

1.2.9 – Comunicações

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. (**Ofício nº 98/2011, de 2 do corrente**).....

31227

Do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de designação dos membros para integrar a Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes. (**Ofício nº 157/2011, de 1º do corrente**)

31227

Da Liderança do PCdoB no Senado Federal, informando a impossibilidade de atender a indicação para participar de diligência da Comissão Temporária de Defesa Civil, junto à Assembleia Legislativa de Pernambuco, no dia 8 próximo. (**Ofício nº 203/2011, de 3 do corrente**)

31228

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 925, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário Antônio Júlio de Jesus Trindade.....

31228

Nº 926, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando apresentação de condolências ao Vereador Acrílio Sena e à sua esposa Sra Selma Almeida, pelo falecimento do filho Dimitri Almeida Sena.....

31228

Nº 927, de 2011, de autoria do Senador Sérgio Petecão, solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes.....

31228

Nº 928, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional.....

31229

1.2.11 – Parecer

Nº 733, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 103, de 2011.....

31229

1.2.12 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 35 e 37, de 2011.....

31232

Lembrança de que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a comemorar os cinco anos da sanção da Lei nº 11.340, de 2006, "Lei Maria da Penha".

31233

1.2.13 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22.....

31233

Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências", para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais.....

31235

Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2011, de autoria do Senador Jayme Campos, que altera o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para inserir, dentre os pressupostos para adoção da medida de internação, a prática do tráfico de drogas ou de crimes hediondos.....

31236

1.2.14 – Mensagens da Presidente da República

Nº 286, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2010 (nº 3.660/2008, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.454, de 2011....

31237

Nº 287, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2010 (nº 4.758/2009, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.455, de 2011....

31237

Nº 288, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2010 (nº 5.164/2009, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.456, de 2011....

31237

Nº 289, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2010 (nº 4.677/2009, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.457, de 2011....

31238

Nº 290, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 2009 (nº 6.901/2006, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.458, de 2011....

31238

Nº 291, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 225, de 2009 (nº 2.902/2004, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.459, de 2011....

31238

Nº 292, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 288, de 2009 (nº 6.328/2005, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.460, de 2011....

31238

Nº 293, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 2009 (nº 944/2007, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.461, de 2011....

31238

1.2.15 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 99, de 2011, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 5.726, de 2011, referente à Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência de irregularidades na gestão do Contrato nº 20/2006 celebrado entre a Fundação Nacional do Índio – Funai – e a empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda. (TC 010.290/2008-8), referente ao Requerimento nº 1.177, de 2007....

31238

1.2.16 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, dia 2 de agosto do corrente, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que fosse apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2011-CN.....

31238

Abertura do prazo para oferecimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2010. (Ofício nº 91/2011, da Comissão de Assuntos Sociais)

31238

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 69, de 2011 (nº 106/2011, na origem), pela qual a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Marcos Borges Duprat Ribeiro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal Democrática do Nepal. (Parecer nº 734, de 2011-CRE).....

31239

1.3.2 – Pronunciamentos

SENADOR GEOVANI BORGES – Entusiasmo com o lançamento, pelo governo federal, da nova política industrial, o Plano Brasil Maior.....

31239

SENADORA MARTA SUPLICY – Comemoração pelo transcurso dos cinco anos de existência da Lei Maria da Penha.....

31240

1.3.3 – Comunicação

Da Liderança do PR no Senado Federal, referente ao desligamento do partido do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal. (Ofício nº 56/2011, de 3 do corrente).....

31241

1.3.4 – ORDEM DO DIA (continuação)		
1.3.5 – Item extrapauta (continuação)		
Mensagem nº 69, de 2011 (nº 106/2011, na origem), pela qual a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. <i>Marcos Borges Duprat Ribeiro</i> , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal Democrática do Nepal. Aprovada. (Votação nominal).....	31243	Lei da Câmara nº 30, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (altera o Código Florestal). Aprovado. 31279
1.3.6 – Item 1		
Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011, que altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002 (proveniente da Medida Provisória nº 528, de 2011). É proferido o Parecer nº 735, de 2011-PLEN , pela Senadora Vanessa Grazziotin (Relatora revisora), tendo usado da palavra os Senadores Demóstenes Torres, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Lúcia Vânia, José Agripino, Mário Couto e Randolfe Rodrigues.	31243	Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2011, que altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002 (proveniente da Medida Provisória nº 528, de 2011). É proferido o Parecer nº 735, de 2011-PLEN , pela Senadora Vanessa Grazziotin (Relatora revisora), tendo usado da palavra os Senadores Demóstenes Torres, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Lúcia Vânia, José Agripino, Mário Couto e Randolfe Rodrigues. 31279
1.3.7 – Comunicação da Presidência		
Designação do Senador Armando Monteiro como Relator revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2011.....	31243	Designação do Senador Armando Monteiro como Relator revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2011..... 31259
1.3.8 – ORDEM DO DIA (continuação)		
1.3.9 – Item 1 (continuação)		
Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011, que altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002 (proveniente da Medida Provisória nº 528, de 2011). Aprovado , tendo usado da palavra os Senadores Humberto Costa, Jayme Campos e Marinor Brito. À sanção. (Prejudicada a Medida Provisória nº 528, de 2011) (Votação nominal).....	31266	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011, que altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002 (proveniente da Medida Provisória nº 528, de 2011). Aprovado , tendo usado da palavra os Senadores Humberto Costa, Jayme Campos e Marinor Brito. À sanção. (Prejudicada a Medida Provisória nº 528, de 2011) (Votação nominal)..... 31279
1.3.10 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)		
Parecer nº 733, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 103, de 2011 (nº 246/2011, na origem), pela qual a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Sr. <i>Roberto Monteiro Gurgel Santos</i> para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República. Aprovado. (Votação nominal).....	31276	SENADOR CASILDO MALDANER – Reflexão sobre o conjunto de medidas proposto pelo programa Brasil Maior para conter o processo de desindustrialização da economia brasileira..... 31284
1.3.11 – Item 25 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)		
Requerimento nº 760, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço, solicitando que, sobre o Projeto de		SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Defesa da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transportes..... 31285
1.3.12 – Item 2		
		1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA
		1.4.1 – Discursos
		SENADOR CASILDO MALDANER – Reflexão sobre o conjunto de medidas proposto pelo programa Brasil Maior para conter o processo de desindustrialização da economia brasileira..... 31284
		SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Defesa da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transportes..... 31285
		1.4.2 – Comunicação da Presidência
		Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 10 do corrente, às dez horas, para reverenciar a memória do Senador e ex-Presidente da República Itamar Franco. A homenagem marcada no Senado Federal para o mesmo dia será realizada na sessão solene..... 31289
		1.4.3 – Apreciação de matérias
		Requerimentos nº 554 e 809, de 2011, de autoria do Senador Luiz Henrique e outros Senadores. Aprovados. 31289

1.4.4 – Discursos (continuação)

SENADORA MARINOR BRITO – Regozijo com a recondução do Dr. Roberto Gurgel à Procuradoria Geral da República; e outro assunto. 31290

SENADOR WELLINGTON DIAS – Registro do lançamento do Plano Brasil Maior, com novas diretrizes para a política industrial brasileira..... 31292

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Apresentação de voto de pesar pelo falecimento hoje do ex-Deputado Afrânio Messias Alves Nunes..... 31294

1.4.5 – Leitura de requerimento

Nº 930, de 2011, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Afrânio Messias Alves Nunes..... 31294

1.4.6 – Discursos (continuação)

SENADOR WILSON SANTIAGO – Apoio às ações do governo federal na defesa da moralidade pública. 31294

SENADOR HUMBERTO COSTA – Comemoração pelo transcurso, no próximo domingo, do quinto aniversário da Lei Maria da Penha, destacando a apresentação, por S. Ex^a, de projeto de lei que garante benefício de assistência social às mulheres vítimas de violência doméstica. 31297

SENADORA LÍDICE DA MATA – Alegria pelos avanços obtidos a partir da Lei Maria da Penha, que completa, no próximo domingo, cinco anos de vigência; e outro assunto. 31298

SENADOR VITAL DO RÉGO, como Líder – Satisfação com a conquista da medalha de ouro na Olimpíada Internacional de Informática por Felipe Abella Cavalcante Mendonça de Souza, paraibano, realizada na cidade de Pattaya, na Tailândia; e outro assunto. 31301

SENADOR CYRO MIRANDA – Críticas à política econômica do governo federal e comentários acerca dos sucessivos escândalos de corrupção.. 31302

SENADOR WALTER PINHEIRO – Considerações acerca da atuação dos partidos de oposição e, especialmente, da base do governo, para a convocação de Ministros de Estado, a fim de que prestem informações sobre suas pastas; e outro assunto. 31304

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Registro do lançamento do Brasil Maior, programa lançado pelo Governo Federal com o objetivo de incentivar a indústria e o mercado de trabalho. 31307

1.4.7 – Leitura de requerimento

Nº 931, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, e outros Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente, no dia 22 de agosto do corrente, seja dedicado a comemoração especial dos 122 anos de nascimento de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretãs, a poetisa e contista Cora Coralina. 31309

1.4.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA ANGELA PORTELA – Registro da importância da Semana Mundial de Amamentação. 31309

SENADOR ROMERO JUCÁ – Importância dos debates promovidos pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo..... 31310

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre o direito de greve dos trabalhadores; e outros assuntos. 31311

1.4.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 4, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 31313

1.5 – ENCERRAMENTO**2 – EMENDA**

Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 16, de 2011-CN (Mensagem nº 61, de 2011-CN – nº 238/2011, na origem)..... 31320

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 3-8-2011

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)
Ovidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)
Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)
Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 126ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 3 de agosto de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Wilson Santiago, da Sra. Vanessa Grazziotin, e dos Srs. Paulo Davim, José Agripino, João Alberto Souza e Cyro Miranda

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 27 minutos e encerra-se às 21 horas e 58 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

126ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÁS 14 HORAS

Período : 3/8/2011 07:31:36 até 3/8/2011 21:59:32

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	X	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PP	PI	CIRCO NOGUEIRA	X	X
PR	MG	CLEÓSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELO	X	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	RN	JOSÉ AGripino	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PT	SP	MARTA SUPlicy	X	X
PSDB	SC	PAULÓ BAUER	X	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

Compareceram: 74 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão será destinado a reverenciar a memória do educador potiguar Luís da Câmara Cascudo pelo transcurso do 25º aniversário de seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 241, de 2011, do Senador Paulo Davim e outros Senadores.

Para compor a Mesa desta sessão, convidado o Exmº Sr. Ministro de Estado da Previdência Social Garibaldi Alves Filho; convidado a Exmª Governadora do Rio Grande do Norte, SRA. Rosalba Ciarlini; convidado o representante da família do Professor Luís da Câmara Cascudo, o Exmº Sr. João Faustino, ex-Senador da República; convidado o representante da Academia Brasileira de Letras e também potiguar, o escritor Murilo Melo Filho, aqui representando o Exmº Sr. Marcos Vinícius Rodrigues Vilaça, Presidente da Academia Brasileira de Letras; convidado a Exmª Prefeita de Natal, a Sra. Micarla de Sousa; convidado o Presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Senhor Diógenes Cunha Lima.

Registrados as ilustres presenças do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, aposentado, Exmº Sr. José Delgado; do Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Exmº Sr. Saraiva Sobrinho, representando a Presidente, Exmª Sra. Desembargadora Judite Nunes; da Deputada Federal Fátima Bezerra; do Deputado Estadual Leonardo Nogueira; do Prefeito do Município de Extremoz, Klauss Francisco Torquato Rêgo; do Secretário do Gabinete Civil da Prefeitura Municipal de Extremoz, Sr. Lázaro Torquato; da Magnífica Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a professora Ângela Paiva; do ex-Deputado Federal Augusto Carlos Viveiros; do ex-Deputado Estadual Carlos Augusto Rosado.

Convidado a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Convidado o Senador José Agripino a presidir a sessão enquanto faço uso da tribuna. Registro também a presença do Deputado Federal Paulo Wagner.

O Sr. Paulo Davim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco/DEM – RN) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, primeiro subscritor do requerimento.

Com a palavra o Senador.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Agripino; Exmo. Ministro da Previdência Garibaldi; Ex.ma. Governadora do Rio Grande do Norte Rosalba Ciarlini; Micarla de Sousa, Prefeita de Natal; imortal escritor Murilo Melo Filho; o ex-Senador João Faustino; escritor e poeta Diógenes da Cunha Lima; autoridades presentes, demais Senadores, Deputados e Deputadas Federais e Estaduais, minhas senhoras e meus senhores.

Quando requeri esta sessão solene, tive a convicção de estar propondo uma homenagem extremamente justa e extremamente oportuna.

A estatura do grande potiguar e brasileiro, sua brilhante trajetória de vida e sua enorme contribuição à cultura de nosso País justificam plenamente a homenagem.

Falar sobre Luís da Câmara Cascudo é para mim um misto de honra, orgulho e até de ousadia. Honra porque não restam dúvidas de que Câmara Cascudo não só fez parte daqueles que se notabilizaram pelos seus grandes feitos, mas, sobretudo, porque ele foi responsável por notabilizar a pesquisa brasileira, os estudos etnográficos, nossos costumes, nossa cultura, dando equânime valor aos grandes homens que com ele conviveram, aprendendo e ensinando, assim como também valorizando e mostrando ao mundo os gestos mais simples e cotidianos dos homens do chão de terra seca do nosso Nordeste.

Orgulho – pela unanimidade do reconhecimento do valor deste homem e da sua vasta obra.

Ousadia – porque, diante de tão grandiosa obra e legado deixados por ele, qualquer tentativa de resumir em poucos minutos o que ele representou na história cultural brasileira, pode soar rasteiro, cérceo de todo merecimento que lhe é de direito.

Luís da Câmara Cascudo nasceu em 30 de dezembro de 1898 na nossa Natal, a cidade que encantou o sol, sem com ele desposar, daí carinhosamente ser chamada de “Noiva do Sol” ou “Cidade do Sol”.

Cascudo desde cedo demonstrou uma invulgar curiosidade intelectual. Estudou no Atheneu Norte-Riograndense, a mais antiga e tradicional instituição escolar do país, fundada em fevereiro de 1834 e anterior, portanto, ao aclamado Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. O mesmo Atheneu do qual, anos mais tarde, viria a ser professor e diretor.

Concluída a formação básica, sua alma buliçosa aventurou-se pelos mais variados campos do conhecimento humano. Pensou em ser médico e chegou a cursar alguns anos de Medicina em Salvador e no Rio de Janeiro. Em 1928, concluiu o curso de Direito na velha Faculdade do Recife e o curso de Etnografia na

Faculdade de Filosofia da terra natal. A nossa veneranda Universidade do Rio Grande do Norte, por sinal, também voltaria depois como professor de Direito Internacional Público e de Etnografia Geral.

Jornalista, dos mais inspirados e atuantes, colaborou em vários periódicos de Natal e de outras cidades do Brasil. Manteve, ao longo de décadas, uma coluna diária, por meio da qual lançava um olhar arguto e sensível à paisagem humana de sua cidade.

Historiador atento e perspicaz, escreveu, por exemplo, as biografias de Solano López, do Conde D'Eu e do Marquês de Olinda. E o amor incondicional por sua terra levou-o a escrever a *História da Cidade do Natal* e a *História do Rio Grande do Norte*. Mas foi com o livro *Alma Patrícia*, em 1921, portanto há 90 anos, que estreou como escritor.

Nesse mesmo período, fundou a Sociedade Brasileira de Folclore, propondo uma nova teoria para a cultura popular. Mantinha contatos frequentes com grandes nomes, como o poeta itabirano Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Gilberto Freire, entre outros.

O geógrafo talentoso se fez notar em *Geografia do Brasil Holandês*; o ensaísta, em *Jangada* e em *Rede de Dormir*; e o ficcionista em *Histórias que o Tempo Leva*. Acima de tudo, porém – e é nesse campo que seu vigor intelectual se mostrará mais intenso, destacado e seguramente imprescindível –, Luís da Câmara Cascudo escreveu sobre etnografia e folclore.

Instigava-o, Srªs e Srs. Senadores, senhores e senhoras aqui presentes, essa riqueza imensurável que vamos encontrar na cultura popular, nas tradições e nos costumes, nos modos de falar e vestir, nas lendas e nos mitos que resistem ao tempo, nas superstições, nos hábitos alimentares, nos folguedos, nos jogos infantis, nas práticas funerárias, em todo esse arcabouço, enfim, que traduz com muita propriedade os princípios e valores assumidos por um grupamento de seres humanos.

A esse tema, Sr. Presidente, entregou-se de corpo e alma. Dos mais de cem títulos, entre livros e traduções, opúsculos e alguns milhares de artigos publicados no Brasil e em vários países, grande parte foi dedicada ao folclore nacional ou regional, somando oito mil e quinhentas páginas, que foram escritas para alegria dos leitores, não com o ranço acadêmico dos pesquisadores insensíveis ao gosto popular, mas numa linguagem bastante acessível, ainda que sem prejuízo do rigor técnico.

Nesse conjunto, destacam-se várias obras-primas, cada uma delas capaz de embasar, por si só a merecidíssima reputação de maior folclorista da história do Brasil.

Sou obrigado a citar, evidentemente, o seminal *Dicionário do Folclore Brasileiro*, por certo uma de suas obras mais conhecidas. Mas como não fazer referência, senhoras e senhores, a outros títulos igualmente importantes, igualmente valiosos para o conhecimento e a compreensão de nossa cultura?

Como não citar, por exemplo, a *Antologia do Folclore Brasileiro*, as *Locuções Tradicionais no Brasil*, e a caudalosa *História da Alimentação no Brasil*, a também caudalosa *Civilização e Cultura* ou, até mesmo, o livro publicado aos 87 anos, portanto, um ano antes de sua morte, o livro *Superstição no Brasil*?

Essas, assim como outras de Câmara Cascudo, são obras essenciais, indispensáveis a todos aqueles que queiram entender o espírito da gente brasileira.

Para compô-las, Sr. Presidente – e vai aqui outro exemplo precioso para os nossos jovens –, o grande escritor potiguar obedecia a um rígido ritual: coletava e analisava as informações com extremo cuidado, fossem elas decorrentes de visitas ao campo ou de pesquisas em arquivos.

Cada expressão ou hábito que distinguisse era relacionado às expressões e hábitos de outros povos e de outras terras, para identificar com a maior clareza possível a sua gênese, as suas origens, as suas fontes de inspiração. Ou seja, não havia espaço para a improvisação, para o intuitivo, para o dado não confiável; não havia espaço, enfim, para a enganação.

Luís da Câmara Cascudo tinha consciência de que a credibilidade do pesquisador é diretamente proporcional aos padrões éticos por ele utilizados em suas pesquisas. Queira Deus que tal consciência – a consciência do fazer bem feito, do dedicar-se com todas as forças à obtenção dos resultados mais precisos, mais verdadeiros – esteja sempre presente nas mentes de todos os brasileiros.

“Cascudo viveu como um descobridor, vendo e ouvindo, lendo e perguntando, anotando e escrevendo, sem nunca pensar em deixar sua terra Natal, entre o rio e o mar”. Escreveu o Jornalista e escritor Vicente Serejo.

Por várias vezes declinou o convite para ensinar em universidades da Europa, EUA e da América Latina e até ao honroso convite do então Presidente Juscelino Kubitschek para ser Reitor da Universidade de Brasília. Também recusou o Fardão da Academia Brasileira de Letras, prezado imortal potiguar escritor Murilo Melo filho.

Luís Câmara Cascudo nasceu e viveu na sua aldeia. Genial e humilde. Pobre e feliz.

Esse, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, era Câmara Cascudo, o grande brasileiro que hoje homenageamos. Ao exaltá-lo, ao destacar sua valiosíssima

contribuição para a cultura do Brasil, aproveito para levar meu reconhecimento também a todos aqueles que se dedicam ao estudo do folclore em nosso País. É por conta de seu trabalho, de sua dedicação, de seu amor à profissão, que conseguimos manter viva uma cultura popular tão rica e tão diversificada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco/DEM – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Paulo Davim, primeiro signatário da presente sessão; Exmº Sr. Ministro da Previdência Social, nosso querido Senador Garibaldi Alves Filho; nossa querida Senadora Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini; senhor representante da família do Luís da Câmara Cascudo, meu colega na época Deputado Federal constituinte, Senador da República, Sr. João Faustino; Segundo Secretário da Academia Brasileira de Letras, Sr. Murilo Melo Filho, que nos honra aqui com a sua presença; SRA. Prefeita do Município de Natal, Exmª SRA. Micarla de Sousa; Sr. Presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, Sr. Diógenes Cunha Lima; Sr. Ministro José Delgado, respeitosamente aqui os nossos cumprimentos pela sua presença.

O nosso Senador Agripino Maia me perguntou: Senador Geovani, o senhor conheceu o Sr. Luís da Câmara Cascudo? Naturalmente, pela mídia. Nunca tive contato pessoal. Por que essa homenagem? Eu resolvi tomar essa decisão com a permissão da bancada aqui do Rio Grande do Norte, os conterrâneos, os familiares e a iniciativa do nosso querido Senador Paulo Davim. Eu, conversando com a nossa Senadora Rosalba, à época, disse para ela que os meus pais, os meus avós, os meus tios, Senador Agripino, todos são do Rio Grande do Norte, lá daquela querida cidade de Vera Cruz.

Eu já nasci no interior do Amapá, na cidade de Mazagão, aonde só se chegava por água. E, em homenagem ao requerimento, à iniciativa do Senador Paulo Davim, eu resolvi pedir permissão a V. Exªs, Senador Garibaldi, para que eu pudesse me juntar a essa homenagem.

Estudei um pouco a biografia do nosso Luís da Câmara Cascudo. Então, vou fazer aqui a minha participação, porque no último dia 2 de agosto o meu pai estaria completando 90 anos de idade. Faço uma homenagem à memória dele, que é um homem que me disse que sempre pisou em escola só para dar recado. Então, vou homenagear esse grande escritor, grande jornalista, com muita satisfação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nobre Senador Paulo Davim – que eu aprendi a respeitar e a admirar nesta Casa –, por meio do Requerimento nº 241, deste ano, teve a belíssima iniciativa de propor a presente sessão especial, na qual registramos os 25 anos de falecimento de Luís da Câmara Cascudo.

Estou certo de que os Senadores e as Senadoras que hoje se pronunciarem não se esquecerão de mencionar que Câmara Cascudo foi, antes de tudo, um homem múltiplo. Com isso quero dizer que, nadando contra a corrente moderna, que valoriza a especialização exagerada e o conhecimento burocraticamente compartimentado, Câmara Cascudo perseguiu uma ampla variedade de interesses. Sua curiosidade ímpar levou-o ao estudo das mais diversas manifestações da cultura, com especial ênfase nos traços determinantes da cultura popular de nosso País, o Brasil.

A amplitude de seus interesses, contudo, não se traduzia em conhecimento superficial e em dilettantismo bem intencionado, como seria de se esperar. Câmara Cascudo era um daqueles casos especiais, um daqueles eruditos que reunia em si uma curiosidade infinita, uma vasta gama de interesses e um conhecimento enciclopédico sobre todos os temas a que se dedicasse.

Nascido na capital do Rio Grande do Norte, Natal – cidade de que foi fiel habitante durante toda a sua vida –, Câmara Cascudo chegou a estudar medicina e a formar-se em direito, mas foi no campo da história, da etnografia e da educação que deixou sua marca e reservou seu lugar entre os grandes pensadores da cultura popular brasileira.

É difícil classificar esse ilustre potiguar. Ele próprio rejeitava a classificação mais óbvia, a de folclorista, não obstante tenha sido o autor do clássico *Dicionário do Folclore Brasileiro* e outras tantas obras sobre as tradições populares nacionais.

O título de historiador também parece insuficiente para rotulá-lo. É certo que estudou os fatos do passado e os comprehendeu como poucos, mas seu olhar também se concentrava no presente e visava o futuro, sendo evidências dessa postura seu trabalho jornalístico e seu envolvimento político em Natal, especialmente na gestão do Prefeito Djalma Maranhão.

O título que Câmara Cascudo mais valorizava e pelo qual gostaria de ser lembrado era o de professor. Sua generosidade intelectual se revela nos anos dedicados ao magistério e nas dezenas de livros que publicou, sem mencionar as centenas de artigos e os milhares de cartas que compõem seu acervo.

Talvez, de fato, classificá-lo como educador seja adequado, mas suspeito que Câmara Cascudo não foi nem educador, nem historiador, nem etnógrafo, nem folclorista. Ele foi tudo isso junto. Ele era na verdade mais

do isso, pois a soma de todas essas atividades, todas elas executadas com a habilidade de um mestre, compõe um todo muito superior à mera soma das partes.

Poucos brasileiros foram ao mesmo tempo tão populares e tão respeitados pela academia. Poucos souberam transpor com tanta competência esse abismo que ainda hoje verificamos no Brasil entre o povo e os centros acadêmicos. Poucos brasileiros alcançaram a grandeza de Câmara Cascudo. E é, portanto, com muita alegria que me junto àqueles que hoje louvam a memória desse que é um dos nossos maiores vultos históricos.

Então, fica aqui, Senador Paulo Davim, a homenagem de um filho de um nordestino, lá do Amapá. Tive o cuidado de avisar à minha mãe, que nasceu na cidade de Vera Cruz, que recomendou que votasse na nossa querida Governadora Rosalba, lá. A Dona Cícera, ela está nos assistindo neste momento.

Fica, portanto, a homenagem desse filho de nordestinos, mas que mora e que nasceu no meu querido Estado do Amapá.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. José Agripino deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Geovani Borges.

A comunidade potiguar agradece essa homenagem de V. Ex^a.

Registraremos também a presença do Deputado Federal Henrique Alves, do Deputado Federal Fábio Faria e da Deputada Federal Sandra Rosado, assim como também do ex-Deputado Federal Laíre Rosado e da Deputada Estadual Larissa Rosado.

Convidamos o Senador José Agripino para prestar suas homenagens a Luís da Câmara Cascudo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Exmo. Sr. Senador Paulo Davim, que preside esta sessão e que teve a meritória iniciativa de convocar o seu primeiro signatário para que a sessão acontecesse; Ministro Garibaldi Alves Filho, sempre Senador e amigo; Governadora Rosalba Ciarlini Rosado, que deve estar se sentindo em casa, talvez com saudades desta Casa onde esteve por quatro profícios anos; Senador João Faustino, que aqui representa a família de Câmara Cascudo; meu amigo Murilo Melo Filho, 2º Secretário da ABL, a Academia Brasileira de Letras, que muito nos honra com sua presença; Prefeita Micarla de Souza, minha querida amiga; Diógenes da Cunha Lima, estimadíssimo amigo, Presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras; Srs. Deputados e De-

putadas; Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Deputados Estaduais; potiguares aqui presentes; ilustres membros da magistratura federal e estadual; meus amigos.

Esta sessão oportuniza, Diógenes, a que o Rio Grande do Norte se encontre e, pela TV Senado e pela Rádio Senado, o Brasil tem a oportunidade de ouvir, pela palavra dos oradores, porque muitos ainda vão falar, quem foi o maior expoente da cultura potiguar, que se chamou, sem sombra de dúvida, Luís da Câmara Cascudo.

Eu estou me referindo a Diógenes, Deputado Henrique Alves, porque ele é testemunha ocular de uma coisa que eu não esqueci nunca. Uma coisa ele não viu. Eu era menino, em Natal, e meu pai, Tarcísio Maia, era Secretário de Educação. Fui a um evento. E eu não me lembro que evento foi esse, eu era menino, de calças curtas, seguramente. E nesse evento – eu nunca esqueci isso –, antes do início da cerimônia, entrou uma figura acompanhada de um séquito. Uma figura de paletó, era de linho, cabelo meio em desalinho, nariz meio emproado, seguido por muitas pessoas. Eu, menino, na inocência da minha meninice, perguntei a quem estava ao meu lado – não me lembro se era meu pai –: “Quem é aquele?”, e me disseram: “É Cascudinho”. Eu não sabia quem era Cascudinho e nem perguntei da importância de Cascudinho e o porquê daquele séquito.

Mas, Ministro, aquela imagem ficou na minha cabeça durante anos, até que, como Prefeito de Natal, Ministro Delgado – desta o Diógenes se lembra, ou destas ele se lembra, ele é testemunha ocular destas –, eu tive a oportunidade de encontrar aquela figura que ficou na minha lembrança como Cascudinho. Não estava mais de paletó e gravata, não envergava mais o terno de linho, eu não me lembro se ainda carregava, como carregava naquele evento, o charuto entre os dedos, estava em pijama, com o mesmo ar de figura que inspirava respeito e admiração, entre seus familiares, dona Dhalia, Fernando Luís e Aninha (Anna Maria Cascudo), num dia 30 de dezembro, porque a cada 30 de dezembro eu ia, como Prefeito de Natal, à casa dele, você deve se lembrar disso. Ele estava surdo, ele já não ouvia, Henrique. Ele se comunicava com as pessoas por um bloquinho. Eu escrevia o que queria, ele via e fazia o comentário sempre muito bem humorado. Agora, não abria mão do presente. O presente era sagrado. E eu me armava, chegava lá municiado do presente. O presente era uma notinha nova, nova, nova, de Cr\$1,00. Não era mais do que Cr\$1,00 que eu entregava, ficava, batia aquele papo, e ele guardava. O que fazia com aquele Cr\$1,00 eu não sei. Era o presente do Prefeito de Natal, que já

era uma tradição, uma homenagem que os prefeitos de Natal prestavam a Luís da Câmara Cascudo. Acho que você se lembra disso, porque você estava sempre lá. Acho que você foi – pelo menos no período em que acompanhei a vida de Luís da Câmara Cascudo – o literato, o homem de letras, o intelectual potiguar mais próximo de Cascudo, era quem mais reverenciava a figura. Talvez você estivesse fazendo parte daquele séquito de anos atrás, talvez nem estivesse, mas você significou, e com todos os méritos, na intelectualidade potiguar, aqueles que reverenciavam a memória ou a presença de um homem que dignificou a cultura do Rio Grande do Norte para o Brasil.

Eu não sei quem foi mais importante para desenhar para o futuro os traços com as tintas reais do homem brasileiro, se foi Gilberto Freyre ou se foi Luís da Câmara Cascudo. Eu não sei o que foi mais importante: se *Casa Grande e Senzala* ou o Dicionário de Cascudo, não sei qual foi. Sei que ambos foram geniais e que ambos prestaram enorme serviço à História do Brasil na fixação das características básicas do cidadão brasileiro, do brasileiro, com seus hábitos, seus costumes, seu folclore.

Diógenes, a cultura popular autóctone é fortíssima. João Faustino e Garibaldi já foram aos museus do mundo e viram as obras de Picasso, como eu vi, desde o palhaço aos retratos perfeitos, mas duvido que não venha à memória de qualquer dos dois, quando se fala em Picasso, em primeiro lugar, a obra de Picasso com o traço característico da arte africana, autóctone: os lábios grossos, o olho puxado; a obra autóctone, em que o que tem força é aquilo que vem do povo.

E Luís da Câmara Cascudo foi um homem como Gilberto Freyre. Mas quero falar mesmo é do meu Luís da Câmara Cascudo, do meu orgulho potiguar. Ele viajou à África para aprender as origens, as raízes do brasileiro. Ele fez uma viagem à África quando ninguém ia à África. Passou um tempão recolhendo subsídios para deixar um legado numa obra interessante de ser lida, uma obra muito importante, que significa patrimônio da literatura brasileira. Ele escreveu História, foi um etnólogo, um sociólogo, um folclorista, um ensaísta, um tradutor. Foi tudo, com seu charuto entre os dedos, com seu cabelo em desalinho, com seu terno de linho, com seu séquito de seguidores, foi o orgulho da cultura potiguar.

De modo que, Paulo Davim, foi muito boa sua iniciativa de fazer a convocação para que esta sessão acontecesse, homenageando os 25 anos de morte de Cascudo. Ele nasceu em 30 de dezembro de 1898. Já fez muito mais de 100 anos, mas agora estamos homenageando os 25 anos de morte dele.

Quando ele morreu, eu já não era mais prefeito, não era governador, mas me orgulho de uma coisa. Eu me lembro como se fosse hoje: eu, candidato a Governador, em 1982; ele, na sacada da casa onde viveu até morrer, na subida da Junqueira Aires, ao lado, seguramente, de D. Dhalia, esperando uma vigília minha passar. Da campanha de 82 eu me lembro como se fosse hoje, como me lembro da imagem do Cascudinho naquele evento ao qual compareci com meu pai, Secretário. Nunca esqueci da minha passagem, ao final de uma campanha eleitoral, quando ganhei a eleição para Governador, da subida da Junqueira Aires, numa enorme passeata, já muito tarde da noite, madrugada, quando vi, para meu orgulho, a figura de Câmara Cascudo numa das janelas da sacada de sua casa com seus familiares. Orgulho-me porque eu acho que Cascudinho foi eleitor de José Agripino, como Anna Maria, como talvez D. Dhalia o tenha sido – Anna Maria até hoje o é. É um orgulho para quem faz vida pública conseguir ter o voto de qualidade de figuras que o Brasil está tendo, pela iniciativa de Paulo Davim, a oportunidade de conhecer melhor.

Eu trago – ia ler na íntegra – um primoroso artigo escrito por um membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, um orgulho do jornalismo potiguar – e Cascudo foi jornalista – que se chama Vicente Serejo. Eu fiz questão de recolher este artigo e vou querer que ele seja inserido nos Anais do Congresso Nacional, porque, com fidedignidade, relata-me, Carla, quem foi Luís da Câmara Cascudo, com frases curtas.

Eu vou ler algumas poucas frases. Vou pular porque quero ouvir aqueles que ainda vão falar, a começar pela Governadora Rosalba.

Vicente Serejo, por exemplo, disse:

(...)

Na água do primeiro banho, a mãe despejou um cálice de vinho do Porto para o filho ter saúde e o pai temperou com um patação do Império, para ganhar fortuna. O padre João Maria, o santo da cidade, batizou-lhe na Igreja do Bom Jesus das Dores, na Ribeira, ali onde nasceu, anunciando seu nome em latim: Ludovicus! E a poetisa Auta de Souza, amiga de sua mãe, embalou nos braços tépidos o choro forte do menino-homem.

Como o sobrevivente de quatro irmãos, teve a infância guardada entre cuidados, com ama de companhia [porque era um homem rico, o que deixou de ser], professora particular e proibido do encanto das ruas [mimado, cuidado dentro de casa]. No verão, vivia os dias de calor na beira do mar, entre barcos e pescadores [talvez a partir daí tenha se voltado

para o folclore e tenha se voltado para as coisas do povo], e o inverno passava no sertão, ouvindo o aboio dos vaqueiros e o desafio de cantadores. E assim sedimentou, entre espumas e espinhos, a sua cultura descobridora do homem brasileiro.

Eu não vou ler, porque quero ouvir os que vão falar, mas é um belo artigo, que estou encaminhando à Mesa para que seja inserido nos Anais do Congresso Nacional.

O que eu quero mesmo, nesta tarde de hoje, dia 03 de agosto, nesta sessão solene, onde alguns falaram e alguns ainda vão falar, é que a memória de Câmara Cascudo, orgulho da cultura potiguar, chegue ao Acre, chegue ao Chuí, chegue a Porto Alegre, ao

Rio de Janeiro e a São Paulo, chegue ao Brasil inteiro, para recuperar a memória de um orgulho que foi nosso, de um homem que viveu a vida inteira no Rio Grande do Norte, de onde se recusou a sair. E como ele foi convidado para ir para fora, para, honrado, ocupar funções importantes fora do Estado, e nunca o quis.

A hora, portanto, é de homenagear como potiguar o maior dos expoentes da nossa cultura, Luís da Câmara Cascudo, que, de público, aplaudo neste momento. (*Palmas.*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ AGRIPINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Câmara Cascudo

Vicente Serejo

Filho único de Francisco Justino de Oliveira Cascudo e Ana Maria da Câmara Cascudo, ele comerciante e coronel da Guarda Nacional, ela dos afazeres domésticos, nasceu Luís da Câmara Cascudo em Natal, a 30 de dezembro de 1898, onde viveu 88 anos até seu coração parar na tarde do dia 30 de julho de 1986.

Na água do primeiro banho, a mãe despejou um cálice de vinho do Porto para o filho ter saúde e o pai temperou com um patação do Império, para ganhar fortuna. O padre João Maria, o santo da cidade, batizou-lhe na Igreja do Bom Jesus das Dores, na Ribeira, ali onde nasceu, anunciando seu nome em latim: Ludovicus! E a poetisa Auta de Souza, amiga de sua mãe, embalou nos braços tépidos, o choro forte do menino-homem.

Como o sobrevivente de quatro irmãos, teve a infância guardada entre cuidados, com ama de companhia, professora particular e proibido do encanto das ruas. No verão, vivia os dias de calor na beira do mar, entre barcos e pescadores, e o inverno passava no sertão, ouvindo o aboio dos vaqueiros e o desafio de cantadores. E assim sedimentou, entre espumas e espinhos, a sua cultura descobridora do homem brasileiro.

Desejou ser um nobre médico de província e chegou a cursar os primeiros anos na Faculdade de Medicina da Bahia e no Rio de Janeiro. Mas terminou cumprindo o destino de ser bacharel em Direito, na velha Faculdade de Direito do Recife, onde ainda ouviu o eco dos discursos de Joaquim Nabuco e Tobias Monteiro e os versos de Castro Alves horrorizados com a escravidão.

Sonhou ser jornalista, e foi. Seu pai, nessa época ainda um homem rico, instalou o jornal *A Imprensa* para o filho. Nas suas páginas, o estudante que lia até a madrugada, passou a exercitar o gosto de escrever, mantendo a coluna *Bric-à-Brac*, na qual treinou seu olhar perscrutador observando costumes, hábitos e tradições do seu povo. Um repórter a registrar os quadrantes da vida comum.

O primeiro livro, *Alma Patrícia*, um olhar pioneiro sobre os poetas e prosadores de sua cidade, sai dos prelos em 1921. Na véspera da Semana de Arte Moderna de 1922 que aconteceria, meses depois, em São Paulo. O movimento estético encontrou no jovem escritor natalense um dos precursores no Nordeste. O professor de História que se revelara com as biografias do *Marquês de Olinda* e do *Conde d'Eu*, publicadas na Coleção Brasiliana, foi além dos feitos históricos. Voltou seu olhar para o Brasil para ser um dos grandes fundadores do homem brasileiro, ao lado de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Leitor dos clássicos e das vanguardas dos anos vinte, não demorou a entrar em sintonia com os modernistas. Colaborou nas suas revistas, recebeu Mário de Andrade em Natal, e começou a sua construção da cultura popular do seu povo. Ergueu as bases da etnologia, psicologia, antropologia e sociologia do homem brasileiro, vendo e ouvindo, anotando e estudando. Crenças e costumes, hábitos e tradições, cantos e danças, jogos e técnicas, no lazer e no trabalho, na vida e na morte - tudo para conhecê-lo na sua riqueza, singularidade, mutações e permanências.

No final dos anos trinta, lança *Vaqueiros e Cantadores e fixa* seu nome como legenda nos estudos folclóricos que chamaria de Ciência do Povo. Funda a Sociedade Brasileira de Folclore; propõe uma teoria em torno do conceito de Cultura Popular; ergue com erudição o corpus conceitual da Literatura Oral no Brasil e sistematiza sua classificação; e faz a sua longa viagem de estudos ao continente africano, como um grande viajante do Século XX, para beber nas fontes ancestrais o vinho arcaico do passado e escrever *Made in África*, restauração da arqueologia cultural brasileira, cartografia indispensável à compreensão das nossas raízes que pareciam perdidas há cinco séculos.

Autor de verdadeiros clássicos da cultura brasileira, como o *Dicionário do Folclore*, *Cultura e Civilização*, *História da Alimentação* e *História dos Nossos Gestos*; ensaísta insuperável da *Jangada* e da *Rede de Dormir*; etnólogo dos costumes e superstições; tradutor de Montaigne e Henry Koster; estudioso das lendas, da novelística popular, dos contos infantis, e observador dos medos e assombrações, a obra de Câmara Cascudo é um vasto continente a contracenar com um arquipélago de ilhas temáticas nascidas de todos os seus olhares e saberes específicos articulados entre si.

Com mais de uma centena de títulos, entre livros, traduções, opúsculos, e alguns milhares de artigos publicados no Brasil e em vários países, traduzido na França, Itália, Espanha e Japão, viveu como um descobridor, vendo e ouvindo, lendo e perguntando, anotando e escrevendo, sem nunca pensar em deixar a sua terra Natal, entre o rio, o mar e os morros, traços de sua própria fisionomia. Ainda nos anos trinta, o seu pai ficou pobre e o menino virou arrimo de família com a rica fortuna de um destino que faria de sua obra uma marca vitoriosa na história intelectual do Brasil.

Uma vez, em 1960, foi convidado para reitor da Universidade Nacional de Brasília pelo próprio presidente Juscelino Kubitschek que veio a Natal visitá-lo. Não aceitou. Convidado para ensinar em várias universidades da América Latina, Europa e Estados Unidos, nunca aceitou. Quando se negou a lançar a sua candidatura à Academia Brasileira de Letras, Afrâncio Peixoto, seu amigo, inconformado em não vê-lo imortal, biografou numa frase perfeita o traço mais determinante de sua personalidade de espírito e de gênio: *Câmara Cascudo é um provinciano incurável*.

Luis da Câmara Cascudo viveu e morreu na sua aldeia. Genial e humilde. Pobre e feliz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos ao Senador José Agripino. Informamos que sua solicitação será atendida na forma do Regimento, a transcrição do artigo do escritor e jornalista Vicente Serejo nos Anais desta Casa.

Registrados a presença de Célia Corsino, Diretora de Patrimônio do Iphan; do Secretário de Turismo do Rio Grande do Norte, Ramzi Elali; da Secretária Adriana Motta; da Prefeita de Mossoró, Fafá Rosado; do Prefeito de Antônio Martins, Edmilson Fernandes.

Agradecemos a presença de todos os senhores aqui.

Com a palavra a Governadora e ex-Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI – Sr. Presidente, Paulo Davim, a quem quero inicialmente parabenizar pela indicação para esta sessão tão importante para a cultura popular: relembrar Câmara Cascudo, orgulho de todo potiguar, como aqui falava o Senador José Agripino.

Quero cumprimentar o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, que também participa desta sessão com um orgulho ainda maior, porque ele também é potiguar; o representante da família, Senador João Faustino; o amigo imortal Murilo Melo; a Prefeita de Natal, Micarla; Diógenes Cunha, escritor.

Srs. Parlamentares, Deputados, Senadores, de-
mais autoridades aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, é um grande prazer voltar momentaneamente a esta Casa, onde procurei, durante quatro anos, servir o povo do meu Estado e o Brasil com a força do meu coração e a verdade do meu trabalho. O prazer é ainda maior porque retorno para homenagear um homem que, sendo potiguar de nascimento, contribuiu com uma obra intelectual que pertence a todos os brasileiros.

A Luís da Câmara Cascudo pode-se aplicar, sem reservas, o que um grande amigo dele, o escritor paulista Mário de Andrade, dizia de si mesmo: eu sou trezentos, trezentos e cinquenta, eu sou mil. Cascudo era assim: múltiplo, universal. Sua capacidade de estudioso e explicador da alma potiguar e da gente brasileira não conhecia limites. Da história à crítica literária, do jornalismo à etnografia, da linguística à memorialística, do magistério à pesquisa, ele transitou com autoridade por uma gama de disciplinas e atividades que, reunidas, compõem um formidável acervo de brasiliade.

O respeito que conquistou transcende os limites geográficos que ele mesmo tentou fixar para sua obra, declarando-se modestamente como um “provinciano incurável”, ao justificar as recusas a sucessivos convites – o Senador Paulo Davim ali relatou tantos –, convites importantes para trocar o nosso Rio Grande do Norte

por latitudes acadêmicas nacionais ou internacionais. E isto ele nunca aceitou: afastar-se da província. Testemunho dessa grandeza é o do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, que, em resposta à consulta de um amigo sobre determinada questão cultural, limitou-se a indicar: “Você já consultou o Cascudo?”

Ler Cascudo, Sr. Presidente, é mergulhar no esplendor criativo e na riqueza cultural do povo brasileiro. O que comemos, o que falamos, o que cantamos, os gestos que usamos nesta tribuna, o que vestimos, o que fomos e o que somos como indivíduos ou como sociedade, tudo isso foi, em alguma medida, compilado, contado, explicado por Luís da Câmara Cascudo.

Em nome do povo potiguar, agradeço as Sras e os Srs. Senadores que aqui aprovaram a indicação do Senador Paulo Davim para esta justa homenagem, este justo tributo a Luís da Câmara Cascudo.

É uma homenagem que eleva o nosso conterrâneo ilustre e, principalmente, faz desta Casa uma legítima extensão das ruas onde ele recolheu as artes e os saberes que definem a cultura popular brasileira. Ela continua viva e forte, muitas vezes transfigurada, outras tantas abafada, mas ainda e sempre pulsante na alma inventiva da nossa gente.

Há quem duvide dessa resistência, dessa permanência, mas a estes eu deixo aqui um convite que Cascudo seguramente endossaria com prazer. Neste mês de agosto, o mês do folclore – que não seja o mês do desgosto, mas, ao contrário, o mês da alegria, porque folclore é alegria –, o Rio Grande do Norte celebra o universo popular que é a matriz da obra cascudiana. É o nosso Agosto da Alegria, mesmo agosto que registrou a partida de Cascudo, um grande festival de shows, debates, estudos, exposições, que marca o início do nosso trabalho para fazer de Natal a capital brasileira do folclore, numa homenagem ainda maior a Luís da Câmara Cascudo.

Durante quatro semanas, artistas e grupos, criadores e estudosos vindos de todas as regiões do País vão concretizar o sonho que permeia toda a obra de Cascudo, o sonho de ver a alma do povo expressa em todos os recortes de sua cultura, cantando a beleza de todas as raças, de todas as cores, de todas as linguagens, de todos os modos de brasiliade. Viva Cascudo! Viva a cultura popular brasileira! Viva o nosso Brasil! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos à Governadora Rosalba.

Convidamos o professor e escritor Murilo Melo Filho, representando aqui a Academia Brasileira de Letras.

O SR. MURILO MELO FILHO – Sr. Presidente, Senador Paulo Davim, Sr. Senador José Agripino, Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores e Depu-

tados, Sra. Governadora, Sra. Prefeita, demais autoridades, minhas senhoras e meus senhores.

Sr. Presidente Paulo Davim, completaram-se, no dia 30 de julho desta última semana, nada menos de 25 anos da morte, em Natal, de um grande norte-rio-grandense e brasileiro, chamado Luís da Câmara Cascudo, que é homenageado nesta sessão especial.

Falo aqui como representante e em nome do acadêmico Marcos Vilaça, Presidente da nossa comum Academia Brasileira de Letras, da qual o Presidente José Sarney é o membro decano.

Cascudo foi um parlamentar da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, que tomou posse com um mandato que durou apenas três dias, porque foi cassado pela Revolução, no dia 6 de outubro de 1930.

Cascudo costumava dizer que não gostava daquela revolução porque, vitoriosos com ela, alunos seus chegavam ao governo e ao poder, enquanto outros alunos iam para a prisão e o exílio.

De um adversário seu, Cascudo dizia: "Nem depois de morto, eu me encontrarei com ele. Porque eu vou para o céu, enquanto ele, seguramente não irá para lá."

Sr. Presidente, numa velha máquina de datilografia, sem computador, sem assistentes, assessores, pesquisadores ou secretárias, Cascudo escreveu sozinho a sua obra de 150 livros, sobre História, Sociologia, Literatura, Geografia, poesias, ensaios, biografias e romances, além do Dicionário do Folclore Brasileiro, que hoje já se encontra na 18ª edição.

Escreveu também estudos sobre a África, que o transformaram num dos maiores africanólogos brasileiros, ao lado de Gilberto Freire.

Boêmio, notívago e romântico, Cascudo foi um trabalhador braçal da inteligência e um incansável operário da cultura. Tinha um microscópio num olho e um telescópio no outro. Via o perto e o longe. Valorizava tanto a erudição da Sorbonne quanto o aboio dos vaqueiros nordestinos.

Era um pesquisador de tudo e de todos, que certo dia recebeu o telegrama de um professor americano da Universidade do Texas, pedindo-lhe: "Favor informar-me se jacaré dorme de noite". Certo dia, Cascudo confessou-me que estava estudando o idioma tupi-guarani porque "precisava ter acesso às nossas raízes".

Foi um menino magro, pálido e enfermiço. Não brincava e não se distraía. Sua única distração era estudar e seu pai comentava: "Meu filho estuda muito, mas acontece que só procura estudos que não dão dinheiro".

Ainda menino, Cascudinho viveu o sertão árido e seco de sua terra, sem água e sem chuvas. Um colega de turma perguntou-lhe, certo dia, por que deixara o

estudo de Medicina. E ele respondeu: "Porque os dentes me pediram".

Volto à sua cidade, crescendo com ela, amando-a e escrevendo a *História da Cidade do Natal*, recomendada pelo então Governador e hoje Senador José Agripino, aqui presente.

Houve um tempo em que Natal tinha uma faixa no pórtico da sua entrada, com os seguintes dizeres: "Seja bem-vindo à terra de Cascudo".

Tradutor de *Uolt Ut-man*, leu quase toda a obra de Goethe, Dante, Cervantes, Montaigne e Camões.

Quando o Banco Central escolheu o seu retrato para ilustrar uma cédula de 50 cruzeiros, Cascudo previu logo que quando ela começasse a circular, de nada mais valeria, por causa da inflação então galopante. E reagiu Cascudo: "Ficarei muito feliz se, quando isso acontecer, o feliz proprietário desta cédula puder com ela pagar um gole de cachaça."

Srás e Srs. Senadores, tive a felicidade de ser seu aluno. Suas aulas eram coloquiais, pitorescas e amenas, numa técnica especial de comunicar-se. Possuía o dom da prosa, animada, viva e cintilante, com a preocupação de irradiar bom humor e simpatia.

Falava como se fosse uma cachoeira, em torrenciais catadupas.

Era um expositor, estilista e profundo, universalizante e telúrico.

O nosso Senador Afonso Arinos de Melo Franco costumava dizer: "Se Cascudo não souber uma coisa, só o Espírito Santo saberá".

Inteiro, de corpo e alma, herdamos o poeta, o orador, o historiador, o folclorista, o etnógrafo, o patriarca, o profeta e o mestre de toda esta nossa geração, um marco e um símbolo além do seu tempo.

Era uma verdadeira Instituição, com olhos azuis e redondos, uma cabeça leonina, uma cabeleira de poeta da *Belle Époque*, os cachos voando e se misturando com o rosto. Os ombros eram curtos, as bochechas cheias e o andar um tanto ou quanto incerto, próprio de quem não tem obrigação de ir a lugar nenhum.

Sr. Presidente Paulo Davim, concluindo, devo dizer que conheço muito bem a estima e o carinho fraternais que sempre o ligaram a Luís da Câmara Cascudo.

Lembro-me perfeitamente de como ele, há 40 anos, ficou feliz com a primeira eleição do Presidente José Sarney para esta Casa. Lembro-me também das tentativas feitas por vários outros acadêmicos, entre os quais Josué Montello, Afonso Arinos e Rachel de Queiroz, para que ele se elegesse na nossa Academia Brasileira de Letras. A todos esses convites, resistiu sempre por considerar-se um "provinciano incurável", com tanto amor à sua querida cidade de Natal, que não poderia ausentar-se dela para cumprir, no Rio, os seus

deveres acadêmicos. Dizia-me, então: "Murilo, tenho tantos amigos lá na Academia, que prefiro continuar sendo seu eterno noivo, sem nenhuma ambição de chegar ao casamento".

Quando morreu, exatamente há 25 anos, no dia 30 de julho de 1986, seu corpo foi velado na nossa Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, presidida pelo Acadêmico Diógenes da Cunha Lima. Dali, seu ataúde foi acompanhado pelo povão, em lágrimas, a pé, de carro, de bicicleta ou de moto, até a sua derradeira morada no Cemitério do Alecrim, numa comovente homenagem, a que eu assisti e que ele tanto previu, naquilo que chama "a sua última viagem".

Perguntava-se, então, a Diógenes: "Agora, com a morte de Cascudo, a quem nós vamos perguntar as coisas?"

Aqui, deixo a V. Ex^{as}, registrada nos Anais do Senado da República, esta minha modesta homenagem, deste conterrâneo e ex-aluno de Luís da Câmara Cascudo, que hoje, na nossa Academia Brasileira de Letras, ocupa uma cadeira que, de direito, bem poderia ter sido (e não foi) justamente sua.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos ao Dr. Murilo Melo Filho pelo brilhante pronunciamento e convidamos a Prefeita de Natal, Micarla de Sousa, para prestar as suas homenagens ao professor Câmara Cascudo.

A SRA. MICARLA DE SOUSA – Exmº Sr. Senador Paulo Davim, Presidente da Mesa nesta sessão solene destinada a reverenciar a memória do nosso Mestre Câmara Cascudo, meu amigo, companheiro de Partido Verde que muito nos orgulta; quero saudar neste momento também a nossa Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini; saudar a tantos potiguares ilustres que aqui vejo, o nosso Ministro da Previdência, Garibaldi Filho, ao ex- Deputado Federal João Faustino; ao meu amigo Presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Diógenes Cunha Lima, também um outro amigo, representando a Academia Brasileira de Letras, Murilo Melo Filho; aproveitar aqui também para saudar amigos que vejo aqui presentes: meu querido amigo, Senador José Agripino, que tão bem falou e expôs o nosso sentimento, enquanto potiguares, com relação ao Mestre Cascudo, Cascudinho, como o senhor colocou; aqui também saudar outros potiguares também ilustres, o nosso Deputado Federal Henrique Alves, a Deputada Federal Sandra Rosado, o Deputado Federal Paulo Wagner, o Deputado Federal Fábio Faria; saudar a nossa Reitora da UFRN, a nossa Professora Ângela, que também aqui se faz presente; meus amigos, prefeitos, Klauss Rêgo, Fafá Rosado; também amigos, deputados, com os quais

a grata satisfação, durante dois anos, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, conviver, Deputada Larissa Rosado e Deputado Leonardo Nogueira; minhas senhoras, meus senhores, confesso que, para mim, enquanto prefeita de Natal, é no mínimo um desafio poder falar de um dos mais nobres natalenses já nascidos naquela terra – hoje dizemos terra de Cascudo, terra de Poti.

Quando lembramos de Cascudo, lembramos de um mestre. E logo vem à cabeça a mais célebre frase do nosso mestre: "O melhor do Brasil é o brasileiro". Essa frase que se imortalizou e que até hoje é colocada nos quatro cantos, de crianças na escola até peças publicitárias, que usam a frase do nosso mestre Cascudo.

Inegavelmente, um orgulho potiguar, um orgulho para todos nós natalenses. Ele, reconhecidamente, intelectual, jornalista, teve a coragem de romper paradigmas, a coragem de ser o precursor da valorização e do respeito pela cultura popular do nosso País. E precisava ter muita coragem para assim poder fazê-lo e continuar sendo respeitado pelos intelectuais de todo o Brasil e por que não dizer de todo o mundo, como sempre foi Luís da Câmara Cascudo.

Quando a gente para um pouco e vai aos livros, à história, vemos que tem quase que um divisor de águas: a.C, antes de Cascudo e d.C, depois de Cascudo. Antes de Cascudo, a cultura popular era encarada e era vista como uma espécie de uma subcultura, algo colocado em guetos, algo colocado na periferia. Cascudo foi. E ele estudou, estudou e estudou. E quanto mais ele estudava, quanto mais ele se aprofundava, mais ele tinha o orgulho da nossa cultura popular. Mais ele tinha orgulho de dizer: "O melhor do Brasil é o povo brasileiro".

De tanto pesquisar as nossas raízes, meu querido Ministro Garibaldi, ele chegou a essa conclusão, de que o povo brasileiro, independente de qual localidade, de qual região, se era do Norte, do Nordeste, do Sul, do Sudeste, todas aquelas culturas entremeadas faziam a riqueza do nosso povo, a riqueza do nosso País.

Eu me recordo, ainda adolescente, um dia – eu ainda morava aqui em Brasília – o meu pai chegou em casa e disse: "Filha, Luís da Câmara Cascudo morreu".

Até aquele momento, eu ouvia falar de Luís da Câmara Cascudo, mas ainda, meu querido Senador José Agripino, não tinha tido oportunidade de estudar Luís da Câmara Cascudo. É interessante como, com aquela frase do meu pai, um ano depois, quando fui estudar para o vestibular, quando fui estudar o dicionário do folclore brasileiro, comecei a entender, Deputado Henrique, a grandeza e a dimensão daquele homem. Fui e cursei os bancos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o curso de Jornalismo, e ali,

com outras doses “cascudianas”, aprendi um pouco mais sobre o Rio Grande do Norte, com a história do Rio Grande do Norte, contada pelo mestre Cascudo.

O destino me fez, até pelo investimento que minha família sempre buscou fazer em mim – o Senador José Agripino muito bem sabe – fazer minha especialização na Espanha. Quando cheguei na Espanha, certa vez, fui visitar a Universidade de Salamanca – não era a universidade em que eu estudava –, considerada uma das melhores universidades do mundo. Lá chegando, na biblioteca da Universidade de Salamanca, havia uma ala reservada aos autores latinos, e dentro dessa ala reservada aos autores latinos, havia uma ala reservada aos autores brasileiros. E qual não foi a minha surpresa quando vi, a tradução não apenas em espanhol mas também em vários outros idiomas, lá na Universidade de Salamanca, de vários livros do nosso mestre Cascudo? Quanto orgulho!

É impossível dizer a dimensão do que consegui entender, naquele momento, quem era aquele homem que, naquele fatídico dia do seu falecimento, levou o meu pai a dar aquela notícia com tamanho pesar e com tamanha tristeza.

Por isso hoje venho aqui, com muito orgulho, para reverenciar alguém que foi ousado, que foi tão grandioso que resistiu a todos os chamados para que pudesse partir do Rio Grande do Norte, para que pudesse seguir em outras searas, para que pudesse avançar em outros oceanos. Ele preferiu continuar no casarão da Junqueira Aires, naquela velha cadeira que está lá imortalizada. Inclusive, faço questão de convidar, neste momento, as senhoras e os senhores para que possam conhecer um pouco mais da história de Luís da Câmara Cascudo, que hoje ainda está no mesmo local, imortalizada no Instituto Câmara Cascudo, no mesmo local onde antes Luís da Câmara Cascudo vivia.

E tenho muito orgulho de hoje poder ter, na nossa gestão, a neta de Luís da Câmara Cascudo, Camila Cascudo, vice-presidente da nossa fundação de cultura da cidade Natal, a Fundação Cultural Capitania das Artes. E estamos juntas não apenas pelo fato de ser neta, mas pelo fato de ser exímia conchedora da história de Cascudo, ela nos tem feito tomar várias e várias providências, no sentido de fazer com que aquele casarão seja cada vez mais conhecido, cada vez mais divulgado.

Divulgar a história de Cascudo é divulgar as nossas raízes, é divulgar não apenas a história do povo do Rio Grande do Norte, mas também a história do povo brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos à Prefeita Micarla de Sousa.

Convidamos o escritor e biógrafo do mestre Luís da Câmara Cascudo, Presidente da Academia Norte-Riograndense de Letras, Diógenes Cunha Lima.

O SR. DIÓGENES CUNHA LIMA – Senador Paulo Davim, que preside esta sessão, autor da indicação para o dia de hoje ser dedicado ao Brasil; esta Mesa que tanto orgulha a nós do Rio Grande do Norte; saudação aos líderes do Rio Grande do Norte que aqui estão; Senadores, Senador José Agripino; Deputados Federais; Deputados Estaduais; Prefeitos; autoridades; membros do Ministério Público e da Magistratura do Rio Grande do Norte, que tanto nos orgulha pela seriedade, dignidade no exercício da função; meus amigos, quero dizer que há um *tsunami* na minha alma no dia de hoje, por uma coisa bem simples. Eu passei vinte anos da minha vida, quase todos os dias, na casa de Câmara Cascudo, no final do dia até que ele me mandava embora dizendo: “Vá baixar em outro terreiro!”. E eu saía de sua casa, aprendendo a viver Brasil.

Na sessão de hoje, eu diria que o Senado está apenas cumprindo a Constituição. A nossa Constituição Federal de 1988, no seu art. 215 diz: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício e acesso às fontes da cultura nacional”. Acesso às fontes da cultura nacional!!

Não há maior fonte de estudos da cultura nacional do que os livros de Cascudo. Não há! Sou do ramo, conheço bem. Não há nada que se compare ao trabalho de Câmara Cascudo. Eu diria que venho aqui falar sobre duas coisas que marcam a sua presença: que Cascudo foi um brasileiro feliz, que é o título do livro, 3ª edição, que escrevi sobre ele, a primeira biografia – *Câmara Cascudo, um brasileiro feliz*. Por quê? Porque ele pacificou todos os seus desejos. Tudo o que desejou ser na vida ele fez. O que ele desejou ser? Estudar o que é o brasileiro, a nossa característica, o que nos identifica como Nação, o que marca a nossa presença no contexto da humanidade, o que nos diferencia, porque somos assim.

Sobre o que ele escreveu? Sobre os costumes, os usos, os hábitos, as crenças, as superstições, os mitos, as lendas, tudo aquilo que conforma a alma do povo. Cascudo é o arquiteto da alma nacional, é o grande arquiteto da alma nacional. De maneira que (*inaudível*) apenas deu um presente ao País ao eleger a personalidade que mais estudou este País. Nenhum escritor etnógrafo pode se comparar a Cascudo na construção da alma.

Há uma pequena anedota. Ele e Gilberto Freyre, que o Senador José Agripino tanto apresentou – havia uma certa ciúmeira, mas, no final da vida, ambos se homenagearam: Gilberto veio a Natal, conferiu a medalha, brincaram, criou-se um clima. Mas há uma anedota verdadeira. Perguntaram a Gilberto o que ele era.

Ele disse – eu queria muito bem a ele e homenageio o grande Gilberto Freyre: “Sou rival de Pedro Álvares Cabral: descobri o Brasil.” E um repórter, Vicente Se rejo, que escreveu esse belo artigo, agora registrado, contou a ele: “Olha, Gilberto disse isso.” Cascudo, com fingida modéstia, disse: “Eu não descobri o Brasil, Gilberto fez isso; eu apenas descobri o brasileiro.” Essa é a alma de Cascudo apresentada.

Ele pacificou os seus desejos porque ele fazia. Por exemplo, aqui citou Micarla a presença e o saber dele, universal. Ele estudou Camões, o livro mais perfeito que há sobre Dante Alighieri no Brasil – *Dante Alighieri e a tradição popular no Brasil*.

Ele estudou Cervantes, ele estudou Camões, ele estudou Shakespeare, mas não estudou por estudar, estudou porque ele queria saber o que era Brasil na obra deles, qual era a presença que nos identificava, como registravam essa presença. Isso foi, ao longo do seu trabalho, pouco reconhecido.

Um exemplo, eu registrei neste livro, foi numa conversa comigo, ele dizia e eu tenho orgulho de dizer, ele dizia que eu era o aluno predileto dele, eu era quase um filho, ele foi meu padrinho de casamento, fui para João Pessoa me casar, havia toda uma ligação emocional de bem-querer.

Fui seu advogado também, tive o privilégio de ser seu advogado, porque publicaram um livro dele na Inglaterra – e me permitam contar rapidamente esse episódio – sem autorização e ele estava irritado. Tive contato com um advogado inglês, que me assegurou que era uma grande ação, que era uma grande editora e, subitamente, ele me chama lá e diz: “pode desistir”. E olha a dificuldade de eu explicar ao advogado que ele havia desistido. Ele disse: “A Inglaterra me mandou os 10 livros de um escritor em inglês e agora eu posso mandar isso lá para alguns. O livro é muito perfeito, a tradução é ótima e eu posso, inclusive, mandar para alguém, porque Português é um código de guerra, pouca gente...” Resultado: a procuração ficou inútil para esse trabalho internacional da grande figura humana que era Câmara Cascudo.

Mas, por exemplo, há não reconhecimento. Neste livro eu registro a frase dele, que é a frase completa, Governadora: “O melhor produto do Brasil ainda é o brasileiro”. Ainda, ele tinha esperança de que surgisse uma coisa melhor do que o brasileiro, pelo menos o brasileiro de hoje. Ele dizia: “ainda é”. Essa frase, louvada em canto e em verso, em publicidade no País inteiro, mas não deram o crédito a ele, ninguém diz que... Não estava embaixo a assinatura de Luís da Câmara Cascudo, que deveria ter dado. Era o mínimo de respeito à sua obra magistral, que constasse na sua obra magistral.

A ONU recomenda 1% ou 2%, como a Unesco, do PIB aplicados em cultura.

Eu fiz uma frase sobre o assunto e me permito dizer: a cultura é o único remédio contra a injustiça, contra a fome, contra o desamor, a sujeira, a violência, a doença e a infelicidade.

Como deixar 0,016% do Orçamento da República para o Ministério da Cultura? Muito pouco. Mesmo com as emendas dos Deputados e Senadores, que acrescentam alguma coisa, é muito pouco, muito pouco para louvar figuras como Luís da Câmara Cascudo, como Gilberto Freyre, como Anna Maria Cascudo, sua filha, que fez o Ludovicus, a casa de Câmara Cascudo, com recursos próprios – ela, o marido e os filhos. Uma coisa magnífica. Queriam visitar, em Natal, a preservação da sua casa. Está lá, muito bonito.

Quero registrar, também, que a obra de Cascudo é monumental. Quando ele escreve *Civilização e Cultura*, um livro monumental, o mais importante do hemisfério sul escrito sobre o tema, é para mostrar do geral ao particular; da civilização do mundo para o que é o homem brasileiro. É claro que ele termina em Natal ou nos arredores de Natal, porque era o seu mundo, a sua terra, o seu destino, como apresentou, aqui, o nosso querido Senador José Agripino.

A sua obra é múltipla. Ele era apaixonado pela vida. Era um homem que sabia viver intensamente, com alegria, que criou um clube fantástico chamado Clube dos Inocentes, de 13 pessoas, e que era inocente das maldades alheias. E havia um lema que recomendo a todos deste País, deste País que tanta intriga tem feito, intriga do mal. Ele dizia: “Vou fazer a intriga do bem”. Era um clube para fazer a intriga do bem, ou seja, evitar discordâncias, evitar misérias. Vamos ver as coisas boas que estão sendo feitas, como somar, naquela coisa positiva que este País tem. Quando souber de alguma notícia boa do que alguém fez, conte a ele, registre esse fato.

Ele dizia uma frase, a frase da Academia, e eu jurei participar dessa associação criada por ele e pelo Professor Saturnino, chamada Clube dos Inocentes. Eu me ajoelhei sobre uma almofada vermelha, com a espada na cabeça, e ele disse: “Repita comigo: juro e prometo ser rei de todos e escravo de cada um”.

Ele queria que o brasileiro fosse o rei de todos, mas se sentisse escravo da permanência da bondade humana através da intriga do bem que devia ser feita.

Registro, por fim, uma coisa bem simples e uma frase que fiz, destinada a momentos grandiosos como este que o Senado cumpre, agradecendo a lembrança do nosso nome e de Murilo Melo Filho, que traz aqui a Academia Brasileira de Letras e, com o seu talento, o seu saber, a sua categoria humana; das figuras que

compareceram, que o nosso Estado teve a partir do nosso grande e querido Ministro, Senador Garibaldi Alves Filho; de João Faustino Ferreira Neto, que homenageou, na Câmara dos Deputados, os cem anos de Câmara Cascudo, que marcou uma presença simpática, importante, decisiva. Já quando Deputado Federal, fez essa indicação e esse louvor.

Quero terminar com uma frase minha, que digo como pessoas, mas que se pode dizer como nação: "Não tem futuro quem não cuida do seu passado". (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Diógenes Cunha Lima, o Sr. Paulo Davim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Deputado João Faustino.

O SR. JOÃO FAUSTINO – Sr. Presidente, Senador José Sarney; SRA. Governadora do Estado do Rio Grande do Norte; Sr. Ministro e Senador Garibaldi Alves Filho; Imortal, membro da Academia Brasileira de Letras, Murilo Melo Filho; Prefeita Micarla de Sousa; Senador Paulo Davim; meu querido amigo Diógenes Cunha Lima, poeta maior do Rio Grande do Norte e grande biógrafo de Luís da Câmara Cascudo; Srs. Senadores; Srs. Deputados; meus senhores e minhas senhoras, por delegação da família de Luís da Câmara Cascudo, cuja memória, história e trajetória de vida homenageamos nesta tarde, e por deferência de V. Ex^a, Presidente José Sarney, ocupo esta tribuna para agradecer a generosidade deste ato, repleto de significados para o Brasil e para o nosso querido Rio Grande do Norte.

A justificativa da minha presença aqui, nesta tribuna, está expressa em um artigo que escrevi para o jornal de hoje, vespertino, de meu Estado, com o seguinte teor:

No final da tarde desta sexta-feira recebo, com alegria, um telefonema de Ana Maria Cascudo Barreto, pessoa a quem dedico amizade e grande admiração. Aliás, Ana [filha de Cascudo] e Camilo, seu esposo, formam um casal sempre presente na nossa vida e na vida da cidade de Natal. Juntos souberam ser artesãos da boa convivência, sempre semeados alegria no viver, construindo amigos e contribuindo para a cultura do nosso Estado. Por onde eles passam deixam marcas de cordialidade.

Pelo telefone, Ana Maria me convida para representar a sua família na homenagem que o Senado Federal prestará à memória do seu

pai, Luís da Câmara Cascudo, nos vinte e cinco anos do seu falecimento. Solenidade que acontecerá no plenário daquela Casa do Congresso Nacional, por oportunidade iniciativa do Senador Paulo Davim.

Digo oportunamente porque a obra de Cascudo e a trajetória de sua vida devem ser lembradas todo o tempo, em todos os recantos do nosso país. A sua produção intelectual é estudada em várias universidades de todos os continentes, consagrando-o como o maior folclorista de todos os tempos. Cascudo, mesmo se dizendo provinciano incurável, fez da província a grande janela para o mundo, pois com o mundo aprendeu e para o mundo ensinava.

Lembro-me que, em 27 de maio de 1998, a Câmara dos Deputados, também em sessão solene, homenageou a memória de Cascudo pelos 100 anos do seu nascimento. Fui um dos oradores daquela solenidade, cujo discurso se encontra inserido no livro "Minha Presença no Parlamento Brasileiro e outros discursos", recém-editado pelo Senado Federal.

A convocação que, agora, recebo da sua filha [querida]

Ana Maria é, por todas as razões, honrosa. Sei e tenho absoluta convicção do que representa Luís da Câmara Cascudo para o Rio Grande do Norte, para o Brasil e para o mundo. E mais: tenho a noção exata do extraordinário trabalho que Ana [Maria Cascudo], Camilo [Barreto], [e seus netos] Daliana, Newton e Camila desenvolvem para preservar a imagem, a história e a obra magnífica desse extraordinário potiguar.

Na minha casa [por exemplo], pelo trabalho de pesquisa que Sônia, minha mulher, realizou, se constituindo como uma das biografias desse grande escritor, se encontram presentes, também, a sua memória e um pouco da sua história.

Recentemente, visitei (...) o Instituto Lúdovicus, casa onde viveu o homenageado e onde viu nascer seus filhos e seus netos. Lá se encontra o exemplo de dedicação e de amor à memória desse imortal brasileiro; lá também estão as marcas da obstinação dos seus familiares para que renasçam, todos os dias, na memória do povo, as ideias, as pesquisas e as teses cascudianas.

Repto: a missão é honrosa. Gratifica-me, como homem público, mais uma vez comparecer ao Senado da República, agora para re-

presentar a família do mais ilustre de todos os norte-rio-grandenses. Naquele recinto haverei de me lembrar de Ludovicus. Não apenas do espaço físico que Ana e Camilo souberam preservar, mas Ludovicus que é Luís. O mesmo Luís que contemplava da sua janela o pôr do sol do Potengi; que assistia, da sua varanda, à guerra, que ele chamava de “guerra santa” entre os xarias e os canguleiros; que acordava com o barulho do bonde, subindo, no amanhecer, a avenida que hoje tem o seu nome. Lembrar-me-ei do Luís, o mais importante de todos, porque dedicou-se a conhecer, em profundidade, a alma do povo brasileiro.

Com essa explicação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo a ler a mensagem da Drª Anna Maria Cascudo Barreto, que é Procuradora de Justiça, membro do Instituto Histórico e Geográfico, da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, da Academia Paulista de Letras, da União Brasileira de Escritores, da Academia Brasileira de Arte, Cultura e História, escritora de vários livros, fundadora e, atualmente, Presidente do Instituto Câmara Cascudo Ludovicus.

Senador José Sarney [diz a Drª Ana Maria], tantos laços unindo nossos grupos familiares e objetivos intelectuais; Senador Paulo Davim, potiguar, afetuoso autor da evocação/homenagem; Senadores do Brasil; funcionários da augusta Casa do povo; senhoras e senhores, amigos.

Recém-chegada – no último sábado – de temporada no Estado de São Paulo, somente ordens médicas impediram presença física na justa homenagem do Senado da República, oportunidade de reviver os vinte e cinco anos “de encantamento” de Luís da Câmara Cascudo.

Assisti, em Olímpia, São Paulo, no seu Jubileu de Caxemira, aplauso entusiástico na Arena/Recinto da cidade do folclore brasileiro perante 10 mil assistentes, à consagração, mais uma vez, de Luís da Câmara Cascudo. (...)

Na cidade de São Roque, visitamos, meu marido e minhas filhas e eu [diz Ana Maria], representando o Instituto Câmara Cascudo, o restaurante cinco estrelas na rua que tem o nome dele: Luís da Câmara Cascudo, fundado pela extraordinária artista plástica e mulher sensível Regina Helene. (...)

Discursando na Câmara Federal por ocasião de uma festiva homenagem durante o centenário de Luís da Câmara Cascudo, achei

oportuno lembrar que o Presidente Getúlio Vargas nomeou meu pai para Senador da República, e dois dias depois ocorreu a revolução. Cascudo, a respeito, comentava: “Não tenho vocação política, ela, graças ao destino, nem foiposta à prova”...

Estudiosos da sua biografia, analisando-a, ressaltam que esse fenômeno das nossas letras provou que é possível escrever uma obra de ampla erudição, numa cidade sem bibliotecas, vivendo sem nenhum privilégio de fortuna e poder, trabalhando duramente para manter sua família.

Nos seus livros, há o historiador, o etnógrafo, o antropologista, o sociólogo, o ensaísta, jornalista, tradutor e comentador, memorialista, filósofo, cronista. Lançou estilos, como a crônica histórica; inventou conceito brasileiro para a literatura oral, deu foros de ciência ao folclore, inovou fornecendo caráter enciclopédico a sua pesquisa. Sua atualização e modernidade são surpreendentes. (...)

A Drª Ana Maria diz mais, Sr. Presidente José Sarney:

Mais famoso intérprete da alma brasileira, graças a uma centena e meia de obras que escreveu, tratando com inteligência e saber de todos os aspectos mais importantes da vida nacional, Luís da Câmara Cascudo, sintetizando História da Alimentação no Brasil, Civilização e Cultura, Vaqueiros e Cantadores, Dicionário do Folclore Brasileiro, Cinco Livros do Povo, História dos Nossos Gestos, foi, sem dúvida, um apóstolo e divulgador das manifestações do nosso povo.

Embaixador da imagem brasileira, dizia da importância do Brasil conquistar o respeito internacional no plano da civilização, sem perder o jeito moleque de sorrir que o amalgama das raças que nos formaram imprimiu na nossa personalidade original.

Detentor de honrarias, medalhas e títulos incontáveis, tenho a liberdade de sugerir que ficaria especialmente feliz agraciado no Congresso Internacional dos Contadores de História, em Belo Horizonte, com o título de “Padroeiro da Tradição” e agora repito os dizeres do Santinho:

“Agora vou me deitar na rede/ pois eu sei que o Santo entende/ que amanhã é dia de festança/ vai ter música, aguardente e dança/

pro meu coração enamorado./ Valei-me meu São Cascudo!"

Que ele abençoe o Senado com a luz da sua harmonia serena.

Anna Maria Cascudo Barreto.

Escritora, Acadêmica.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Antes de encerrar esta sessão, quero agradecer, primeiro, ao nosso colega, Senador Paulo Davim, pelo requerimento que fez, com a assinatura de outros Senadores, para prestarmos essa homenagem à Câmara Cascudo.

Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho, também aqui honrando com sua presença esta Casa que também é sua; João Faustino, representando aqui a família de Luís da Câmara Cascudo; Murilo Melo Filho, que é Secretário-Geral da Academia Brasileira de Letras; SRA. Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, nossa Senadora Rosalba Ciarlini, que aqui deixou tantas saudades; SRA. Prefeita Micarla de Sousa; Sr. Presidente da Academia Norte-RioGrandense de Letras, grande escritor e notável poeta, Diógenes Cunha Lima; minhas senhoras e meus senhores; demais autoridades aqui presentes, o Senado agradece a presença de todos.

Quero destacar ainda as presenças do Deputado Henrique Eduardo Alves; do Deputado Federal Paulo Wagner; da SRA. Sandra Rosado; do Sr. José Delgado; da Ângela Maria Paiva Cruz; da Larissa Rosaldo e Augusto Carlos Viveiros; minhas senhoras e meus senhores, o Senado, hoje, associa-se ao Brasil ao culto à memória de Câmara Cascudo, logo, nesta data em que comemoramos os 25 anos do seu falecimento.

Dos santos e dos sábios não se comemora a data do nascimento, mas assim a data de sua morte. É aí nesse momento que ele entra para a eternidade, para ter aquela figura permanente que jamais desaparece da memória de todos nós.

Câmara Cascudo foi, sem dúvida nenhuma, um intelectual completo. Um homem de aguda inteligência. Dedicou toda sua vida ao estudo e acumulou um vastíssimo saber. Basta dizer que foram mais de 150 títulos escritos por Câmara Cascudo.

Foi ele quem incorporou visceralmente ao patrimônio nacional o estudo do folclore do nosso povo, na análise dos nossos tipos humanos. E é possível dizer, sem qualquer vacilação, que poucas pessoas conheceram tão profundamente o Brasil e o povo brasileiro quanto Luís da Câmara Cascudo.

Tive a oportunidade de estar com ele algumas vezes e de reverenciar pessoalmente o que ele repre-

sentava para a cultura brasileira, para a inteligência brasileira.

Provinciano incurável, assim o definia Afrânio Peixoto. Jamais ele saiu da sua terra natal em busca de glória.

A sua glória foi ali plantada, ali cresceu e dali se projetou para todo o País e para a eternidade da nossa história da Literatura.

Quando seu nome foi lembrado pelo Presidente Getúlio Vargas para o Senado, ele agradeceu o convite dizendo: "Deste reino, só para o Céu". Assim ele considerava o Rio Grande do Norte.

Viajou pelo mundo, viu várias civilizações, estudou-as e bebeu o vinho arcaico das nossas raízes, sem abandonar a sua terra-berço. Sem dúvida alguma, esse é um traço marcante na história de Câmara Cascudo.

Valorizava tanto o conhecimento e a erudição da Sorbonne quanto o aboio dos vaqueiros do Nordeste e a labuta diária dos caboclos da Serra da Borborema.

É certo que, aqui, muitos oradores disseram sobre a figura de Câmara Cascudo, mas, nunca, as nossas palavras poderão, certamente, expressar aquilo que ele foi em vida. Também não devemos esquecer a sua personalidade, a pessoa humana que foi Câmara Cascudo. E, para isso, acho que quero repetir aquilo que disse o Cônego Jorge O'Grady de Paiva, quando ele, em comovido sermão, terminou dizendo:

A maior grandeza de Luís da Câmara Cascudo foi o seu calor humano, o seu coração, seus sentimentos, suas amizades e seu excepcional dom de comunicação. Não se confinava na torre de marfim dos que se isolam, envaidecidos e narcisistas, olhando, de soslaio, para os outros mortais e destes vendo, de preferência, os defeitos, as falhas, as deficiências e os erros.

Foi um homem com uma excepcional grandeza de coração.

O Senado, hoje, assim, presta este tributo ao autor de uma obra extraordinária, que sabia tudo do Brasil, sabia tudo do nosso povo, sabia tudo do nosso folclore, sabia tudo da nossa cultura e de nossa raça. Com ele, nós passamos a ter consciência de nós mesmos.

Ao fazer esta homenagem, que é singela, o Senado, como eu disse, junta-se ao culto da memória desse grande rio-grandense-do-norte.

Portanto, eu quero terminar estas minhas palavras com as palavras de Jorge Amado, quando ele disse: "Graças a Câmara Cascudo, nós tínhamos a nossa consciência de nós mesmos".

Muito obrigado pela presença de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os Srs. Senadores Cyro Miranda e Wilson Santiago enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a etnografia e a etnologia modernas decerto encontram em Luís da Câmara Cascudo um precursor, porquanto esse educador, folclorista e ensaísta compreendeu cedo que a história não poderia ser reduzida apenas à biografia e aos feitos dos homens ilustres.

Não que estes não devam receber o devido destaque como líderes dos movimentos balizadores de cada trecho dos diversos períodos da história da sociedade brasileira.

Mas a construção dos episódios tem fronteira bem mais ampla do que o poder exercido pelos políticos ou pelas classes proeminentes na sociedade e engloba os hábitos, os costumes, os valores e as crenças do homem comum, da metrópole e do interior.

Esse alcance e percepção da vida nacional foram sabiamente compreendidos por Luis da Câmara Cascudo, que se debruçou sobre o detalhe, o pormenor das culturas brasileiras e manteve um olhar atento ao descrever o sertanejo e contar a sabedoria popular, com o fez, por exemplo, em Vaqueiros e Cantadores.

Sem dúvida, Vaqueiros e Cantadores é um dos livros que consagra este filho do Rio Grande Norte, emérito professor, educador e folclorista a quem homenageamos pelo transcurso do 25º aniversário de sua morte, ocorrida em 30 de julho de 1986.

A dedicação de Câmara Cascudo ao estudo da cultura popular rendeu-nos, como legado, uma vasta obra com mais de cem volumes, reconhecida no Brasil e no exterior.

Não é possível falar em folclore no Brasil, sem mencionarmos o nome de nosso homenageado, tampouco sem reconhecer a importância do magistral Dicionário do Folclore Brasileiro.

Cascudo teve o alcance intelectual para compreender o sentido e as origens dos hábitos mais comezinhas da vida da cidade e do campo, tão bem traduzidos em volumes como Rede de Dormir e História da Alimentação no Brasil.

Esse proeminente intelectual fez os grandes centros do Sul e do Sudeste curvarem-se à pujança de sua obra, expressão legítima do Nordeste, cantado em cordéis, descrito em mitos e crenças passadas de geração a geração pela cultura popular.

Cascudo nasceu em uma família que pôde lhe proporcionar acesso à educação de boa qualidade, com preceptores particulares.

Mas o mérito de nosso homenageado foi exatamente romper as fronteiras de uma vida, que poderia ter-se restringido ao mundo dos grandes acontecimentos, para mergulhar na etnologia e etnografia, que delineiam um retrato mais justo e preciso da história ao compô-la, também, pela rotina e os costumes dos homens comuns.

Como bem descreve o pesquisador Vicente Se-rejo, assim é que “filho único de Francisco Justino de Oliveira Cascudo e Ana Maria da Câmara Cascudo, ele comerciante e coronel da Guarda Nacional, ela dos afazeres domésticos, nasceu Luís da Câmara Cascudo em Natal, a 30 de dezembro de 1898, onde viveu 88 anos até seu coração parar na tarde do dia 30 de julho de 1986.

Na água do primeiro banho a mãe despejou um cálice de Vinho do Porto para o filho ter saúde e o pai a temperou com um Patação do Império para merecer fortuna. O Padre João Maria, um santo da cidade, batizou-lhe no Bom Jesus das Dores, e a poetisa Auta de Souza, amiga da sua mãe, embalou seu choro forte de menino-homem”.

Sem dúvida, são descrições como essa que motivaram o encanto e a dedicação de Luís Câmara Cascudo para compor uma vasta obra sobre os hábitos, a cultura e o folclore brasileiro.

Que este potiguar possa continuar a ser lembrado pela sua contribuição como educador, ensaísta e folclorista e a inspirar as novas gerações a continuar-lhe a obra de trazer para o centro da historiografia a cultura popular.

Muito obrigado!

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, o Senado Federal nesta sessão de hoje uma justa homenagem ao nordestino do Rio Grande do Norte, Luiz da Câmara Cascudo. Trata-se de uma oportuna e feliz proposta feita pelo senador Paulo Davim, conterrâneo do homenageado, e que lembra os 25 anos da morte de Câmara cascudo, ocorrida em 30 de julho de 1986, em Natal.

Câmara Cascudo foi um dos mais importantes estudiosos do folclore e da etnografia brasileira, e, particularmente, do Nordeste. Reconhecido nacional e internacionalmente por suas incontáveis, e importantes obras, o alcance de seus estudos vão bem além do seu querido Rio Grande do Norte. Quando ainda vivia, foi alvo de significativas homenagens prestadas pelos paraibanos, especialmente pela Universidade Federal da Paraíba.

Um pouco da vida e da obra de Câmara Cascudo torna-se importante neste momento. Filho de um coronel e de uma dona de casa, de família abastada, Luís da Câmara Cascudo estudou no Externato Coração de Jesus, um colégio feminino dirigido por religiosas. Teve professores particulares e depois, por vontade do pai, transferiu-se para o Colégio Santo Antônio.

Durante a adolescência, teve fama de namorador, mas acabou apaixonando-se por uma moça de dezesseis anos, Dália, com quem se casou em 1929. Tiveram dois filhos, Fernando Luís e Ana Maria Cascudo.

Câmara Cascudo exerceu várias funções públicas, entre as quais professor, diretor de escola, secretário do Tribunal de Justiça e consultor jurídico do Estado. Como jornalista, assinou uma crônica diária no jornal "A República" e colaborou para vários outros órgãos de imprensa do Recife e de outras capitais.

Na política, foi divulgador da ideologia integralista (uma adaptação brasileira do fascismo, exercendo militância na imprensa. Mas, logo desencantou-se com o fascismo, tomando a defesa das forças democráticas na luta mundial contra o nazismo e o fascismo. Em 1951 tornou-se professor de Direito Internacional Público na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Três anos mais tarde, lançou a sua obra mais importante como folclorista, o "Dicionário do Folclore Brasileiro", obra de referência no mundo inteiro. No campo da etnografia, publicou vários livros importantes como "Rede de Dormir", em 1959, "História da Alimentação no Brasil", em 1967, e "Nomes da Terra", em 1968. Publicou depois, entre outros, "Geografia dos Mitos Brasileiros", com o qual recebeu o prêmio João Ribeiro da Academia Brasileira de Letras.

Em seu livro "Vaqueiros e Cantadores", Câmara Cascudo narra histórias não só do Rio Grande do Norte, mas, também, da Paraíba. Histórias contadas pelo povo, com quem adorava conviver.

Como ele próprio admitiu, um dia, era um provinciano incurável, pois nunca aceitou sair de sua terra, apesar de convites feitos em momentos diversos por Getúlio Vargas, Agamenon Magalhães e Juscelino Kubitschek.

Em 1965, Câmara Cascudo escreveu uma obra definitiva, "História do Rio Grande do Norte", coligindo pesquisa sobre sua terra natal, da qual jamais se desligou. Sua obra completa, densa e vastíssima, engloba mais de 150 volumes. O pesquisador trabalhou até seus últimos anos e foi agraciado com dezenas de honrarias e prêmios. Morreu aos 87 anos.

Assim, pela importância que tem Câmara Cascudo, não somente para o Rio Grande do Norte, para a Paraíba, mas, também, para o Brasil, junto-me aos que neste instante prestam esta homenagem à sua

memória. Faço isto para ressaltar, sobretudo, a importância de seus estudos na compreensão do Brasil, e o significado de sua vida, a servir de exemplo para as gerações de hoje e de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Está suspensa a sessão por cinco minutos, para cumprimentarmos os nossos honrados convidados.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 12 minutos; e é reaberta às 16 horas e 15 minutos)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Está reaberta a sessão.

Antes de dar a palavra ao Senador Marcelo Crivella, que a solicitou à Mesa, para uma comunicação urgente...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Senador Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria me inscrever para falar pela liderança da oposição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será inscrito, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Wilson Santiago, também pela presidência...

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Perfeitamente.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Então, antes de dar a palavra a V. Ex^a, já tinha pedido o Senador Marcelo Crivella, que veio à mesa para uma comunicação urgente. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

Senadora Ana Amélia, queria levantar uma questão de ordem ou fazer uma comunicação?

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pode ser – se V. Ex^a me inscrever – para uma comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Comunicação inadiável, eu sou o segundo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Geovani Borges.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Eu aguardo, então, depois que falar o Senador Crivella. É apenas um registro, Sr. Presidente. Usar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Será dada a palavra a V. Ex^a.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – E antes de o Senador Crivella usar da palavra, eu quero comunicar à Casa que foi protocolado um requerimento, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal, combinado com o art. 145, do Regimento Interno do Senado Federal, requerendo a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, para apurar as causas e as condições de responsabilidade relacionadas ao Dnit.

O citado requerimento, contudo, não tem os requisitos regimentais necessários à sua tramitação, número legal.

Nesse sentido, nos termos do parágrafo único do art. 244 do Regimento Interno do Senado, a Presidência devolve o requerimento ao seu signatário.

Peço à Senadora...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendo a exigência regimental. Lamento a operação empreendida, na calada da noite, para retirada de assinaturas. Uma pressão indiscutível e perfeitamente dispensável num momento como esse em que estamos vivendo no Brasil.

Lamento, profundamente, porque desnuda o Governo. Revela a existência de uma farsa. Quando se propala que há, da parte da Presidência da República, a iniciativa de se promover uma limpeza no Governo e, quem sabe, mudar o modelo, faz-se um jogo de cena. Isso não é verdadeiro.

A partir desta ação desenvolvida na calada da noite, fica explícito que não há o desejo do Governo de promover mudança no modelo de promiscuidade que compromete a eficiência administrativa e, sobretudo, facilita as ações de corrupção no Governo.

Lamentamos, profundamente, e queremos anunciar, Sr. Presidente, em que pese todas as dificuldades, a oposição tem que cumprir o seu dever e vai reiniciar a coleta de assinaturas. Certamente, os 25 que mantiveram as suas assinaturas haverão de recolocá-las em novo requerimento. Nós deixaremos esse requerimento à disposição porque entendemos deva existir ainda um espaço para indignação entre os aliados do Governo.

Concluo, Sr. Presidente, para não exagerar, prolongando-me nessa dissertação, afirmando: se este Parlamento estivesse vivendo um dos grandes momen-

tos da sua História, a CPI seria inevitável. E a pergunta que faço: onde fica a altivez da tribuna, a majestade da Mesa e a grandeza deste Plenário diante da omisão do Parlamento brasileiro quando escândalos são anunciados reiteradamente pela imprensa do País?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Sr^{as}s e senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

Ainda perduram os ecos da triste notícia de capa da edição do último domingo da **Folha de S. Paulo**, envolvendo nas suas teias insidiosas oficiais do mais alto escalão do Exército. Dizia: "Comando do Exército é alvo de investigação.

Generais são suspeitos de desvios nos Transportes. Força diz desconhecer inquérito. O Comandante do Exército, general Enzo Martins Peres e mais sete generais viraram alvo de uma investigação da Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

É justo indagar que substanciais e indubitáveis provas foram obtidas para se estampar nas folhas de um jornal que há pouco, para orgulho nosso, comemorou seus 70 anos no plenário desta Casa, tão desalentadora e afrontosa notícia, cujas consequências devastadoras são incalculáveis no moral da Pátria, no espírito de nossos cidadãos, na crença dos jovens oficiais, dos cadetes, dos praças, espalhados na vastidão do nosso território, nessa instituição que se estrutura na hierarquia e na disciplina e se forja no exemplo de abnegação e sacrifício de seus líderes e, finalmente, na imagem que o Brasil procura construir diante do mundo?

E o leitor constata, após o impacto tectônico do título, que segue uma matéria cujo conteúdo não corresponde, não justifica, não é proporcional, não lastreia, nem sequer explica o tom gravíssimo que a chamada relampeja.

É que, além de algumas linhas dando conta do andamento do processo e o nome das autoras, duas senhoras Procuradoras, o restante são meros indícios de uma suposta trama mirabolante envolvendo empresas, milhões de reais e tantos generais que comandaram o Departamento de Engenharia e Construção do Exército e outros que foram diretores do prestigioso Instituto Militar de Engenharia e, diga-se de passagem, pelo cargo que exerciam, são obrigatoriamente possuidores de exemplar vida pública nos longos anos de serviços prestados à Pátria, na árdua rotina de colégio, de academia, de Escola de Aperfeiçoamento do Estado Maior, avaliados em cada prova, em cada

exercício de campo, no rigor do esforço físico, na pontualidade, no trato com superiores e subordinados, nos atributos morais e intelectuais por diversas chefias em diversas ocasiões, e tudo isso superado com extraordinário sucesso. Pois bem, nessa investigada ilicitude, esses generais estariam em conluio com um Coronel e um Major, que os induzem a todos participar de uma quadrilha para assaltar o Brasil. E assim, num átimo, são lançados nas páginas apocalípticas do noticiário.

Que provas são essas tão graves e relevantes para se atirar uma instituição que devíamos proteger como patrimônio moral do povo brasileiro, cujo patriotismo jamais desmentido escreveu as páginas mais gloriosas de nossa história num melancólico e oprobioso descrédito? Sim, porque se fosse um oficial ou dois, poderia se tratar de um caso isolado, mas uma geração de oficiais generais confere uma dimensão crônica ao problema e põe em dúvida os critérios, a seriedade, os princípios de formação e avaliação da Força como um todo.

Pois bem, as provas para incriminar os generais, sobretudo o comandante do Exército, e que justificaria a sua imagem colocada no topo do fantasioso infográfico que insinua o caminho da corrupção, são supostos desmandos de oficiais subalternos tão distantes da esfera de interferência e decisão do chefe do órgão, não apenas por organograma, mas pela natureza dos princípios da hierarquia.

É estranho supor, é até temerário admitir que à época o então major Enzo Martins Peri, quando encarregado de licitações, nunca tenha sido questionado em suas decisões numa carreira absolutamente imaculada. Como agora se disporia a se envolver como general diretor do departamento? Isso não faz sentido. No fanatismo de acusar, por vezes as pessoas se tornam energúmenos blindados aos apelos da razão, aos apelos óbvios do bom senso.

Mas o fato concreto é que essa denúncia chegou antes ao Exército que, à época, não se eximiu de cortar na carne e mandar instaurar o IPM que encaminhou à justiça, que ouviu o Ministério Público, e esse é o âmago da reportagem que, portanto, perde a sua credibilidade ao omitir que aquele a quem ela mais acusa foi o que, à época, a tempo e a hora, tomou as providências cabíveis para a punição dos supostos crimes.

Eu não defendo o arquivamento da investigação. Pelo contrário, com a proporção conferida ao caso, a meu juízo precipitada e exacerbada, mais do que nunca se deve investigar no fio da navalha e com o maior rigor da lei tudo que deva ser perscrutado, inquirido, desvendado, sondado, elucidado, porque tenho a mais absoluta confiança de que, em primeiro lugar, esses generais jamais se uniram para assaltar o Estado, não

possuem o perfil de quadrilheiros, suas vidas dizem o contrário. O mérito obtido na carreira militar, que só é possível pelo exercício constante da renúncia e do idealismo e que os credencia em dignidade e honradez diante da Pátria, grita aos céus e aos homens de boa vontade o oposto, e, segundo, porque, desgraçadamente, é suportando as chagas dolorosas do mais irreverente e patético escárnio que se desmascaram as acusações afoitas para se obter, finalmente, a solene e derradeira revogação das injurias, infâmias e calúnias.

É triste constatar que no Brasil de hoje um sacerdote, um leigo, um general, um civil, um parlamentar, um eleitor, um juiz, um promotor, um cidadão qualquer, ninguém é digno de contar com o beneplácito da presunção de inocência diante da fúria avassaladora das rotativas em busca do lucro a qualquer preço. Entretanto, por mais que deva nesta hora sombria defender desta tribuna a cidadania, não quero me deter no drama pessoal desses homens. São soldados. São bravos. Saberão superar suas adversidades, mesmo que ainda no vértice da insanidade, por um tempo, só lhes reste o aplauso da própria consciência.

Quero falar sobre o meu País e sobre a nossa gente. Quero falar sobre os valores maiores da Pátria que, em última análise, repousa sobre o ânimo de seus cidadãos e a esperança que os acalenta no sucesso do seu próprio destino. Como é duro ver o desalento que noticiários irresponsáveis trazem à dona de casa desprevenida, ao cidadão comum das ruas, ao estudante e ao trabalhador, que são surpreendidos diante de uma notícia que levianamente levanta suspeitas e denuncia o que seria talvez a pior das nossas desgraças, que é o desmoronamento moral de uma instituição sem a qual nem sequer existiria o Brasil. E assim nossa gente se sente traída, desconfia da índole da brasiliade, perde sua autoestima e passa a ver com malícia as iniciativas de seus governantes.

Quem será capaz de dimensionar com precisão o estrago no espírito da Nação?

Aquelas sociedades que não cultivam o respeito aos seus líderes, aos seus quadros históricos e às suas autoridades legalmente constituídas para ao menos garantir a eles o mais elementar dos Direitos do Homem, que é a sua honra, aqueles que sentam à roda dos escarnecedores para vilipendiar a dignidade alheia, que são rápidos para concluir, para generalizar e propagar de maneira direta ou indireta o desprezo às instituições e aos homens que deram o tempo da sua existência para construí-las poderão constituir um ajuntamento de pessoas, um amontoado, mas jamais...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – ...serão uma nação rica, poderosa, culta, (*Fora do microfone.*) justa e humana, que se engrandece na prática das virtudes a serviço da humanidade.

Já vou concluir, Sr. Presidente.

Quase todos os dias lemos denúncias nos jornais. Prezamos uma imprensa livre como patrimônio da democracia e baluarte da liberdade. Mas o que parece é que essas notícias que são eminentemente tristes e que devem ser tratadas sempre com pesar, posto que nos envergonham a todos, são, na verdade, publicadas com um certo sadismo, como no afã incontrolável e insaciável de um vício, numa orgia histérica de júbilo neurótico, onde se busca, passada uma, logo outra que lhe supere o horror, como uma dose mais forte para consagrar como troféu a ambição de supostos justicieros.

No ímpeto desse estranho rancor, desse ódio invencível, dessa incansável atividade de cultivar no coração do povo o desprezo pelos seus líderes, é que se acabam cometendo excessos de graves consequências e retrocessos custosos.

Ontem à noite, Presidente, quando escrevi essas linhas...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Preste atenção nisto Presidente, por favor. (*Fora do microfone.*) quando escrevi essas linhas, Sr. Presidente, checou-me uma nota... Viu Presidente Sarney? Chegou ao meu conhecimento uma nota de esclarecimento da Procuradoria-Geral da Justiça Militar. Eu vou ler o primeiro parágrafo:

Em razão de matéria publicada na edição de domingo, dia 31 de julho de 2011, da Folha de S.Paulo, a Procuradoria Geral de Justiça Militar esclarece que o comandante do Exército General Enzo Martins Peri não é alvo de investigação do Ministério Público Militar...

Será que essa nota, Presidente, terá a mesma repercussão que a capa de um jornal, na primeira página de domingo? Será que chegará aos quartéis, aos lares, aos sindicatos, às escolas e às igrejas como um bálsamo a recobrar a exatidão dos fatos e redimir a injustiça cruel dos excessos?

Eu concluo, Sr. Presidente. Meus senhores e minhas senhoras, cabe alertar que foi na overdose de uma suposta liberdade de imprensa que o empresário naturalizado americano Rupert Murdoch, há poucos dias, viu sucumbir seu antes prestigioso jornal num obscuro e melancólico crepúsculo e se encontrou na contingência vexatória de não só pedir desculpas ao povo britânico, mas como eram tão irrecuperáveis e

viciadas as editorias tresloucadas de suas redações, num ato expiatório dramático, adotar o único caminho que lhe restou que foi liquidar para sempre aquele infame jornal.

Queira Deus que a imprensa brasileira se engrandeça na pujança da nossa cultura e na inegociável defesa dos princípios sagrados da nossa cidadania, mas sem jamais esquecer que a eles o antecedem e sobrepõem o respeito à honra de cada cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

A SRA. MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem. Antes a Senadora Ana Amélia queria falar.

Mas eu queria dizer que me associo às palavras de V. Ex^a na defesa do Comandante do Exército, General Enzo, sobre o qual o testemunho de todos nós é de um homem honrado, que tem prestado relevantes serviços a este País.

Senadora Ana Amélia

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente José Sarney. É com muita alegria que como jornalista – e V. Ex^a também partilhou desse grande ofício tão importante, hoje tão polemizado – hoje estou aqui para uma homenagem muito singela a uma servidora desta Casa, uma comunicadora jornalista que está se aposentando hoje, depois de trinta anos de serviços prestados, inclusive como locutora por quase três décadas de A Voz do Brasil, que mostra tudo que vem sendo feito na atividade parlamentar. À Thaís Vivácqua os nossos cumprimentos e o desejo de que ela tenha um justo e merecido descanso nessa aposentadoria.

A Thaís foi a única voz feminina, Presidente José Sarney, do programa por quase duas décadas, até a criação da Rádio Senado e a contratação de novas vozes e novas profissionais.

Participou, também, de outros programas institucionais como a Voz da Constituinte em 1988, e a Revisão Constitucional.

Na Rádio Senado, a nossa colega Thaís Vivácqua, também minha colega comunicadora, gravou especiais importantes para a cultura e a história do nosso País, como Brasil 500 anos, Século XX e Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro.

A voz da Thaís, que está nos deixando e deixará muitas saudades nesta Casa, ouvida pelos brasileiros dos mais distantes recantos do País, é a mesma que direciona as ligações feitas pelo telefone geral do Senado e, dessa forma, seguirá tendo a atenção, por muito tempo, daqueles que telefonam para o Senado

Federal para obter informações, para receber informações sobre o nosso trabalho aqui.

Além da mensagem pelo telefone do Senado e da lembrança de uma voz marcante, serena e tranquila, Thaís Vivácqua continuará sendo referência pela sua competência e habilidade na atividade profissional, e também pelo compromisso com o serviço público e com a boa comunicação.

Feliz e merecido descanso, querida Thaís Vivácqua.

Esse era o meu registro. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência se associa às palavras de V. Ex^a.

Determino que na ficha funcional da Thaís Vivácqua sejam incluídas as palavras que V. Ex^a acaba de proferir neste plenário.

A SRA. MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senadora Marta Supilcy.

A SRA. MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de saber se ainda tem espaço para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Como?

A SRA. MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Para comunicação inadiável. Quero me inscrever. Se tem ainda uma vaga.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Tem uma vaga e V. Ex^a está inscrita para comunicação inadiável.

A SRA. MARTA SUPILY (Bloco/PT – SP) – Ótimo, então gostaria de preencher essa vaga.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 98/2011 – GLDBAG

Brasília, 2 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Vanessa Grazziotin como membro titular na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício. nº 157/2011 – CRE/PRES

Brasília, 1º de agosto de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney,

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que na reunião do dia 14 de julho do corrente designei os seguintes senadores para compor a Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes:

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)			
BLAIRO MAGGI (PR)	MT-6167	1. JORGE VIANA (PT)	AC-6366
DELcíDIO DO AMARAL (PT)	MS-2452	2. MARCELO CRIVELLA (PRB)	RJ-5225
BLOCO PARLAMENTAR (PV, PMDB, PP, PMN, PSC)			
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	SC-6446	1. ANA AMÉLIA (PP)	RS-6083
FRANCISCO DORNELLES (PP)	RJ-4229	2. PEDRO SIMON (PMDB)	RS-3232
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)			
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	GO-2091	1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)	RN-2361

Atenciosamente, com o abraço de

Senador **FERNANDO COLLOR**
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

OFÍCIO GSINAR Nº 203 – 2011

Brasília, 3 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Em razão de compromisso político anteriormente agendado, informo não ser possível atender a indicação para participar de diligência da Comissão Temporária de Defesa Civil, junto à Assembleia Legislativa de Pernambuco, no próximo dia 8 de agosto deste.

Receba nesta oportunidade minhas renovadas manifestações de elevado apreço. – Senador **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 925, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do empresário Antônio Júlio de Jesus Trindade (conhecido como Júlio Pirata D'Iracema), ocorrido dia 30 de julho último, em Fortaleza/CE, com apresentação de condolências à família, representada por sua esposa, Yane Trindade, e por seu filho, Rodolphe Trindade.

Justificação

Português de nascimento (nasceu em Lisboa, em 10 de março de 1946), cidadão do mundo por vocação (viveu com a família na França, Estados Unidos, Canadá e Caribe), e, finalmente, brasileiro e cearense por escolha e paixão, Júlio Pirata transformou o Bar do Pirata, localizado na Praia de Iracema, em uma das maiores atrações internacionais de Fortaleza.

O Pirata Bar e Resto foi inaugurado em 1986, em sociedade com o seu filho, Rodolphe. Apesar de só funcionar às segundas-feiras (a famosa “Segunda-Feira mais Loura do Mundo”), a casa recebe mais de 2 mil pessoas em cada uma de suas sessões, que têm servido, ao longo dos anos, como importante espaço para que músicos, humoristas e outros artistas possam apresentar seu trabalho, revelando novos talentos e confirmando a força da arte popular cearense e nordestina. Tornou-se, assim, um dos mais importantes espaços culturais de nosso Estado.

Júlio chegou ao Brasil em 1981, instalando-se primeiro em Salvador/BA, onde ajudou a fundar o projeto Tamar, de proteção a tartarugas marinhas.

Conhecendo o Ceará em 1985, a convite de amigos, ali resolveu fincar raízes. Viveu primeiramente no município de Amontada, no litoral oeste do Estado,

onde realizou importante trabalho de apoio às famílias locais, em busca de melhores condições de vida. Mudou-se para Fortaleza em 1986, ano da criação do Bar do Pirata. Em 1991, criou a Fundação Pirata Marinheiro, que desenvolve atividades voltadas para a educação e cidadania, além da preservação ambiental e desenvolvimento comunitário em Fortaleza, Itapipoca e Amontada.

A cultura e a cidadania cearenses estão de luto pela morte desse inesquecível e bem-humorado cidadão brasileiro, e o Senado Federal se solidariza com este sentimento, por meio deste Voto de Pesar. – Senador **Inácio Arruda**.

REQUERIMENTO Nº 926, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, apresentação de condolências ao Vereador Acrísio Sena, Presidente da Câmara de Vereadores de Fortaleza, e à sua esposa, Srª Selma Almeida, em virtude do falecimento do seu filho, Dimitri Almeida Sena, ocorrido dia 30 de julho último, em Fortaleza/CE.

Justificação

O trágico falecimento, em acidente de trânsito, do jovem Dimitri Almeida Sena, 24 anos, estudante e trabalhador da área da computação, figura promissora da juventude cearense, chocou a população de Fortaleza e abalou a sua família, em que se destaca, pelo importante trabalho realizado em defesa das lutas dos trabalhadores, o Vereador Acrísio Sena, atual presidente da Câmara Municipal de Fortaleza.

Ao apresentar suas condolências à família, o Senado Federal se junta à sincera manifestação de pesar de toda a sociedade cearense. – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 927, DE 2011

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Exmº Sr Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Passos, informações sobre a expectativa de entrega da pavimentação da BR-364 no Estado do Acre (Trecho Sena Madureira/Cruzeiro do Sul), os recursos disponíveis, os contratos originais com seus respectivos aditivos e as empresas participantes da execução da obra com seus trechos contratados e montante negociado.

Justificação

A BR-364 representa para todo o povo do Acre, em particular para a população do trecho Sena Madureira/Cruzeiro do Sul, uma verdadeira redenção em termos de desenvolvimento econômico e progresso social.

A pavimentação do trecho vai assegurar de forma definitiva a ligação da região do Juruá e adjacências com o resto do Estado e o país, garantindo ainda a plena trafegabilidade e, por conseguinte, a mobilidade da população durante todo o ano, hoje só possível via terrestre durante os meses de verão da região amazônica.

Vale ainda adiantar que, a pavimentação completa do trecho vai estimular a continuidade da rodovia, por sua proximidade, com a cidade peruana de Pucalpa, ligada ao litoral deste país por excelente rodovia, o que vai potencializar, assim, outra saída para o Pacífico além da Transoceânica via BR-317.

Uma vez que os trabalhos de pavimentação se desenrolam há mais de 15 anos, aumentando a expectativa da população que vive ao longo da rodovia, bem como de muitos empresários que passam a ver na região uma boa oportunidade para investimentos, venho solicitar as informações supracitadas, já que possuem importância político-econômica capital para toda a região.

Sala das Sessões, – Senador Sérgio Petecão, Líder do PMN.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 928, DE 2011

Tendo em vista informações veiculadas na imprensa sobre eventuais atrasos no cronograma das obras de Transposição do Rio São Francisco, requeiro nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Integração Nacional as seguintes informações:

1. O cronograma de execução físico-financeira da obra com as razões que explicam o atraso para sua conclusão;
2. Informações referentes à garantia de repasse dos recursos;
3. Abordagem analítica das condições atuais da obra, discriminando as ações levadas a cabo e elencando eventuais dificuldades para sua finalização;
4. Informações sobre o relatório do TCU aprovado em abril deste ano.

Justificação

De acordo com o Governo Federal, a Transposição do Rio São Francisco distribuirá água a 390 municípios dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e

Rio Grande do Norte – uma população de 12 milhões de nordestinos.

A transposição, contudo, tem sido criticada por ambientalistas e representantes de alguns setores da sociedade. A resposta do governo é de que o número de empregos criados, direta e indiretamente, graças ao projeto, bem como a solução do problema da seca, derrubam toda e qualquer crítica.

No entanto, a declaração do Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, de que as obras de transposição, vitais para a região nordeste, irão ficar mais caras e que a água só vai começar a chegar aos nordestinos a partir de 2014, trouxe inquietação e desassossego a milhões de nordestinos, além de pesquisadores, ambientalistas, comunidades indígenas e populações ribeirinhas envolvidas com o Projeto.

Sala das Sessões, – Senador Vital do Rêgo.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 733, DE 2011

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 103, de 2011 (nº 246/2011, na origem), que “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos dos arts. 84, inciso XIV; 52, inciso III, alínea e; e 128, § 1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República”.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 3 de agosto de 2011, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador Francisco Dornelles sobre a Mensagem nº 103, de 2011, opina pela aprovação da escolha do nome do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República, nos termos dos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea “e”, e 128, § 1º, da Constituição Federal, por 21 (vinte e um) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2011. – Senador Eunício Oliveira, Presidente – Senador Francisco Dornelles, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 1155 N° 103 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/08/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Senador Eunício Oliveira</i>
-------------	---------------------------------

RELATOR:	<i>Senador Francisco Sartori</i>
----------	----------------------------------

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)

JOSÉ PIMENTEL	<i>blokane</i>	1. EDUARDO SUPLICY	<i>Eduardo Suplicy</i>
MARTA SUPLICY	<i>Marta Suplicy</i>	2. ANA RITA	<i>Ana Rita</i>
PEDRO TAQUES	<i>Pedro Taques</i>	3. ANÍBAL DINIZ	<i>Aníbal Diniz</i>
JORGE VIANA	<i>Jorge Viana</i>	4. ACIR GURGACZ	<i>Acir Gurgacz</i>
MAGNO MALTA	<i>Magno Malta</i>	5. CLÉSIO ANDRADE	<i>Clésio Andrade</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	<i>Antônio Carlos Valadares</i>	6. LINDBERGH FARIA	<i>Linbergh Faria</i>
INÁCIO ARRUDA	<i>Inácio Arruda</i>	7. RODRIGO ROLLEMBERG	<i>Rodrigo Rollemberg</i>
MARCELO CRIVELLA	<i>Marcelo Crivella</i>	8. HUMBERTO COSTA	<i>Humberto Costa</i>

BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EUNÍCIO OLIVEIRA	<i>Eunício Oliveira</i>	1. LUIZ HENRIQUE	<i>Luz Henrique</i>
PEDRO SIMON	<i>Pedro Simon</i>	2. VALDIR RAUPP	<i>Valdir Raupp</i>
ROMERO JUCÁ	<i>Romero Jucá</i>	3. EDUARDO BRAGA	<i>Eduardo Braga</i>
VITAL DO RÉGO	<i>Vital do Régo</i>	4. RICARDO FERRAÇO	<i>Ricardo Ferraço</i>
RENAN CALHEIROS	<i>Renan Calheiros</i>	5. LOBÃO FILHO	<i>Lobão Filho</i>
ROBERTO REQUIÃO	<i>Roberto Requião</i>	6. WALDEMIR MOKA	<i>Waldemir Moka</i>
FRANCISCO DORNELLES	<i>Francisco Dornelles</i>	7. BENEDITO DE LIRA	<i>Benedito de Lira</i>
SÉRGIO PETECÃO	<i>Sérgio Petecão</i>	8. EDUARDO AMORIM	<i>Eduardo Amorim</i>

BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)

AÉCIO NEVES	<i>Aécio Neves</i>	1. LÚCIA VÂNIA	<i>Lúcia Vânia</i>
ALOYSIO NUNES FERREIRA	<i>Aloysio Nunes Ferreira</i>	2. FLEXA RIBEIRO	<i>Flexa Ribeiro</i>
ALVARO DIAS	<i>Alvaro Dias</i>	3. CÍCERO LUCENA	<i>Cícero Lucena</i>
DEMÓSTENES TORRES	<i>Demóstenes Torres</i>	4. JOSÉ AGripino	<i>José Agripino</i>

PTB

ARMANDO MONTEIRO	<i>Armando Monteiro</i>	1. CIRO NOGUEIRA	<i>Ciro Nogueira</i>
GIM ARGELLO	<i>Gim Argello</i>	2. MOZARILDO CAVALCANTI	<i>Mozarildo Cavalcanti</i>

PSOL

RANDOLFE RODRIGUES	<i>Randolfe Rodrigues</i>	1. MARINOR BRITO	<i>Marinor Brito</i>
--------------------	---------------------------	------------------	----------------------

RELATÓRIO

Relator: Senador **Francisco Dornelles**

A Presidente da República, Senhora Dilma Rousseff, submete à apreciação do Senador Federal, mediante a Mensagem nº 103, de 2011 (nº 246, de 2011, na origem), nos termos do § 1º do art. 128 da Constituição Federal, o nome do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos, para o cargo de Procurador-Geral da República, em recondução.

Compete ao Senado Federal, privativamente, nos termos do art. 52, inciso III, letra e do Estatuto Magno, aprovar, previamente por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.

O Regimento Interno desta Casa atribui a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (art. 101, II, letra i, RISF), a tarefa de emitir o parecer respectivo, observadas as regras pertinentes ao rito, inscritas no art. 383.

O currículo de Roberto Monteiro Gurgel Santos, indicado para recondução ao cargo de Procurador-Geral da República, contempla as informações necessárias ao exame da matéria por esta Comissão.

Sua Excelência é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, formado em 18 de dezembro de 1977, tendo sido, na ocasião, escolhido por seus pares para orador da turma.

Ingressou no Ministério Público Federal mediante concurso público, quando da realização do 5º Concurso para Provimento do cargo de Procurador da República, ocorrido entre os anos de 1980 e 1982. Em 1993 foi promovido, por merecimento, ao cargo de Procurador Regional da República, e, em 1994 foi promovido, também por merecimento, para o cargo de Sub-Procurador Geral da República. Ocupou a partir de 30 de junho de 2005 o cargo Vice-Procurador Geral da República.

Membro do Conselho Superior do Ministério Pú- blico Federal, eleito por toda a categoria, nos anos de 1996 a 2000 e de 2001 a 2005. Ocupou, nessa condi- ção, a Vice-Presidência do Conselho Superior do Mi- nistério Pú- blico de setembro de 2001 a junho de 2005.

Entre outras atividades e atribuições desenvol- vidas no Ministério Pú- blico Federal, o indicado foi Co- ordenador de Distribuição dos processos do Supremo Tribunal Federal e responsável pela formulação de pa- receres uniformes, desde fevereiro de 1995, atividade de que resultou sua manifestação em mais de cinquenta mil (50.000) feitos durante esse período.

Foi membro da 4ª Câmara de Coordenação e Re- visão do Ministério Pú- blico Federal, dedicada ao Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, desde a sua instalação ocupando a sua coordenação no período de setembro de 1995 a abril de 2002.

Indicado Secretário do Concurso Pú- blico para Procurador da República, atribuição que desenvolveu de junho de 1994 a julho de 2004, foi incumbido da coordenação dos oito (8) concursos que foram realizados nesse período.

Designado pelo Procurador-Geral da República, em agosto de 1991, integrou a Comissão destinada a elaborar trabalho sobre a atuação da instituição na área ambiental, visando sua participação na Confe- rência Internacional Rio-1992.

Integrou, no Ministério Pú- blico Federal, a Comis- são do Estágio Probatório, primeiro órgão concebido para o acompanhamento da atuação dos membros do Ministério Pú- blico Federal desde a posse até o vi- taliciamento.

No âmbito corporativo, integrou a Diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República, (ANPR), a partir de 1984, tornando-se o seu Presidente a partir de junho de 1987, cargo que ocupou até junho de 1989, ou seja, durante a maior parte do período em que ocorreu a Assembleia Nacional Constituinte e também por ocasião da elaboração legislativa da proposição que resultou na Lei Orgânica do Ministério Pú- blico, a Lei Complementar nº 75, de 1993.

Roberto Monteiro Gurgel Santos participou de inúmeros congressos, seminários e cursos jurídicos os quais são enumerados em seu currículo. Entre tais eventos, destaco o Segundo Seminário Nacional de Juízes, Procuradores, Promotores e Advogados Eleitorais, como palestrante, evento ocorrido em Brasília, de 12 a 14 de abril de 2004.

Cabe também citar a palestra sobre o tema A Câmara do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, no III Curso de Iniciação para Procurador da República, promovido pela Escola Superior do Ministério Pú- blico, em Brasília, no dia 16 de março de 2004. No âmbito do Direito Eleitoral proferiu palestra sobre o tema A Função Eleitoral do Ministério Pú- blico, também no III Curso de Iniciação para Procurador da República, em 16 de março de 2004.

E participou, na condição de Coordenador, de seminários e encontros jurídicos, tais como sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Urbanos em Nú- cleos Tombados, ocorrido em Pirenópolis, estado de Goiás, de 1º a 5 de outubro de 2001, e sobre as Con- sequências Socioambientais da Implantação de Obras de Infraestrutura na Amazônia, ocorrido em Belém, estado do Pará, nos dias 23 e 4 de abril de 2001, e do Seminário Internacional sobre O Direito Ambiental e os Rejeitos Radioativos, realizado no Rio de Janeiro, RJ, nos dias 5 e 6 de outubro do ano 2000, entre diversos outros.

Recebeu diversas distinções e honrarias, dentre as quais cito a de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar, em 2010; a Medalha do Mérito Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, também em 2010; o Grande Colar do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região, em 2010; o Colar de Mérito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em 2009; a Medalha da Ordem do Mérito da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) em 2009; e, no mesmo ano, a Grã-Cruz do Mérito do Ministério Público Militar.

Recebeu ainda a Medalha da Inconfidência, em 2008; o grau de Comendador da Ordem do Rio Branco, em 1996; de Cavaleiro da Ordem do Mérito Militar, em 1995; e de Comendador da Ordem do Mérito das Forças Armadas, em 1992; além da Medalha Comemorativa da Inauguração da Sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília, no ano de 1990.

Cabe informar que Roberto Monteiro Gurgel Santos apresentou as declarações exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, a saber:

a) Declaração de que sua esposa Cláudia Sampaio Marques, desde 1º de outubro de 1984, quando ingressou no Ministério Públco Federal, exerce atividade relacionada às suas funções institucionais;

b) Declaração de que não participa como sócio, como proprietário ou como gerente de qualquer empresa;

c) Declaração de que não tramitam ações judiciais em que figure como autor ou réu, ressalvadas aquelas de iniciativa da Associação Nacional do Ministério Públco em favor de seus associados;

d) Declaração de que atuou, nos últimos 5 (cinco) anos, perante o Tribunal Superior Eleitoral na condição de Procurador-Geral Eleitoral, e, antes, de Vice-Procurador Geral Eleitoral, e perante o Supremo Tribunal Federal, na qualidade de Procurador-Geral da República, nos últimos 2 (dois) anos, e, antes, como Vice-Procurador Geral da República.

e) Declaração de que se encontra em situação regular quanto aos tributos federais e de competência do Distrito Federal, acompanhada das respectivas certidões.

Por fim, Senhor Presidente, quanto aos méritos do indicado, e com relação à pertinência de sua recondução para o cargo de Procurador-Geral da República, gostaria de dar o meu testemunho pessoal no sentido

de que a sua indicação é plena de mérito, e merece a aprovação desta Comissão e do Plenário desta Casa.

Nesse sentido, sinto-me honrado em poder reiterar, nesta Comissão, durante esta apreciação de seu nome por esta colenda Comissão de Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, as palavras aqui proferidas pelo Senador Tasso Jereissati designado para relatar sua designação original, há pouco mais de dois anos:

O Dr. Gurgel é, reconhecidamente, não apenas entre os de sua classe, que o sufragaram majoritariamente em eleição realizada entre os membros do Ministério Públco, mas entre todos que acompanharam sua brilhante carreira, um dos quadros mais valiosos daquele plêiade de Procuradores da República, que honram sua instituição.

(...)

Dos testemunhos dos que o conhecem desde os tempos de Colégio Batista de Fortaleza, passando pelos tempos de estudante de Direito no Rio de Janeiro até as altas funções que exerceu na Procuradoria Geral da República, em Brasília, só há registro de fatos enaltecedores de seu talento, onde sobeja a inteligência, esta muitas vezes revelada em doses de fina ironia. Os que o conhecem pessoalmente descrevem este homem de múltiplos talentos, que o fizeram um líder natural, em que a humildade e a discrição inspiram um respeito e uma autoridade espontânea, razão do elevado conceito que desfruta hoje nas mais altas cortes do País.

Faço minhas as palavras do eminentíssimo Senador Tasso Jereissati, e entendo que esta Comissão encontra-se de posse de todos os elementos bastanteS para a apreciação da recondução do nome do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos para o cargo de Procurador-Geral da República.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2011. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente – Senador **Francisco Dornelles**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O parecer lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2011** (nº 7.573/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição

do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) e dá outras providências; e

- **Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2011** (nº 7.575/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a comemorar os cinco anos da sanção da Lei nº 11.340, de 2006, “Lei Maria da Penha”.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, DE 2011

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

.....

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá:

I – o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual;

II – a garantia do recebimento, pelo prazo não inferior a seis meses, do benefício even-

tual de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 22.

.....

§ 4º A situação de vulnerabilidade temporária de que trata o **caput** deste artigo caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II – perdas: privação de bens e de segurança material;

III – danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I – da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação;

c) domicílio;

II – da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos dependentes;

III – da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física, sexual ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV – de desastres e de calamidade pública;

V – de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Organização das Nações Unidas (ONU), já na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em 1993, reconheceu a violência contra a mulher como um obstáculo ao desenvolvimento, à paz e aos ideais de igualdade entre os seres humanos. Segundo a ONU, a violência contra a mulher é, infelizmente, ainda hoje, uma constante em todos os países da América Latina. Nesses países, aí incluído o Brasil, apesar do crescimento econômico dos últimos anos, os números da violência se mantêm extremamente altos.

Na realidade, muitas mulheres são violentadas física, sexual e psicologicamente, independentemente de sua origem social, racial e étnica. E, de acordo com

dados da ONU, a violência contra a mulher na família é uma das formas mais insidiosas de violência dirigida à mulher: representa a principal causa de lesões em mulheres entre 15 e 44 anos no mundo e compromete 14,6% do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina, cerca de US\$ 170 bilhões. Também segundo a Organização, a violência doméstica custa ao Brasil 10,5% do seu PIB.

Foi, portanto, extremamente importante a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) que, no campo jurídico, buscou cumprir determinações das convenções sobre os direitos das mulheres. No dia a dia, a lei vem permitindo ações de proteção a essa parcela da população.

Contudo, a Lei Maria da Penha ainda carece de aperfeiçoamentos, de maneira a permitir o fiel cumprimento de seu papel: proteger a mulher brasileira contra os males da violência, prevenir a reincidência desta e permitir o retorno da mulher à vida normal em sociedade. Para tanto, é preciso dar à mulher condições de afastar-se de seu agressor e dele não depender na fase de readaptação à vida, mediante a oferta do apoio financeiro indispensável a sua manutenção durante o período de tratamento e readaptação.

Por essa razão, propomos a alteração da referida lei para incluir, entre os compromissos do Estado de dar assistência à mulher, o de garantir-lhe o direito ao recebimento de benefício eventual, decorrente de sua situação de vulnerabilidade. Ademais, propomos a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social exatamente para nela caracterizar o termo “situação de vulnerabilidade”.

Pelos motivos expostos, conclamamos os nobres Senadores a apoiarem a proposta que ora apresento à consideração desta Casa.

Sala das Sessões, – Senador Humberto Costa.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I – acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II – manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

SEÇÃO II Dos Benefícios Eventuais

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 2º O CNAS, ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das 3 (três) esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo para cada criança de até 6 (seis) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 3º Os benefícios eventuais subsidiários não poderão ser cumulados com aqueles instituídos pelas Leis nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, e nº 10.458, de 14 de maio de 2002. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, DE 2011

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido do inciso seguinte:

“Art. 29.

.....
§ 3º As edificações condominiais adotarão padrões de sustentabilidade ambiental que incluam, entre outros procedimentos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária, no prazo máximo de dois anos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No esforço que se impõe ao Estado e à sociedade relativamente à adoção de padrões sustentáveis no consumo de recursos naturais, sobreleva-se a importância da economia de água tratada. Nessa imensa tarefa, torna-se especialmente necessário incentivar os consumidores no sentido de adotarem comporta-

mentos mais comedidos no que se refere à utilização de recursos hídricos.

Nos condomínios urbanos, embora a medição do consumo de outros serviços públicos, como os de fornecimento de energia elétrica e telefonia, ocorra de forma individualizada, no caso da água, essa conduta deixa de prevalecer. De forma injustificada, o consumo hídrico é comumente incluído nas despesas condominiais, partilhadas indistintamente na proporção das respectivas frações ideais. Inadequado e injusto, esse modelo tende a prejudicar os consumidores mais comedidos e favorecer os mais perniciosos, circunstância que enseja elevados desperdícios desse insumo vital, que enfrenta crescente risco de escassez.

A presente iniciativa tem, assim, o sentido de promover o consumo responsável da água. De acordo com estudos especializados, o sistema de medição individual, adotado em países como a França, por exemplo, tem obtido reduções da ordem de 25% no padrão de consumo hídrico. O Brasil possui a maior reserva de água doce do mundo e é um grande desperdiçador de água potável.

A norma ora proposta mostra-se consentânea com os comandos constitucionais inscritos nos arts. 23, VI, e 24, VI, que atribuem aos entes federados competência comum para proteger o meio ambiente, bem como a prerrogativa de legislar concorrentemente sobre a matéria e também, uma vez que se trata do estabelecimento de diretriz nacional para o saneamento básico, como requer o art. 21, inciso XX da Lei Maior.

Encontra abrigo, ademais, no disposto nos arts. 225, V, e 5º, XXXII, da Constituição Federal, no sentido de que compete ao poder público “controlar (...) o emprego de técnicas [e] métodos (...) que comportem risco para (...) o meio ambiente” e “promover a defesa do consumidor”.

À propósito, a Constituição Federal determina que a competência legislativa em matéria ambiental é concorrente, competindo à União ditar as normas gerais, legislando no interesse nacional, a fim de tratar de pontos relevantes e evitar diversidade normativa.

Em estudo sobre a matéria, o Professor Luiz Roberto Barroso assim se manifesta: “é possível assentar que a Constituição de 1988 concentrou na União a maioria absoluta das competências legislativas em matéria de águas: desde a referência genérica a águas que consta do art. 22, IV, passando pela criação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos (art. 21, XIX), a proteção ambiental e o controle de poluição (art. 24, I) e as diretrizes para o saneamento básico (art. 21, XX)”. (<http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-11-AGOSTO-2007-LUIS%20ROBERTO%20BARROSO.pdf>)

Com efeito, o presente projeto versa sobre tema de caráter geral, uma vez que a disciplina acerca da

economia de água constitui matéria de interesse nacional, onde a competência é exclusiva da União.

Desse modo, considerando a indivisibilidade do Meio Ambiente, e o interesse nacional na definição de normas de proteção, cabe precipuamente à União a competência para regular a referida matéria.

Merece registro, também, que outros Estados da Federação e Municípios estão editando normas sobre a mesma matéria as quais estão sendo contestadas em Ações Diretas de Inconstitucionalidade: como a ADI nº 4459 da Lei nº 5.502/2009 do Estado do Rio de Janeiro por invadir competência da União.

Na referida decisão, a Ministra Carmem Lúcia, relatora, assim se manifesta: "... como já afirmado nos precedentes citados, 'compete privativamente à União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicação e radiodifusão.' (art. 22, inc IV, da Constituição da República).

Em face dessas razões, estamos certos de que a proposição merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I (...)

CAPÍTULO VI

Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I – de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II – de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III – de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do **caput** deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I – prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II – ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III – geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV – inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V – recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI – remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII – estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII – incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

(As Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 445, DE 2011

Altera o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para inserir, dentre os pressupostos para adoção da medida de internação, a prática do tráfico de drogas ou de crimes hediondos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do artigo 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 122.

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa,

tráfico de drogas e outras condutas previstas nos arts. 1º e 2º da Lei 8.072, de 1990;
..... (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A presente proposição decorre de sugestão recebida por meio de mensagem eletrônica recebida na tarde de ontem, subscrita pelo Dr. Paulo André Bueno de Camargo, magistrado no Estado de São Paulo, lavrada nos seguintes termos:

"Existe a necessidade urgente de alteração do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Como juiz de Vara com competência para julgar procedimentos de apuração de ato infracional de adolescentes tenho verificado o aumento brutal, dia a dia, da utilização de adolescentes por traficantes adultos para a prática do tráfico ilícito de drogas nos últimos anos. Nesse contexto, os adolescentes, uma vez autuados pela polícia, são encaminhados à delegacia e no mesmo dia liberados, na medida em que o art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente não autoriza a internação do adolescente que pratica, senão de forma reiterada, o tráfico de drogas (art. 122, inc. II).

O Superior Tribunal de Justiça, interpretando esse dispositivo legal (inc. II), vem reafirmando que a palavra 'reiteração' prevista nesse inciso significa praticar por no mínimo três vezes um ato infracional grave, o que implica que, nas duas primeiras infrações por tráfico de drogas, o adolescente se vê livre de internação, sendo utilizado como mão-de-obra barata e sem risco ao traficante adulto".

Ao sustentar sua sugestão, o referido magistrado aduz que "Assim agindo, estaremos tirando das ruas e do campo de ação dos traficantes os adolescentes utilizados pelo crime organizado e traficantes de drogas, onde são vulneráveis, e colocando-os sob a tutela do Estado a fim de buscar sua ressocialização e, indiretamente, fazendo com que os traficantes tenham que, eles mesmos, pessoalmente, se expor mais para continuar sua atividade ilícita e hedionda do tráfico de drogas sem contar com o auxílio tão facilmente obtido dos adolescentes, com a conivência da legislação atual, pois os jovens muitas vezes são seduzidos pela conversa dos traficantes de dinheiro fácil e poder e, uma vez detidos pela polícia traficando, assume toda a responsabilidade pela droga e, ainda assim, se não for o terceiro ato infracional de tráfico por ele praticado, é colocado novamente nas ruas.

Essa seria uma pequena alteração na legislação, com enorme resultado na sociedade brasileira, em especial no combate ao câncer social chamado tráfico de

drogas e, certamente, o autor desse projeto, uma vez aprovado, seria conhecido por uma mudança na legislação que muito beneficiou o país e nossa juventude."

Por achar-me inteiramente de acordo com a necessidade da alteração sugerida e com os consistentes argumentos que a sustentam, apresento-os a esta Casa na certeza do imprescindível apoio dos nobres pares de ambas as Casas do Congresso, com vistas ao eventual aperfeiçoamento e justa aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2011. – Senador **Jayme Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

..... Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

(*Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, de Constituição, Justiça e Cidadania*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

- **nº 286, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2010 (nº 3.660/2008, na Casa de origem, do Deputado Moreira Mendes), que *denomina "Rodovia Chiquilito Erse"* o trecho da rodovia BR-364 entre a cidade de Candeias do Jamari e o campus da Universidade Federal de Rondônia, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, sancionado e transformado na Lei nº 12.454, de 2011;
- **nº 287, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2010 (nº 4.758/2009, na Casa de origem, do Deputado Dr. Talmir), que *inscreve o nome de Heitor Villa-Lobos no Livro dos Heróis da Pátria*, sancionado e transformado na Lei nº 12.455, de 2011;
- **nº 288, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2010 (nº 5.164/2009, na Casa de origem, do Deputado

- Edinho Bez), que *denomina “Rodovia Abel Dal Pont” o trecho rodoviário da BR-285 compreendido entre as cidades de Timbé do Sul, no Estado de Santa Catarina, e São José dos Ausentes, no Estado do Rio Grande do Sul*, sancionado e transformado na Lei nº 12.456, de 2011;
- nº 289, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2010 (nº 4.677/2009, na Casa de origem, do Deputado Marcelo Ortiz), que *confere ao Município de Ilhabela, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Vela*, sancionado e transformado na Lei nº 12.457, de 2011;
 - nº 290, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 2009 (nº 6.901/2006, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona*, sancionado e transformado na Lei nº 12.458, de 2011;
 - nº 291, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 225, de 2009 (nº 2.902/2004, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota), que *denomina Porto de Petrolina – Paulo de Souza Coelho o porto fluvial localizado no rio São Francisco, na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco*, sancionado e transformado na Lei nº 12.459, de 2011;
 - nº 292, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 288, de 2009 (nº 6.328/2005, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota), que *denomina “Ferrovia Transnordestina – Governador Miguel Arraes de Alencar” o trecho da ferrovia EF-232 situado entre as cidades de Recife, no Estado de Pernambuco, e Estreito, no Estado do Maranhão*, sancionado e transformado na Lei nº 12.460, de 2011; e
 - nº 293, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 2009 (nº 944/2007, na Casa de origem, do Deputado Sebastião Bala Rocha), que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estabelecer a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde*, sancionado e transformado na Lei nº 12.461, de 2011.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 99, de 2011**, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 5.726, de 2011, referente à Tomada de Contas Especial instaurada em

decorrência de irregularidades na gestão do Contrato nº 20/2006 celebrado entre a Fundação Nacional do Índio – Funai – e a empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda. (TC 010.290/2008-8), referente ao Requerimento nº 1.177, de 2007.

O Aviso foi encaminhado, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou no dia 2 de agosto do corrente, nos termos do disposto no § 3º do art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, o prazo para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que fosse apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o **Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2011-CN**.

Não tendo sido apresentados recursos, a matéria vai à promulgação.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 91, de 2011**, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2010.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 91/2011 – PRES/CAS

Brasília, 3 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, aprovou em turno único o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2010, que *Atualiza o valor da contribuição sindical anual dos agentes ou trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais, bem como sobre a forma de correção*, de autoria do Senador Gerson Camata.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Cordialmente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com referência ao ofício lido, a Presidência comunica ao Plenário que à matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

Em seguida, darei a palavra para as comunicações inadiáveis.

A fim de chamar os Srs. Senadores a comparecerem ao Senado, nós vamos submeter, em primeiro lugar, o nome de um embaixador, para conseguirmos o quórum para iniciarmos as nossas...

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 69, DE 2011

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 69, de 2011 (nº 106/2011, na origem), pela qual a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Marcos Borges Duprat Ribeiro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal Democrática do Nepal.

O parecer é favorável. (**Parecer nº 734, de 2011–CRE**)

Não havendo quem queira discutir, submeto-o à votação do Plenário.

E peço à Mesa que prepare o painel.

Enquanto nós esperamos a chegada ao plenário dos Srs. Senadores, eu posso conceder a palavra aos oradores inscritos para comunicações inadiáveis.

Senador Wilson Santiago. (Pausa.)

Senador Geovani Borges. (Pausa.)

Peço aos Senadores que se encontram noutras dependências da Casa que compareçam ao plenário, pois estamos num processo de votação nominal. Em seguida iremos examinar o primeiro item da pauta, a Medida Provisória nº 18.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sras e Srs. Senadores, se a esperança é o que motiva o ser humano, é de esperança que peço licença para falar, fazendo aqui breve registro sobre o entusiasmo que nos causa o lema Inovar para Competir. Competir para Crescer, slogan da nova política industrial, o Plano Brasil Maior, lançado ontem pela Presidente Dilma Rousseff.

Acredito e vejo com profundo entusiasmo os ideais da nova proposta de política industrial idealizada para o período 2011-2014, que tem o objetivo de aumentar a competitividade dos produtos nacionais a partir do incentivo à inovação e à agregação de valor.

A Presidenta faz um alerta que deve sim ser considerado. Ela diz, com sua sapiência de mulher: “Se a concorrência com os importados baratos já tem sido uma luta injusta, saibam que, com a crise nos países desenvolvidos e a consequente retração nos seus mercados internos, a concorrência pode se tornar ainda mais difícil para a indústria brasileira.”

Era, portanto, preciso agir. E ela lançou a semente dessa ação.

Nessa busca pela defesa do mercado interno, o Plano Brasil Maior contempla a desoneração da folha de pagamento para os setores que empregam grande volume de mão de obra, como os de confecção, calçados, móveis e programas de computadores.

As linhas gerais do plano que traz medidas para incentivar a indústria ainda terão que ser, naturalmente, olhadas e observadas por todos com muita acuidade, mas é preciso que seja verdadeira a nossa torcida pelo acerto. Essa é uma vitória de todos.

As setas apontam para muitos lados potenciais de crescimento. Temos o setor automotivo, para o qual se almeja um novo regime com incentivo tributário...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Geovani, peço licença a V. Ex^a para fazer um apelo ao Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa ou em seus gabinetes, que compareçam ao plenário, pois estamos num processo de votação secreta para escolha de embaixadores.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Prosseguindo, Sr. Presidente. Mas tendo como contrapartida ao investimento agregação de valor, emprego, inovação e eficiência. Temos consciência de que é um setor complexo, cuja expansão precisa estar alicerçada por outros investimentos estruturais.

Para os fabricantes nacionais nas áreas de saúde, defesa, têxtil e confecção, calçados e tecnologia da informação e comunicação, as metas apontam benefícios nas compras governamentais.

Os planos consideram ainda critérios por demais importantes, como a geração de emprego e renda e o desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País.

Sr. Presidente, caros amigos, isso é uma chamada para uma verdadeira mudança de paradigmas. E uma dessas mudanças é a redução gradual do prazo para devolução dos créditos do PIS/Cofins sobre bens de capital.

Em relação ao financiamento ao investimento, o Governo decidiu estender o Programa de Sustentação do Investimento do BNDES até dezembro do próximo ano.

Entre outros itens, também será ampliado o capital de giro para micro, pequenas e médias empresas com novas condições de crédito e prazo.

A nova política industrial do Governo brasileiro ainda reduz para zero a alíquota de 20% para o INSS de setores sensíveis ao câmbio, à concorrência internacional e também aqueles que contam com uso de mão de obra intensiva. E aí estão contemplados setores como o de confecção, calçados, móveis e softwares.

Alertou-se para a perda de arrecadação. É prudente que o façamos. Mas o governo já acena com a garantia de que o Tesouro Nacional arcará com a diferença para cobrir uma possível perda de arrecadação da Previdência Social, começando por um projeto piloto acompanhado pelo governo, pelo setor produtivo e representantes da sociedade civil.

Existem metas definidas para a área de financiamento e garantia para exportações.

Na área de promoção comercial, uma das medidas é a facilitação da circulação dos bens, sem a incidência de tributos.

Na área de promoção comercial, uma das medidas é a facilitação da circulação dos bens sem a incidência de tributos.

Senhores, o otimismo com as propostas anunciadas não nos tira o foco de dois obstáculos que o Brasil precisa vencer, mas que estão igualmente na mira sensível da Presidente Dilma: o câmbio desequilibrado e a diversificação da pauta de exportação para manufaturados com maior valor agregado.

Sabemos que o caminho para isso é investimento em pesquisa e desenvolvimento. Mas quiçá seja este, finalmente, o passo seguro e corajoso, o momento certo de agregação de valor.

A Chefe da Nação nos conclama a entender o processo como um plano estratégico da Nação, o que exige de todos uma postura de coragem e ousadia. Longe do protecionismo ilegal a hora de tomarmos com empenho a missão de defender nossa indústria, proteger nossa economia, nossa força produtiva, nosso mercado consumidor e o emprego.

Não temos a pretensão de achar que o País está imune às turbulências, mas seria um atestado de deslumbramento avaliar que não temos como entrar no jogo com chances de ganhar.

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega nos chama à clareza quando diz que países avançados não dão sinais de resolução de problemas; ao contrário. E esses países ricos não vão mudar suas políticas. É o Brasil que tem de se mexer e adotar medidas para proteger o seu mercado.

Senhores, entre 2005 e 2008, o Brasil mais que duplicou os recursos para incentivar a indústria nacio-

nal. Os europeus estão de olho. O mundo asiático está com a pulga atrás da orelha. Os americanos acompanham nossos movimentos. É um tabuleiro de xadrez e eu não tenho vergonha de mostrar meu entusiasmo em que, dessa vez, estamos indo para o rumo certo.

Nenhuma grande caminhada começa sem o passo decisivo. E nós torcemos para que esse passo seja coroadinho de sucessos.

Era o nosso registro, Sr. Presidente. Concluo aqui o nosso pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências de nossa Casa que venham ao plenário, pois estamos em processo de votação secreta.

A Senadora Marta Suplicy pediu a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRA. MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, ouvintes e telespectadores da TV Senado, hoje comemoramos, não sei nem se é para comemorar, no sentido de que é uma tristeza termos necessidade de uma lei para conter essa violência, mas comemoramos cinco anos de existência da Lei Maria da Penha. Foi um avanço extraordinário para as mulheres deste País e também para a família, no sentido de que a mulher, a mãe é a viga, a estrutura familiar. Sabemos o quanto muitas mulheres neste País ainda sofrem de violência. Essa violência, infelizmente, se encontra no lar e provém das pessoas mais íntimas dessa mulher, seja marido, companheiro, amante. São essas pessoas que agredem e que muitas vezes chegam a matar essa companheira.

Hoje mesmo, no dia de cinco anos de comemoração da Lei, abro o jornal *O Globo*, pela manhã, e ele estampava em uma página inteira um assassinato feito por um ex-marido. Ele tentou matar a mulher, mas acabou matando o companheiro dessa ex-mulher.

Vemos que a lei tem um efeito pedagógico e caminha, mas vamos demorar anos para conseguir realmente uma medida que diminua o porquê de a lei ter sido feita. Mas a Lei Maria da Penha hoje é conhecida pela maioria, segundo as pesquisas, do povo brasileiro, o que é importante. É aprovada, o que é mais importante ainda, pela maioria do povo brasileiro.

Essas leis não acontecem por acaso. Elas são fruto de uma sociedade que vai amadurecendo. Coisas que se consideravam normais passam a não ser mais normais, por exemplo, em briga de marido e mulher não se mete a colher. Hoje, em briga de marido e mulher, se tem o direito, sim, de intervenção. Mulher não pode morrer por causa de uma briga dentro de seu lar. Essa mudança de pensamento não foi construída do dia para a noite. Foi fruto de milhares de mulheres que,

literalmente, deram a cara para bater, denunciaram, se pronunciaram, se organizaram. Foi fruto também de ato do Presidente Lula, que se empenhou na aprovação da Lei Maria da Penha, da nossa atual Ministra das mulheres, da Igualdade Social, a Ministra Iriny Lopes, que foi a Relatora na Câmara e brilhantemente defendeu e aprovou o projeto, um projeto que foi alinhavado durante tempo pela ex-Ministra Nilcéa Freire. E hoje nós temos uma lei avançada. Essa lei foi ameaçada. Essa lei foi ameaçada, quando foi questionado o art. 41 da legislação, que negava aos agressores enquadrados na Lei Maria da Penha o direito de recorrerem à Lei nº 9.099 para terem concedido o benefício da suspensão do processo por dois anos e seu arquivamento, caso o réu não voltasse a ameaçar a vítima.

O que nós começamos a ter em relação à Lei Maria da Penha? Juízes que, pelo seu machismo, diziam: um tapinha só não dói; então vamos dar uma cesta básica, continuar com a história da cesta básica. Mas o Supremo Tribunal Federal, que está prestando um serviço corajoso, contemporâneo neste País, se pronunciou e acabou definitivamente com essa interpretação equivocada. Bateu em mulher, vai para a cadeia. É a Lei Maria da Penha.

Agora a luta ainda é por mais recursos públicos na execução das políticas destinadas à mulher, com a construção de mais delegacias e varas do Poder Judiciário que sejam especializadas no julgamento de crimes cometidos no âmbito das relações afetivas e do lar.

Precisamos de mais casas abrigo.

Eu nunca vou me esquecer – e, olha, isso faz trinta anos, na época do *TV Mulher* –, quando uma mulher escreveu dizendo que o marido tinha cortado a orelha dela e perguntava o que era para ela fazer. Eu falei para ir à delegacia. O que eu ia fazer lá na televisão? E ela escreveu que não ia à delegacia não, porque ele ia cortar a outra orelha. Aquilo foi um primeiro choque na realidade brasileira. E é verdade e isso ainda acontece. Mas, para isso, é que nós temos que ter casas abrigo e leis que protejam cada vez mais a mulher.

O afastamento dos agressores do convívio familiar tem contribuído também, precisa ser mais forte ainda o programa, e o programa de reinserção social e familiar para agressores que se mostrarem em condição de recuperabilidade, e também um julgamento mais célere, respeitando o devido processo legal para os desajustados socialmente.

De qualquer forma, eu quero deixar aqui, Sr. Presidente, a minha alegria pela lei, porque, se é uma lei que nos entristece, porque foi necessária, ela nos deixa felizes, porque começa a ter efeitos no nosso País. A Presidenta Dilma é uma defensora da lei, uma forte defensora da lei. E isso não tem volta. Nós realmente

caminhamos para um País onde as mulheres serão cada vez menos espancadas e mais respeitadas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa – também quero ler –, expediente do Senador Magno Malta.

Peço à Senadora Vanessa que funcione como Secretária *ad hoc*.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente,

OFÍCIO Nº 56, DE 2011

O Partido da República, cônscio de suas responsabilidades com o Governo da Senhora Presidente Dilma Rousseff, com o qual empenhou seu apoio, reitera essa posição enquanto agremiação partidária nesta Casa.

Entretanto, conforme entendimento de sua bancada no Senado Federal, resolve desligar-se do Bloco de Apoio ao Governo, integrado pelo PT e outras siglas, para prosseguir em sua livre manifestação de apoio ao Governo Federal, exercendo o seu direito de fazê-lo firmado em suas próprias diretrizes e conforme suas convicções e decisões programáticas.

Dessa forma, consoante as normas regimentais, comunico a V. Ex^a essa decisão para que se produza os devidos efeitos.

Assinado: Senador Magno Malta, Líder do PR.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 056/2011– GLPR

Brasília, 3 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

O Partido da República, cônscio de suas responsabilidades com o Governo da Senhora Presidente Dilma Rousseff, com o qual empenhou seu apoio, reitera essa posição, enquanto agremiação partidária nesta Casa.

Entretanto, conforme entendimento de sua bancada no Senado Federal, resolve desligar-se do Bloco de Apoio ao Governo, integrado pelo PT e outras siglas, para prosseguirem sua livre manifestação de apoio ao Governo Federal, exercendo seu direito de fazê-lo firmado em suas próprias diretrizes e conforme suas convicções e decisões programáticas.

Dessa forma, consoante as normas regimentais, comunica a Vossa Excelência essa decisão para que se produza os devidos efeitos. – Senador **Magno Malta**, Líder do PR.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Será o documento lido remetido à publicação.

Vou encerrar a votação. Já temos um número regimental de presença.

Pergunto se algum Senador ainda deseja votar.
(Pausa.)

Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)
Senadora Maria do Carmo. (Pausa.)

Vou encerrar a votação. (Pausa.)
Encerrada a votação.
Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM N° 69, DE 2011 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. MARCOS BORGES DUPRAT RIBEIRO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA FEDERAL DEMOCRÁTICA DO NEPAL

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	1	Abertura:	3/8/2011 16:35:45
Data Sessão:	3/8/2011	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	3/8/2011 16:53:17

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMELIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ANGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou
PMDB	PB	VITAL DO REGO	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto

Primeiro-Secretário

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 41
Votos NÃO : 05 Total : 48
Votos ABST. : 02

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM: 41; NÃO: 5.

Duas abstenções.

Total: 48 votos.

A indicação foi aprovada e será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como a Senadora Vanessa, Relatora da Medida Provisória nº 528, já está presente, solicitaria a V. Ex^a que pudessemos iniciar...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado, uma vez mais, pela sua colaboração com a Mesa. Nós íamos ler a medida provisória.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – V. Ex^a ia fazer isso? Então, estamos na mesma direção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 1:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 528, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011 que altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002 (proveniente da Medida Provisória nº 528, de 2011).

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 5 de julho último, tendo como Relator o Deputado Maurício Trindade.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, Relatora revisora da matéria nesta Casa, para proferir parecer sobre a matéria.

PARECER Nº 735, DE 2011–PLEN

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.)

– Parecer apresentado...

Antes de mais nada, quero esclarecer, Sr. Presidente, que o parecer que lerei desta tribuna foi apresentado ainda no dia de ontem, no final da manhã. Portanto, houve tempo suficiente para que todas as bancadas, para que todas as Sr^{as}s e os Srs. Senadores pudessem fazer uma avaliação prévia ao debate

e à votação que nós teremos neste instante, Sr. Presidente. Apenas digo isso a título de esclarecimento.

Relatório.

Com base no art. 7º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, é submetido à apreciação do Plenário desta Casa o Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011, acima ementado, proveniente da Medida Provisória nº 528, de 25 de março de 2011.

O PLV nº 18 compõe-se de dez artigos que versam sobre sete matérias (as seis últimas introduzidas pela Câmara dos Deputados), a saber:

a) correção, no percentual de 4,5% ao ano, da tabela, deduções e desconto simplificado do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – isso está contido nos arts. 1º a 3º;

b) criação de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativa à despesa com plano de saúde paga pelo empregador doméstico em benefício do empregado – esse item está contido no art. 3º;

c) prorrogação, até o exercício de 2015, da dedução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física devida relativa à contribuição previdenciária patronal paga pelo empregador doméstico – art. 3º;

d) unificação, mediante crédito ao Fundo Nacional de Saúde, das regras do resarcimento devido pelas operadoras de plano de saúde;

e) faculdade de a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) obrigar fabricantes de bebidas quentes a instalar equipamentos contadores de produção – contido no art. 6º;

f) prorrogação, até 31 de dezembro de 2012, do prazo de concessão de gratificações a servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União (AGU) – contido nos arts. 7º e 8º;

g) fixação de prazo mínimo de trinta dias para o contribuinte apresentar a documentação exigida pela fiscalização da Declaração de Ajuste Anual do IRPF – art. 9º

Quanto à admissibilidade da Medida Provisória nº 528, de 2011.

O art. 8º da citada Resolução CN nº 1, de 2002, estabelece que o Plenário de cada uma das Casas deverá examinar, antes do mérito da medida provisória, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da medida provisória, e sua adequação financeira e orçamentária.

A correção da tabela, deduções e desconto do IRPF não está entre as matérias cuja veiculação por

medida provisória é vedada pelo § 1º do art. 62 da Constituição Federal (CF).

A MPV nº 528, de 2011, é relevante, porque previne ofensa ao princípio da legalidade, segundo o qual é vedado à União exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça (art. 150, I, da CF). Isso porque a omissão do legislador em corrigir valores da tabela, deduções e desconto conduziria a uma elevação ilegítima da carga tributária, já que calcada na inflação e não na lei. É igualmente relevante porque recompõe, pelo menos em parte, a renda disponível das famílias, que têm sua capacidade de consumo reduzida com a defasagem entre a evolução dos índices inflacionários e a dos valores ora corrigidos.

É urgente, porque é necessário recompor essa renda disponível das famílias o mais rápido possível, para que possam consumir e investir e assim manter o dinamismo da atividade econômica.

Logo, somos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 528, de 2011.

Quanto à constitucionalidade, adequação orçamentária e financeira, técnica legislativa da Medida Provisória e do Projeto de Lei de Conversão.

Quanto à constitucionalidade da Medida Provisória 528, de 2011 e Projeto de Conversão nº 18, de 2011, frisamos que a União é competente para legislar sobre o Imposto de Renda, proteção e defesa da saúde e remuneração de seus servidores, consoante os arts. 24, I e XII; art. 37, **caput**; 48, I; 153, III, todos da Constituição Federal.

Portanto, não apuramos qualquer vício de iniciativa quanto a essa questão, Sr. Presidente.

Mérito.

Entendemos que a correção da tabela do Imposto de Renda, assim como as deduções e descontos simplificados de Imposto de Renda de pessoa física implica redução da base de incidência do imposto, fazendo com que o contribuinte pessoa física pague menos tributo.

E pela regra utilizada desde o ano de 2007, a partir da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, o Governo brasileiro passou a promover uma correção anual da tabela do Imposto de Renda, não permitindo que haja uma corrosão dos ganhos das famílias uma vez que se não houvesse correção da tabela do Imposto de Renda o imposto a incidir sobre o valor do salário seria maior. Então a partir do ano de 2007 essa regra de reajuste anual foi estabelecida, e o critério utilizado e que é mantido por essa Medida Provisória é exatamente o centro da inflação projetada, ou seja, 4,5% a cada ano. Nesse caso, a Medida Provisória/Projeto de Lei de Conversão que estamos analisando e votaremos, diz respeito ao quadriênio que vai de 2011, 2012,

2013 e 2014. Então consideramos que em relação ao mérito é extremamente importante.

Como relatei no início, esse era o único tema abordado pela Medida Provisória, que sofreu emendas, algumas delas acatadas pelo Relator na Câmara dos Deputados. Portanto, o Projeto de Lei de Conversão que veio ao Senado Federal, que tratava de um único assunto, que era a recomposição, o reajuste da tabela de Imposto de Renda passou a tratar de mais seis a sete assuntos diferentes, vindos, repito, da Câmara dos Deputados. Entretanto, entendemos que os artigos, com exceção de duas matérias, uma que diz respeito à prorrogação do pagamento de um adicional aos servidores da Advocacia Geral da União e outra que diz respeito ao plano de saúde da trabalhadora doméstica...

E, neste caso, não, porque o Projeto de Lei de Conversão que veio prevê que o empregador do trabalhador doméstico poderá, se garantir plano de saúde ao trabalhador ou trabalhadora doméstica, fazer uma dedução de no máximo 500 reais na declaração do seu Imposto de Renda.

Portanto, essa matéria também tem a ver com a medida provisória que trata de questões relativas ao fisco.

Então, seriam duas as matérias diversas: uma, da AGU e a outra matéria que trata exatamente da unificação dos repasses dos recursos dos planos de saúde para o Sistema Único de Saúde, medida essa que consideramos importante, porque atualmente a unidade hospitalar que atender um paciente vinculado ao plano privado de saúde pode ter os serviços remunerados, resarcidos, pelos planos de saúde. Entretanto, a forma de ressarcimento que ocorre hoje é se a instituição, a unidade de saúde tiver finalidade jurídica específica poderá receber diretamente esse ressarcimento; se não, o ressarcimento cai na conta do Sistema Único de Saúde. A regra unificada é para que todos os recursos a serem resarcidos pelos planos de saúde ao sistema público, ao Sistema Único de Saúde sejam depositados diretamente no Fundo Nacional de Saúde, medida que consideramos extremamente importante.

Há também questões relativas à faculdade... O projeto prevê facultar à Receita Federal do Brasil a instalação de equipamentos contadores, de produção de bebidas quentes.

Já foi aprovada por esta Casa e pela Câmara dos Deputados uma lei que garante a instalação desses contadores em fábricas que produzem bebidas, refrigerantes e cervejas. Essa medida, em especial, trata da produção de aguardente, que vem crescendo muito no País e que tem uma precária condição de fiscalização.

Isso além de outras questões, que, conforme disse, Sr. Presidente, constam do nosso relatório.

Portanto, o nosso voto, ante tudo o que dissemos, é pela admissibilidade, constitucionalidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 528, de 2011.

No mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011, dela proveniente.

É o relatório, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER N° 735, DE 2011

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011, proveniente da Medida Provisória nº 528, de 25 de março de 2011, o qual altera os valores constantes da tabela do Imposta sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002.

Relatora-Revisora: Senadora Vanessa Grazziotin

I – Relatório

Com base no art. 7º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional (CN), é submetido à apreciação do Plenário desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 18, de 2011, acima ementado, proveniente da Medida Provisória (MPV) nº 528, de 25 de março de 2011.

O PLV nº 18. de 2011, compõe-se de dez artigos que versam sobre sete matérias (as seis últimas introduzidas pela Câmara dos Deputados), a saber:

a) correção, no percentual de 4,5% ao ano, da tabela, deduções e desconto simplificado do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) (arts. 1º a 3º);

b) criação de dedução da base de cálculo do IRPF relativa à despesa com plano de saúde pago pelo empregador doméstico em benefício do empregado (art. 3º);

c) prorrogação, até o exercício de 2015, da dedução do IRPF devido relativa à contribuição previdenciária patronal paga pelo empregador doméstico (art. 3º);

d) unificação, mediante crédito ao Fundo Nacional de Saúde, das regras do ressarcimento devidas pelas operadoras de plano de saúde (arts. 4º e 5º);

e) faculdade de a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) obrigar fabricantes de bebidas quentes a instalar equipamentos contadores de produção (art. 6º);

f) prorrogação, até 31 de dezembro de 2012, do prazo de concessão de gratificações a servidores ou

empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União (AGU) (arts. 7º e 8º);

g) fixação de prazo mínimo de trinta dias para o contribuinte apresentar a documentação exigida pela fiscalização da Declaração de Ajuste Anual do IRPF (art. 9º).

Em pormenor, os arts. 1º a 3º cuidam da correção, no percentual de 4,5% ao ano, para os anos-calendário de 2011, 2012, 2013 e a partir de 2014, dos seguintes valores do IRPF:

a) tabela de incidência progressiva mensal (art. 1º);

b) deduções da base de cálculo relativas a despesas com instrução e com dependentes (art. 3º);

c) isenção adicional para os rendimentos de aposentadoria e pensão percebidos por contribuintes com 65 anos ou mais de idade (arts. 2º e 3º);

d) limite do desconto de 20% que substitui as deduções da base de cálculo na declaração simplificada (art. 3º).

Também por meio do art. 3º do PLV, a Câmara dos Deputados introduziu alteração no art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 (acréscimos de alínea h ao inciso II do **caput** e de § 4º), para instituir nova dedução da base de cálculo do IRPF. O empregador doméstico que comprovadamente pagar plano de saúde individual em benefício do empregado poderá deduzir da base de cálculo do imposto a despesa até o limite de R\$500,00 (da base de cálculo e não do imposto devido) por ano.

Ainda no art. 3º do PLV, a Câmara dos Deputados promoveu alteração ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para prorrogar até o exercício de 2015, ano-calendário de 2014, a dedução do IRPF devido relativa à contribuição previdenciária patronal paga pelo empregador doméstico.

Os arts. 4º e 5º do PLV, acrescidos pela Câmara dos Deputados, alteram as normas sobre o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) devido pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Doravante, o ressarcimento por uso dos serviços de prestadores conveniados ao SUS será feito exclusivamente ao sistema, mediante crédito ao Fundo Nacional de Saúde, e não mais ao conveniado que prestou o serviço ao usuário.

O art. 6º do PLV, acrescido pela Câmara dos Deputados, faculta à Secretaria da Receita Federal do Brasil obrigar fabricantes de bebidas quentes (alcoólicas, exceto cerveja) a instalar equipamentos contadores de produção (art. 6º).

O arts. 7º e 8º do PLV, acrescidos pela Câmara dos Deputados, prorrogam, até 31 de dezembro de 2012, com efeitos financeiros a partir de 2 de junho de 2011, o prazo de pagamento da Gratificação de Re-

sentação de Gabinete ou da Gratificação Temporária a servidores ou empregados requisitados pela AGU.

O art. 9º do PLV, acrescido pela Câmara dos Deputados, estabelece prazo mínimo de trinta dias para o contribuinte apresentar a documentação exigida pelo agente fiscal que auditar sua Declaração de Ajuste Anual do IRPF.

O art. 10 é a cláusula que define a vigência e a produção de efeitos das mudanças legislativas constantes do PLV. Os novos valores da tabela mensal e deduções do IRPF vigorarão a partir de 1º de abril de 2011. A tabela progressiva anual do ano-calendário de 2011 será a soma das doze tabelas mensais, computando-se as dos meses de janeiro, fevereiro e março sem a correção. A nova dedução da base de cálculo do IRPF relativa à despesa com o plano de saúde do empregado doméstico será válida a partir de 1º de janeiro de 2012. As disposições dos arts. 4º a 9º do PLV valerão na data de publicação da lei resultante, mas os efeitos financeiros da prorrogação das gratificações da AGU retroagirão a 2 de junho de 2011.

II – Análise

II.1 – Admissibilidade da MPV nº 528, de 2011

O art. 8º da citada Resolução CN nº 1, de 2002, estabelece que o Plenário de cada uma das Casas deverá examinar, antes do mérito da medida provisória, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da medida provisória, e sua adequação financeira e orçamentária.

A correção da tabela, deduções e desconto do IRPF não está entre as matérias cuja veiculação por medida provisória é vedada pelo § 1º do art. 62 da Constituição Federal (CF).

A MPV nº 528, de 2011, é relevante, porque previne ofensa ao princípio da legalidade, segundo o qual é vedado à União exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça (art. 150, I, da CF). Isso porque a omissão do legislador em corrigir valores da tabela, deduções e desconto conduziria a uma elevação ilegítima da carga tributária, já que calcada na inflação e não na lei. É igualmente relevante porque recompõe, pelo menos em parte, a renda disponível das famílias, que têm sua capacidade de consumo reduzida com a defasagem entre a evolução dos índices inflacionários e a dos valores ora corrigidos.

É urgente, porque é necessário recompor essa renda disponível das famílias o mais rápido possível, para que possam consumir e investir e assim manter o dinamismo da atividade econômica.

Logo, somos pela admissibilidade da MPV nº 528, de 2011.

II.2 – Constitucionalidade, Adequação Orçamentária e Financeira, Técnica Legislativa da MPV e do PLV

Quanto à constitucionalidade da MPV nº 528, de 2011, e do PLV nº 18, de 2011, frisamos que a União é competente para legislar sobre imposto de renda, proteção e defesa da saúde, e remuneração de seus servidores consoante os arts. 24, I e XII; 37; capai; 48, I; 153, III, todos da CF.

Não apuramos vício de iniciativa na prorrogação do prazo de concessão de gratificações a servidores ou empregados requisitados pela AGU. Ao enviar à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.684, de 28 de junho de 2011, entendemos que a Presidente da República manifestou sua iniciativa privativa em leis que disponham sobre funções públicas na administração direta prevista na alínea a do inciso II do § 1º do art. 61 da CF.

As matérias veiculadas nas proposições não estão no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

No que respeita à adequação orçamentária e financeira, em atendimento ao art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), a Exposição de Motivos (EM) nº 37/2011– MF, de 18 de março de 2011, esclarece que a correção de valores proposta implicará renúncia de receita no valor estimado de R\$ 1,61 bilhão no ano de 2011, R\$ 2,36 bilhões no ano de 2012, e 2,58 bilhões no ano de 2013.

A referida EM informa, ainda, que a compensação dessa renúncia de receita será feita em 2011 com acréscimos de receita estimados em R\$ 1,75 bilhão, decorrentes de duas iniciativas, a saber:

a) atualização dos preços de referência para fins de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as chamadas “bebidas frias” (cervejas, refrigerantes, águas minerais), nos termos do Decreto nº 7.455, de 25 de março de 2011, gerará receita estimada em R\$ 948 milhões;

b) a majoração de alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) incidente nas operações de empréstimo externo, efetivada pelo Decreto nº 7.456, de 28 de março de 2011, acarretará receita estimada em R\$ 802,43 milhões.

Relativamente aos anos de 2012 e 2013, aduz que a renúncia de receita será considerada na elaboração dos respectivos projetos de lei orçamentária, de forma a não afetar as metas de resultados fiscais.

Embora discordemos de que a queda de arrecadação decorrente da correção da tabela, deduções e desconto do IRPF constitua renúncia de receita (não há tratamento tributário diferenciado para um determinado grupo específico e limitado de contribuintes), consideramos a MPV nº 528, de 2011, adequada em termos orçamentários e financeiros.

Já a criação da dedução da despesa com o plano de saúde do empregado doméstico importa renúncia de receita. Por exemplo, o contribuinte sujeito à alíquota de 27,5% poderá deduzir até R\$ 137,50 (R\$ 500,00 X 0,275) por ano do IRPF devido. A prorrogação da dedução da contribuição previdenciária patronal poderá acarretar renúncia de cerca de R\$ 354 milhões para o ano-calendário de 2012 (nossa estimativa, tendo por base o gasto tributário estimado para o corrente ano pela Secretaria da Receita Federal do Brasil), mas essa perda de arrecadação é, no mais das vezes, compensada pelo aumento nas contribuições previdenciárias.

Nesse caso, o art. 92 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011–LIDO), limita em até cinco anos a extensão do favor fiscal, atendidas as condições do art. 14 da LRF.

O referido artigo da LRF estabelece que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e deve também cumprir ao menos uma das exigências por ela postas: demonstração de que a renúncia de receitas foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária ou então indicação de medidas de compensação.

O art. 3º do PLV nº 18, de 2011, respeita o limite de cinco anos para a vigência dos favores fiscais, mas é omissão acerca das estimativas de renúncia de receita para os anos de 2012, quando começam a vigorar, 2013 e 2014. Acreditamos que, dada a importância da formalização do empregado doméstico, o Poder Executivo colmatará essa lacuna quando enviar o projeto de lei orçamentária até 31 de agosto do corrente ano.

O arts. 7º e 8º do PLV, que cuidam da prorrogação do prazo de concessão de gratificações a servidores ou empregados requisitados pela AGU, não dão causa a aumento de despesa para o corrente ano, visto que o pagamento das gratificações, de acordo com a Exposição de Motivos nº 17/2011/AGU, de 7 de junho de 2011, já está previsto na Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 (Lei Orçamentária para 2011). Isso porque a prorrogação estava prevista no art. 2º da MPV nº 521, de 31 de dezembro de 2010, que caducou por não ter sido apreciada a tempo pelo Senado.

A técnica legislativa utilizada no art. 9º do PLV nº 18, de 2001, merece reparos, conforme se verá na discussão de mérito. Abstemo-nos de propor alteração ante a proximidade do prazo de caducidade da MPV.

II. 3 – Mérito

Correção da Tabela, Criação e Prorrogação de Deduções do IRPF

A correção da tabela, deduções e desconto simplificado do IRPF implica redução da base de incidência do imposto, fazendo com que o contribuinte pessoa física pague menos tributo.

Após a correção procedida pela Lei nº 9.250, de 1995, a pressão do Congresso Nacional levou o Presidente da República a editar medida provisória convertida na Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que reajustou em 17,5% os valores da tabela do IRPF. Outra MPV convertida na Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005, promoveu reajuste de 10%, a partir de 1º de janeiro de 2005. Outra MPV convertida na Lei nº 11.311, de 13 de junho de 2006, fez a correção de 8%, a partir de 1º de fevereiro de 2006. A Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, também resultante de MPV, inovou ao reajustar em 4,5%, a cada ano, os valores a viger nos anos-calendários de 2007 a 2010. Nova e importante inovação se deu com a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, também resultante de MPV, que criou duas novas faixas intermediárias de tributação às alíquotas de 7,5% e 22,5%.

Vê-se que as leis que corrigem a tabela do IRPF vêm tendo origem em medidas provisórias. Isso por acerto entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo, que tem o poder de veto. A competência é do Congresso Nacional, conforme já apontado neste relatório. Nem mesmo o Poder Judiciário pode substituir o Parlamento nessa matéria. Conforme decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria, na sessão de ontem, 1º de agosto de 2011, “não compete ao Poder Judiciário substituir-se ao Poder Legislativo na análise do momento econômico e do índice de correção adequados para a retomada ou mera aproximação do quadro estabelecido entre os contribuintes e a lei, quando da sua edição, devendo essa omissão ficar sujeita apenas ao princípio da responsabilidade política”.

Agora, com a MPV nº 528, de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o propósito de evitar a reindexação da economia, mantém sua política de correção quadrienal antecipada da tabela com base na expectativa de inflação futura, iniciada com a referida Lei nº 11.482, de 2007. O percentual de correção de 4,5% é o centro da meta de inflação para os anos de 2011 a 2013 prevista nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional nºs 3.748, de 30 de junho de

2009, 3.880, de 22 de junho de 2010, e 3.991, de 30 de junho de 2011. Esses normativos prevêem intervalo de tolerância para a meta de dois pontos percentuais para mais e para menos (de 2,5% a 6,5%).

Essas metas de inflação são representadas por variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por determinação do art. 1º da Resolução CMN nº 2.615, de 30 de junho de 1999. Nos últimos doze meses (período de jul/2010 a jun/2011), a variação acumulada do IPCA foi de 6,71%, superior inclusive ao limite de 6,5% para o ano de 2011.

Ocorre que o ano de 2011 ainda não findou e a inflação já dá sinais de arrefecimento. A variação do IPCA caiu de 0,47% (mai/2011) para 0,15% jun/2011). Se mantiver essa tendência, o percentual de correção de 4,5% para o ano de 2011 não ficará longe da variação do IPCA a ser apurada para o ano de 2011 cheio. A prudência sugere manter o percentual de 4,5%.

A prorrogação, por três anos, da dedução, diretamente do IRPF devido, da contribuição previdenciária paga pelo empregador doméstico concorre para o aumento do grau de formalização dos trabalhadores domésticos. A dedução está adstrita à contribuição previdenciária sobre um salário mínimo, limitada a um empregado doméstico por declaração, equivalente a R\$ 810,60 na Declaração de Ajuste Anual do exercício de 2011, ano-calendário de 2010. Essa renúncia fiscal é, no mais das vezes, compensada pelo aumento nas contribuições previdenciárias.

Essa medida de grande alcance social proporcionou aumento da formalização de trabalhadores domésticos, conforme apontam dados recentes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego. A saída da informalidade trabalhista dá dignidade a homens e, em maior número, a mulheres; garante a eles e a seus familiares o amparo da Previdência Social nas situações de vulnerabilidade, como doença, invalidez, velhice, maternidade, e a proteção da legislação trabalhista.

O PLV também cria dedução da base de cálculo do IRPF relativa à despesa com plano de saúde pago pelo empregador doméstico em benefício do empregado. A dedução está adstrita à despesa com o plano de saúde de um empregado doméstico por declaração, limitada a R\$ 500,00 da base de cálculo por ano. Assim, por exemplo, o contribuinte sujeito à alíquota de 27,5% passará a deduzir até R\$ 137,50 (R\$ 500,00 X 0,275) por ano do IRPF devido.

A iniciativa poderá aliviar a demanda pelos serviços do SUS. Atualmente, mais de 46 milhões de brasileiros—cerca de 25% da população—são beneficiários de planos privados de assistência à saúde. O incentivo visa a incluir os empregados domésticos nessa parcela.

É oportuno lembrar a legislação brasileira relativa a planos privados de assistência à saúde passou a exigir que as operadoras ressarçam ao SUS os atendimentos prestados a seus beneficiários por instituições integrantes do Sistema, assunto também tratado no PLV (a seguir).

Vale registrar que o incentivo é questionado por entidade representativa da categoria dos empregados domésticos. Abstemo-nos de dar curso neste relatório ao pleito da representação desses relevantes trabalhadores ante a proximidade do prazo de caducidade da MPV.

Unificação das Regras do Ressarcimento Devido pelas Operadoras de Planos de Saúde

O art. 32 da Lei dos Planos de Saúde (Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998) determina que o SUS seja resarcido pelos atendimentos à saúde prestados em instituições integrantes do SUS a beneficiários de planos privados de assistência à saúde, desde que previstos nos respectivos contratos, de acordo com normas a serem definidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

De acordo com a principal alteração promovida pelo art. 4º do PLV, o ressarcimento passa a ser feito mediante crédito ao Fundo Nacional de Saúde, em substituição à regra vigente que determina que seja efetuado diretamente à entidade prestadora do serviço, quando ela possuir personalidade jurídica própria, e, nos demais casos, “ao SUS” (nova redação ao § 1º do art. 32). Assim, o ressarcimento devido ao SUS passará, em qualquer caso, a ser feito diretamente pela operadora ao Fundo Nacional de Saúde.

A nova regra é coerente com os princípios organizadores do sistema, que prevê direção única em cada esfera de governo e que os recursos financeiros do sistema sejam depositados em conta especial—única—em cada esfera de atuação.

Faculdade de a RFB obrigar a Instalação de Equipamentos Contadores de Produção de Bebidas Quentes

O art. 32 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, obrigou os fabricantes de bebidas frias (cerveja, refrigerante e água mineral) a instalar o Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOB/E), com o fito de melhor fiscalizar o cumprimento do regime de tributação por ela instituído, baseado no tipo de embalagem, marca comercial e preço. Além de contar a quantidade de produtos fabricados pelos estabelecimentos industriais, o Sicobe, regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 869, de 12 de agosto de 2008, efetua, por meio de fotografia, a identificação do

tipo de produto, embalagem e sua respectiva marca comercial.

O art. 6º do PLV faculta à Secretaria da Receita Federal do Brasil estender a obrigatoriedade de instalação do Sicobe aos fabricantes de bebidas quentes (alcoólicas, exceto cerveja), mas não os enquadra no sistema de tributação instituído pela citada Lei nº 11.727, de 2008. A faculdade se justifica porque o objetivo do fisco federal é monitorar os setores de maior produção e menos formalizados, como é o caso do de fabricação de aguardente de cana, no qual o controle pelo selo do Imposto sobre Produtos Industrializados tem se revelado insuficiente.

Prorrogação do Prazo de Concessão de Gratificações da AGU

A AGU ainda não dispõe de carreira de apoio técnico-administrativa específica. Os trabalhadores que exercem essa atividade são servidores de outros órgãos que tiveram seus cargos redistribuídos para a AGU, ou fizeram concurso para os cargos de Administrador, Contador, Economista, Engenheiro e Estatístico ou então são servidores ou empregados requisitados.

Os requisitados têm direito a perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária conforme o art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, que dispõe sobre o quadro de pessoal da AGU. O direito vem sendo sucessivamente prorrogado. A alteração prevista no art. 7º do PLV é a sétima, estendendo-o até 31 de dezembro de 2012. A anterior foi veiculada pelo art. 2º da MPV nº 521, de 2010, que não foi apreciada a tempo pelo Senado, mas vigeu e produziu relações jurídicas válidas até 1º de junho de 2011.

Embora seja uma medida paliativa, é fundamental para o bom funcionamento da AGU e merece nosso apoio.

Prazo Mínimo para Apresentar Documentação Exigida pela Fiscalização do IRPF

O art. 9º do PLV fixa prazo mínimo de trinta dias para atendimento, por parte do contribuinte pessoa física, de intimações expedidas por agente do fisco federal que requisitem informações relativas ao IRPF.

De fato, a malha fiscal do IRPF tem fixado prazos exíguos para a apresentação de documentos comprobatórios, não raro de cinco dias, sob pena de lançamento de ofício. Indiscutivelmente, o assunto requer disciplinamento para evitar que a discricionariedade do agente fiscal se convole em arbitrariedade.

O art. 9º, contudo, falha por ser muito genérico. A reiteração da intimação, no caso de o contribuinte não ter atendido a primeira ou o tenha feito parcial-

mente, não carece de prazo tão longo. Além disso, a referência no dispositivo legal ao último Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999) revela má técnica legislativa. Mais correta seria alteração ao Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que regula o processo administrativo fiscal e tem **status** de lei ordinária.

Abstemo-nos de apresentar emenda supressiva ante a proximidade do prazo de caducidade da MPV.

III – Voto

Ante o exposto, somos pela admissibilidade, constitucionalidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 528, de 2011, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011, dela proveniente. – **Vanessa Grazziotin**, Relatora-Revisora.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O parecer preliminar da Relatora revisora, Senadora Vanessa Grazziotin, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1.

Em votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para discutir não, para encaminhar a votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Para encaminhar, como preferir V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, vamos votar favoravelmente aos pressupostos de relevância, urgência, adequação e constitucionalidade. E votamos porque entendemos que não dá mais para esperar pela correção da tabela do Imposto de Renda.

Vale lembrar que o Ministro Marco Aurélio, no Supremo, está com o voto pronto, no qual vai decidir acerca do índice de correção. E há duas tendências. Veja que estamos corrigindo em algo parecido com 4%, e ele fará em algo em torno de 7% ou, se definir por um prazo mais alongado, pode chegar a um valor até superior a 50%.

Então veja que nós e a própria Presidência da República estamos votando algo muito aquém do desejado. Mas não podemos ficar aqui presos a índices, porque, querendo ou não, 1%, 2%, 3%, 4%, 5%, 10% são todos índices favoráveis ao contribuinte.

Fiquei sabendo que na última sessão V. Ex^a fez uma defesa veemente da mudança do rito da medida provisória, aliás, V. Ex^a é o autor da Proposta de Emenda à Constituição. Estamos votando, como eu disse, mas temos aqui, de novo, o chamado contra-

bando legislativo. Num deles inclusive, Sr. Presidente, já pela sexta vez foi prorrogada uma gratificação que beneficia o pessoal da AGU, e a Presidência da República não se manifestou sobre isso. E lá na Câmara dos Deputados alguém apresentou uma emenda que agora estamos corroborando.

Veja V. Ex^a um parlamentar apresentar um projeto para prorrogar uma gratificação. Não existe nada mais inconstitucional que isso.

É um vício. E nós temos que votar favoravelmente, porque, senão, estaremos prejudicando milhões de contribuintes brasileiros acerca dessa defasagem da tabela do Imposto de Renda. Então, seria de todo conveniente que realmente acontecesse essa mudança.

Existem as propostas. Hoje, mais uma vez, foi adiada, na Comissão de Constituição e Justiça, essa proposta, mas nós precisávamos ter um rito na Câmara, um tempo na Câmara, voltar para o Senado, para que nós pudéssemos apresentar as emendas. Inclusive, tenho certeza de que a Senadora Vanessa Grazziotin faria a supressão disso, porque é algo absurdamente inconstitucional. Como nós votamos sempre pressionados, temos de votar contra a nossa vontade. E nós estamos vivendo uma ditadura da Câmara aqui. Nós estamos sempre pautados pela Câmara dos Deputados.

Vou votar favoravelmente, sob protesto, porque a aprovação dessa medida provisória beneficia mais do que prejudica. Mas quero crer que a proposta de V. Ex^a, melhorada pelo Senador Aécio, com a participação de muitos outros Senadores, deveria ser votada o mais rápido possível, porque nós estamos sendo prejudicados. E, quando o Senado é oprimido, é oprimida a Nação.

Voto, sob protesto, com a Senadora Vanessa Grazziotin, esperando que a proposta de emenda à Constituição cujo primeiro signatário é V. Ex^a seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Demóstenes, peço até a colaboração de V. Ex^a para que realmente a Comissão de Constituição e Justiça, com a maior brevidade, possa oferecer parecer sobre essa matéria, que é unanimidade na Casa.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos agora à apreciação do mérito.

Está inscrito, em primeiro lugar, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Fora do microfone.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Excelência, é para registrar o meu voto favorável, na votação anterior, à indicação do Sr. Marcos Borges Ribeiro para embaixador do Brasil no Nepal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – De igual forma, o Senador Ricardo Ferraço, na votação anterior, votou favoravelmente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Para me inscrever para discutir, Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para solicitar, se possível, que seja incluído na pauta um pedido de uma sessão para homenagear a Embraer, o Dr. Ozires Silva, o ITA e o DCTA. Isso está já perto. Trata-se do Requerimento nº 554, de 2011, assinado pelo Senador Luiz Henrique e outros, inclusive eu. E também o Requerimento nº 809, de 2011. Nós juntamos os dois.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Determino à Secretaria da Mesa que faça incluir em pauta a matéria.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de me inscrever para discutir o mérito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Já inscrevi V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Para discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma rotina que se repete. Mais uma medida provisória contendo contrabando legislativo, como foi salientado pelo Líder Demóstenes Torres. Mais ainda: uma medida provisória que votamos com as costas na parede, a faca no pescoço, sob pena da perda da eficácia da proposta que é o centro da medida provisória, que é a correção do índice da Tabela do Imposto de Renda. Correção – diga-se de passagem – que fica aquém da inflação, muito aquém da inflação, 4,5%, quando a inflação já atingiu 6,7% e se encaminha para 7%. Ou seja, o Governo fazendo superávit primário e pagando juros às custas do contribuinte brasileiro.

Voltamos do recesso, Sr. Presidente, e aquilo que verificamos no primeiro semestre continua agora, na mesma toada: medidas provisórias. Não votamos – eu estou aqui há seis meses –, não apreciamos nenhuma proposição relevante que tenha chegado a esta Casa sob a forma de projeto de lei, projeto de lei complementar ou de proposta de emenda à Constituição. Salvo um ou outro projeto de iniciativa de tribunais criando cargos, todo o resto do nosso tempo como legisladores foi ocupado dessa forma, votando, a toque de caixa, medidas provisórias, sem termos tempo de analisá-las, porque o tempo é curto e porque elas se transformam num amontoado de coisas absolutamente inextricável e inconstitucional

O Congresso – nós somos congressistas e estamos aqui querendo honrar o mandato – deveria ser o cérebro da Nação, a sede da razão, que formula regras jurídicas válidas para toda a sociedade depois de um debate razoável e contraposição dos pontos de vista, que são resultado da pluralidade das forças políticas aqui representadas e das correntes de opinião que aqui têm assento.

No entanto, isso não ocorre. Nós não votamos nada além de medidas provisórias. A Presidência da República reduziu o Senado da República a essa triste situação. E se somos reduzidos a meros carimbadores de papéis, como disse aqui, certa feita, o Senador do PT, pela Bahia, Walter Pinheiro, e não podemos exercer o nosso papel de legisladores, de consciência da Nação, de consciência jurídica, tampouco podemos exercer o papel de olhos e ouvidos da Nação na nossa função fiscalizadora.

Ainda ontem, a oposição havia conseguido recolher, a duríssimas penas, 27 assinaturas de Senadores para se instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito visando a apurar fatos que estão, hoje, comovendo a Nação, ocupando o noticiário dos jornais, alimentando o debate político, a exigir providências do Poder Judiciário, do Legislativo e do Executivo. Do Poder Executivo não temos que esperar nada. O Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da República não controla coisa nenhuma. Ele tem apenas cara de bravo, mas não é de nada, como se dizia no meu tempo de menino.

O Poder Legislativo, tolhido na sua capacidade de instaurar um processo de investigação de natureza política, porque o que está acontecendo no Governo hoje é um processo de natureza política, de decomposição política, e não podemos fazê-lo. Então, o que estamos fazendo aqui? Eu me pergunto, os nossos eleitores se perguntam, aqueles que nos ouvem pela Rádio Senado e nos vêem pela TV Senado se perguntam. Nós temos de reagir, e a reação é começar votando a Proposta de Emenda à Constituição de autoria do Presidente

desta Casa, o Senador José Sarney. Tem toda razão o nobre Líder Demóstenes Torres.

Hoje, estávamos, na Comissão de Constituição e Justiça, a um milímetro de um acordo em torno de um parecer elaborado com minúcia, com cuidado, com zelo, com espírito democrático, ouvindo todos os Senadores da situação e da oposição, pelo Senador Aécio Neves.

Nós estávamos prontos para dar uma demonstração de que o Senado da República quer recuperar a sua função legislativa.

No entanto, fomos surpreendidos – esse é o termo – por um pedido de vistas vindo da Liderança do PT, com toda legitimidade regimental, evidentemente, mas com uma enorme inoportunidade política, porque essa questão está sendo discutida na Casa há muito tempo. Tudo aquilo que foi falado, dito e proposto, já é arquiconhecido de todos. A esta altura, pedir vistas para acrescentar algo que não se sabe exatamente o quê simplesmente me parece – espero estar enganado – uma manobra meramente protelatória, destinada a protelar, a jogar para diante, a empurrar com a barriga, como se diz, um tema que é da maior urgência para o País, da maior relevância, muito mais urgente e muito relevante do que todas essas dezenas e dezenas de medidas provisórias que temos votado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Em virtude do meu atraso, pois estava em uma reunião na Aneel, tendo chegado agora, quero manifestar meu voto favorável na votação anterior.

Desculpe-me pelo atraso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará o voto de V. Ex^a.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, exausto de tanta repetição sobre a inconstitucionalidade das medidas provisórias, sequer, hoje, fizemos uso da palavra no momento da discussão da admissibilidade. Mas, certamente, os argumentos são consistentes para demonstrar, em que pese o mérito desta Medida Provisória, afrontar ela a Constituição do País, porque não trata apenas de uma única disciplina, já que houve, na Câmara dos Deputados, a inclusão do art. 7º do Projeto de Lei, que trata de gratificação aos servidores da Advocacia-Geral da União.

Veja, Sr. Presidente, que nós estamos deliberando uma matéria que diz respeito a correção da Tabela do Imposto de Renda e não podemos nos opor, no

mérito, a essa matéria, mas, na Câmara dos Deputados, aproveitou-se para embutir, de forma afrontosa à Constituição, o Projeto de Lei nº 1.684, de 2011, do Poder Executivo.

Aqui está o projeto a que me refiro, que trata exatamente deste item a que me refiro, o art. 7º.

Além disso, fere o disposto no § 10 do art. 62 da Constituição Federal, que estabelece que é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou tenha perdido a sua eficácia por decurso de prazo. Portanto, mais uma afronta à Constituição.

Nós estamos debatendo esse tema na Comissão de Constituição e Justiça em razão de um projeto apresentado pelo Presidente Sarney e relatado pelo Senador Aécio Neves.

O disposto no art. 7º do Projeto estava previsto na Medida Provisória nº 521, de 2010, a chamada MP dos Médicos Residentes, que teve o seu prazo de vigência encerrado, sem votação, em junho deste ano.

Portanto, o que estou relatando é uma esperteza legislativa. É o processo legislativo maroto. O Governo adotando de expedientes que afrontam a Constituição para superar o impasse que surgiu com o arquivamento da Medida Provisória nº 521. O seu texto passou a integrar um projeto de lei na Câmara dos Deputados e a partir daí incluído nesta medida provisória.

O Governo até enviou corretamente ao Congresso esse Projeto de Lei, o Projeto nº 1.684, de 2011. Reapresentando a matéria, na tentativa de fraudar, de burlar a legislação, incorporou a matéria no projeto que estamos votando agora, que estamos discutindo agora. É a esperteza do Governo aliada ao desrespeito ao Poder Legislativo. É flagrante o desrespeito ao mandamento constitucional. É a mais clara evidência de um governo que não respeita a norma jurídica.

Esta é uma questão que se reedita a cada debate sobre medida provisória: o desrespeito à norma jurídica, a afronta à Constituição.

Quanto ao mérito, esta Medida Provisória nº 528 trata da correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física para o período de 2011 a 2014 em 4,5% ao ano. O mercado e o próprio Governo trabalham com uma expectativa de inflação na faixa dos 6,5%, ou seja, o teto superior da banda inflacionária. Para 2012, as expectativas ultrapassam 5%, distanciando-se cada vez mais do centro da meta estabelecida, de 4,5%.

Fica claro também, quanto ao mérito, o desinteresse do Governo em direcionar a inflação do Brasil para níveis de economias estáveis. A corrigir a tabela do Imposto de Renda em 4,5%, o Governo está, na verdade, sobretaxando principalmente aqueles que ganham menos. É bom enfatizar: aqueles que ganham

menos são os maiores prejudicados em razão dessa distância entre o número da realidade e o número percentual apresentado pelo Governo para esta correção.

A medida constitui forma indireta de aumentar a arrecadação. Por um lado, beneficia o contribuinte com a correção de 4,5%. Por outro lado, o penaliza ao não corrigir a tabela pela integralidade da inflação. Traduzindo: o Governo não corrige pela integralidade da inflação e, por isso, penaliza o contribuinte.

Em relação ao que deve, paga pelos índices corretos da inflação. Em relação àquilo que deve receber, há uma defasagem proporcionada pela proposta do Governo.

O atual Governo está jogando sobre o cidadão brasileiro o custo da gastança desenfreada. Aliás, gastança desenfreada é o que se fez, por exemplo, no Ministério dos Transportes. O Senador Alfredo Nascimento, ontem, nesta tribuna, afirmou que, quando deixou o Governo para disputar as eleições, o orçamento do PAC no Ministério dos Transportes era de R\$52 bilhões. Quando voltou, esse orçamento estava inflado em quase R\$20 bilhões. Isso se chama gastança desenfreada no ano eleitoral. O contribuinte paga caro, paga sem poder pagar por essa irresponsabilidade no gerenciamento.

Não é por outra razão que, na calada da noite, ontem, o Governo pressionou Senadores para inviabilizar a instalação da CPI no Ministério dos Transportes. Certamente, há muito a se revelar. Certamente, essa "operação abafa CPI" se deu exatamente para esconder falcatruas ainda não reveladas. Obviamente, a CPI seria um instrumento fundamental para a revelação dos equívocos, dos desvios de eventuais ilícitudes praticadas no âmbito do Ministério dos Transportes, como consequência de um modelo promíscuo e sem escrúpulos, que, ao permitir loteamento da Administração Pública Federal, facilita a corrupção.

Quando se fala em gastança desenfreada, se diz especialmente o seguinte: seria possível fazer muito mais do que tem sido feito com o dinheiro que tem sido gasto. Eu não tenho receio em afirmar, evidentemente posso ser contestado, mas imagino que seria possível fazer pelo menos três vezes mais o que se faz com o mesmo dinheiro. Isso se chama gastança desenfreada. Depois, o braço longo, com a mão grande do Governo, vai para o bolso do contribuinte brasileiro, como ocorre agora na correção dessa tabela do Imposto de Renda.

Mas nós não podemos nos opor. É uma correção aquém da realidade, insuficiente, que contraria, portanto, direitos assegurados dos contribuintes brasileiros.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Já concluo, Sr. Presidente.

Apenas 4,5% de correção fica muito aquém, mas nós temos que aprovar, porque é melhor 4,5% do que nada; É melhor 4,5% do que zero.

Portanto, estamos com a espada no peito e somos obrigados a aprovar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para fazer um registro, porque V. Ex^a leu nosso comunicado à Mesa de desligamento do Bloco com o PSB, com o PT, com o PCdoB.

O nosso desligamento do Bloco, os sete Senadores do PR, não significa que nós estamos abandonando a base do Governo. Seríamos irresponsáveis. Há seis meses fomos à rua dizer que Dilma era o melhor do País para dar continuidade ao melhor governo do País, que foi o do Lula. E agora vamos fazer beicinho, vamos nos juntar à oposição para dizer que ela é ruim agora? Seria irresponsabilidade. Eu não sou irresponsável, e nós não somos.

Nós continuamos apoiando a Presidente Dilma, acreditando que ela vai dar continuidade a este novo momento do País. Está vivendo crise; crise todo mundo vive; crise todo país já viveu; crise todo partido já viveu.

Aliás, onde há ser humano há sempre uma crise, um problema.

Está vivendo crise dentro de casa: o pai é alcoolista, descobriu que o filho é drogado, a filha está fumando crack. Há crise em qualquer lugar. Há crise dentro de igreja, quanto mais dentro de partido político.

Agora nós vamos nos manter líderes de nós mesmos. Nós somos um bloco de sete e já não pertencemos mais ao bloco de apoio ao Governo. Nós continuamos na base, mas um bloco independente, de apoio crítico. Aquilo que entendermos que é de interesse do País, 100% a favor; o que entendermos que não é, não estaremos a favor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia, para discutir a matéria, inscrita.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar à Mesa que, na votação ante-

rior, eu estava ausente. Gostaria que fosse constado em Ata o meu voto, voto de acordo com meu partido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu também queria consignar meu voto favorável na votação que houve de forma nominal e queria me inscrever para discutir o mérito também da matéria que está sendo votada agora na Casa. Eu queria me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, superada a discussão acerca da admissibilidade da matéria, ocupo esta tribuna para, de uma forma especial, chamar a atenção da opinião pública brasileira para as implicações da proposta do Governo que modifica a tabela de Imposto de Renda Pessoa Física no percentual de 4,5%.

De imediato faz-se necessário fazer um reparo no discurso governamental sobre a sua proposta de correção do Imposto de Renda.

Na tentativa de justificar esse reajuste pífio, o Governo informa à opinião pública que a arrecadação de impostos federais voltou a bater recorde e que o reajuste, tal como proposto, deverá ser absorvido pela estimativa de acréscimo de receita.

Ocorre que, segundo estudos apresentados por vários institutos em 2010, a tabela também foi corrigida em 4,5%, sendo que o IPCA atingiu 5,91% neste ano e 5,9% em 2009. Ora, levando-se em conta a defasagem de 1,34% nesses dois últimos anos calendários, chega-se à conclusão de que a perda inflacionária atingirá cerca de 2,71%.

E isso não é tudo.

Com base na variação acumulada do IPCA de 1995 a 2010, a inflação oficial do período foi de 214,34%, enquanto a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física foi corrigida em 88,51%, acarretando uma defasagem de 66,74% nos referidos períodos. Somando-se esses dados, o déficit total no ano de 2011 é da ordem de 68,97%.

A consequência desse descaso com uma adequada correção na tabela do Imposto de Renda repercutiu especialmente sobre a classe média, que vem pagando essa conta.

É uma matemática relativamente simples: se a tabela do Imposto de Renda sofre reajuste inferior ao da inflação apurada, obviamente o contribuinte estará financiando essa diferença deficitária.

Por isso, nesta conjuntura de crescimento econômico, aliada a um período de aumento na arrecadação, é chegado o momento de darmos um basta a essas perdas.. Esta Casa não pode deixar de agir para recompor as perdas anteriores dos cidadãos que já pagaram a conta.

Nessa direção, propus cinco emendas a esta medida provisória, todas rejeitadas na Câmara dos Deputados e todas num mesmo sentido: permitir o reajuste da tabela levando-se em consideração as perdas inflacionárias e o reajuste do salário mínimo. Esse deveria ser o caminho mais adequado a ser seguido.

Pelo sistema jurídico brasileiro, vivemos sob a estrita legalidade, mas o que se vê, nos últimos anos, é o aumento da carga tributária do contribuinte pessoa física sem o respaldo constitucional. Omitem-se os Poderes Legislativo e Judiciário, enquanto os contribuintes são sufocados em obrigações que lhes diminuem o patrimônio.

O meu partido apresentou também uma proposta de reajuste em 5,91%, que é a inflação medida pelo IPCA em 2010. A bem da verdade, tanto a proposta do PSDB como a minha pessoal, diante do histórico dos reajustes da tabela nos últimos anos, são até modestas.

Mas, como foi colocado aqui, infelizmente o nosso discurso cai no vazio, porque, na verdade, quando a medida provisória chega a esta Casa, nós não temos mais a oportunidade de emendá-la e, quando o fazemos na Câmara, não temos a oportunidade de defendê-la naquela Casa. Portanto, o nosso discurso cai no vazio, uma vez que não conseguimos mudar os resultados.

Isso é extremamente frustrante, mas não poderia deixar de ocupar esta tribuna e manifestar aqui o meu repúdio a esta situação que hoje, mais uma vez, foi adiada, que é a mudança dos ritos da medida provisória. Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, mais uma vez, a votação da medida provisória foi protelada em função de uma posição do Partido dos Trabalhadores.

Estamos diante de uma realidade: ou aprovamos essa medida com 4,5% ou perdemos inteiramente o reajuste. Portanto, vamos votar a favor dessa medida, aqui deixando o nosso protesto pela forma com que o Governo trata esta Casa, que representa, sem dúvida nenhuma, a sociedade brasileira, neste momento apreensiva e desejosa de ver esta Casa combater a carga tributária pesada com que convivemos, bem como o reajuste real da tabela de Imposto de Renda.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador José Agripino, para discutir a matéria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho dizer que vou votar a favor dessa medida provisória por uma razão óbvia: ela trata da correção da tabela do Imposto de Renda.

É uma medida que o Governo adota, é verdade que pressionado pela sociedade, pressionado pela oposição e pelas circunstâncias, e que tem consequências sobre o conjunto geral da sociedade.

Por essa razão, vou votar a favor da medida provisória, que traz uma coisa positiva para o contribuinte: a correção da tabela do Imposto de Renda, onde pessoas que estavam injustamente pagando imposto de renda ou pagando mais imposto de renda vão voltar para o critério de justiça, vão pagar o devido imposto de renda, pela correção da tabela em função dos níveis de inflação.

Voto, portanto, por uma razão muito simples: essa é uma medida de caráter geral, ela beneficia a sociedade como um todo.

E sobre isso quero tecer algumas considerações na oportunidade em que me manifesto favorável a essa MP, a da correção da tabela do Imposto de Renda, que beneficiará o conjunto da sociedade, os brasileiros como um todo.

Nós assistimos, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a esse debate, que se arrastou até ontem, relativo ao calote anunciado, inédito, assustador, do Tesouro americano aos seus credores, entre os quais o Brasil se situa, a China com 1 trilhão de dólares, o Brasil com 340 bilhões de dólares aplicados nas reservas americanas.

Durante semanas ocorreu o debate entre republicanos e democratas. A discussão era em quanto se eleva o teto do endividamento do Tesouro americano para fazer face aos compromissos ou à remuneração, ou ao pagamento daquilo que é devido pela aplicação dos chineses, dos americanos, dos brasileiros no Tesouro americano.

Eu quero aqui fazer uma consideração muito clara. Falava-se em elevação para 14 trilhões de dólares do limite de endividamento do Tesouro americano. Nesses 14 trilhões de dólares estavam o trilhão de dólares dos chineses, os 340 bilhões de dólares dos brasileiros. O americano discutia a elevação do nível de endividamento do Tesouro para 14,4 trilhões de dólares, mas não falava em aceitar a simples emissão, porque o americano poderia, pura e simplesmente, emitir moeda, já que eles têm um padrão monetário internacional. Não! O americano, com responsabilidade,

de, tratava da elevação, para evitar o calote, do nível de endividamento do Tesouro americano, mas tratava da equação: eleva, mas paga como? E aí entrou a discussão: corte de investimentos, corte de programas sociais? Pelo lado fiscal da receita, uma posição conflitante entre democratas e republicanos: como é que fica a taxação sobre os negócios do petróleo? Sobre os ricos e as grandes fortunas? Como é que fica o ajuste entre receita e despesa? Mantém-se o programa de seguridade social, o programa de saúde pública proposto pelo Presidente Obama ou se estabelece uma redução nesses gastos? Para que o Tesouro americano, que tem compromissos e tem débitos e tem que remunerar esses débitos, pudesse ter da sua receita recursos suficientes e responsáveis para honrá-los, com equilíbrio fiscal entre receita e despesa, atingindo a todos, sem estabelecer, como agora... E eu quero falar exatamente sobre o que acabou de acontecer ontem: sem falar em Programa Brasil Maior, onde é maior apenas para alguns.

Nós estamos, Sr. Presidente, trabalhando mediante a pressão das ocorrências. Agora mesmo tivemos, e assistimos ontem ao discurso do ex-Ministro Alfredo Nascimento, uma tomada de posição por parte do Governo motivado por denúncias. O Governo, motivado por denúncias, defenestrhou 27 funcionários de um único partido de um Ministério. Eu disse, e fui muito claro com o Ministro Alfredo Nascimento, que tem a minha confiança pessoal: ninguém vai limpar a honra do PR que não os filiados ao PR. Ou o PR toma providências, ou o PR ajuda a que o processo de investigação aconteça – e o melhor processo é a Comissão Parlamentar de Inquérito – ou o PR vai carregar a pecha imposta pelo Governo da Presidenta Dilma de partido corrupto. Aconteceu tudo o que aconteceu motivado por pressão, por denúncias. Eu quero ver o que é que vai acontecer com as denúncias que foram feitas ao Ministro Rossi, da Agricultura; ao Ministro do Desenvolvimento Agrário; à ANP; ao Ministério da Saúde. Eu quero ver o que é que vai acontecer com isto tudo. Eu estou convencido de que tanto eu vou ficar acompanhando como o PR vai ficar acompanhando, porque o PR não pode ser o bode expiatório de uma faxina hipotética que acontece para inglês ver.

Porque, Senador Cyro, a faxina aconteceria se a Comissão Parlamentar de Inquérito tivesse instalação. Mas foi pela ação do Governo que as assinaturas postas foram subtraídas. O Governo anuncia uma faxina e retira o processo de esclarecimento com a outra mão. Com a boca anuncia a faxina e com a mão retira as assinaturas. Para fazer investigação de quê? Quem vai investigar? Quem vai esclarecer? Quem vai repor

a honra do PR? Isso tudo está acontecendo, como aconteceu, é o que eu vou falar!

A balança comercial dos manufaturados, que é produzida pela indústria brasileira, está um desastre, Senador Cyro Miranda! É uma crise que está anunciada.

Enquanto o americano trabalha com responsabilidade e encontrou os caminhos, pela discussão política, da elevação do déficit do Tesouro para 14 trilhões – mas estabeleceu parâmetros de obtenção de recursos para cobrir esse déficit, com aumento de receita ou com diminuição de despesas, pactuadas politicamente – no Brasil você tem uma crise de câmbio que está provocando a débâcle do setor industrial brasileiro.

Deixe-me dar alguns dados que não foram colocados aqui ainda. Em 2006, na balança comercial, os manufaturados, os produtos industriais respondiam por 31 bilhões de dólares de superávit. Ou seja, exportava-se mais produto industrializado do que se importava produto industrializado, em função de uma política cambial e da eficiência da indústria brasileira. Foram 31 bilhões em 2006.

Em 2011, está anunciado, está previsto, ao invés de um superávit de 31 bilhões, em função do déficit do câmbio, um déficit de 52 bilhões de dólares. A indústria brasileira, que contribuía para a geração de um superávit de balança comercial com 31 bilhões de dólares positivos, agora, por conta de um câmbio – e eu vou entrar nessa questão – desfavorável aos negócios internacionais, porque o real passou a valer muito frente ao dólar, dificultando as exportações, vai ter, em vez do superávit de 31 bilhões, um déficit de 52 bilhões. É uma perda de 83 bilhões. Superávit de 31 bilhões contra perda de 52 bilhões. São 83 bilhões de dólares, é o que a indústria brasileira vai deixar de vender ao mundo.

Isso é produto do quê? Fundamentalmente do câmbio.

Como é que o Governo atua? Como ele atuou ontem? O programa Brasil Maior. Maior para alguns. Ele não adotou a política que eu faria ou que o americano fez: a política de combater a febre, aplicando antibiótico em cima da doença e não quebrando o termômetro. O que se fez ontem foi tentar curar a febre quebrando o termômetro. Aplicando coisas positivas? Claro. Coisas boas? Claro. Mas localizadas para alguns.

O problema crônico do câmbio chama-se taxa de juros. A China é dona do seu trilhão de dólares aplicados. Nós, não. Os nossos 340 bilhões de dólares não são nossos, não. Foram produtos de exportações, de transformação desses dólares em reais; só que, como o Tesouro gasta muito, ele não tem dinheiro para trocar esses dólares, ele vai buscar o dinheiro no mercado e eleva-se a taxa de juros para 12,5%. Os dólares dos

chineses são deles. Os dólares do Governo brasileiro são dos brasileiros e dos investidores. Em função de quê? Em função de gastança. Em função de quê? De taxa de juros – a taxa de juros que o Brasil é obrigado a praticar para, não tendo receita, não tendo recurso próprio, produzir dinheiro para comprar os dólares que estão vindo por conta de uma taxa de juros alta. É uma coisa que alimenta a outra.

Qual é o caminho único para resolver esse problema? É o que o americano fez: disciplinar gastos e receita. Não tem outro caminho. Qualquer outro caminho é flutuante, é fluido, é balofo, é...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Já concluo, Sr. Presidente (*Fora do microfone.*)

É inconsistente.

O que tinha que ser feito para ser igual ao que o americano está tentando fazer era uma política programada de equilíbrio fiscal. E não tem nada disso programado. O equilíbrio fiscal do Brasil é feito aos supetões, em cima da perna. Não há uma coisa programada e pactuada politicamente.

Estou alertando para essas questões, mas pretendo fazer um pronunciamento mais detalhado sobre esta preocupação que eu e o meu partido temos com as questões taxa de juros, câmbio, política industrial, exportações, sobrevivência da economia brasileira frente aos desafios do futuro. Eu pretendo fazer isso, de forma circunstanciada e com mais tempo, mas, desde já, estou colocando aqui o alerta. O que foi feito ontem é uma coisa que não é má, mas não é solução. Nós estamos, com o que foi feito ontem...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Já concluo, Sr. Presidente.

Nós estamos, com o que foi feito ontem – vou dizer e vou repetir –, tentando curar a febre quebrando o termômetro. Temos que agir com responsabilidade e ver o futuro, enquanto é tempo de bonança e antes que seja tarde.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores. Presidente Sarney, fiz questão de vir a esta tribuna para fazer um pedido a V. Ex^a e tenho certeza de que V. Ex^a está ansioso por fazê-lo. Tenho certeza. Noto em V. Ex^a um defensor do caminho que tomam as medidas provisórias. Cansamos de estar nesta tribuna mostrando que o Governo tenta, a todo custo, desmoralizar esta Casa com o excesso de medidas provisórias. Presidente Sarney, com toda a hu-

mildade, peço, em nome da Nação brasileira – tenho certeza de que a maioria dos brasileiros está pedindo isto neste momento -: vamos regularizar o trâmite das medidas provisórias.

Há um projeto na Mesa, há uma discussão de Senadores, há uma preocupação de Senadores.

Vi a discussão, na Comissão de Justiça, liderada pelo nobre Senador Aécio Neves; vi o quanto esse Senador se preocupa com esta Casa com relação a medidas provisórias. Sei o quanto a Nação brasileira critica este Senado com relação a medidas provisórias, mas sinto em V. Ex^a uma motivação para que esta Casa, definitivamente, tome providências em relação ao trâmite das medidas provisórias. Confio em V. Ex^a e tenho certeza de que já, já votaremos este projeto que, com tanto entusiasmo, foi feito por diversos Senadores, liderados pelo Senador mineiro Aécio Neves. Assim, Presidente, tenho certeza de que deixaremos de vir aqui criticar o Governo.

Aliás, o Governo, Presidente Sarney, está, mais uma vez, envolvido em uma montanha de corrupção, um Governo que não tem ética, Senador Jarbas Vasconcelos, ao encaminhar medidas provisórias tentando burlar o trâmite dessas medidas, um Governo que não tem ética e deixa a corrupção tomar conta deste País.

Olhe, Senador, Nação brasileira, meus queridos brasileiros, vi nos jornais a saída do Palocci. Brasileiros, o Palocci foi aplaudido quando saía do Ministério! Aplaudido, brasileiros! O Palocci foi aplaudido de pé! Nobres Senadores, sabem qual outra personalidade foi aplaudida de pé quando saiu do Ministério? Pagot! O Pagot foi aplaudido de pé ao deixar o Dnit, Nação brasileira!

Olhe aonde chegamos, Brasil! Olhe a lama em que vivemos! Olhe a moralidade deste País indo à falência!

E chegamos aqui para votar medidas provisórias e ainda, Senador Jarbas, vemos Senadores da República defendendo a corrupção neste País! E não me interessa em quem esteja doendo! E esses Senadores... Que tenham a liberdade de fazer a contestação a mim nesta tribuna, aqueles que retiraram as assinaturas da CPI do Dnit. A terceira vez! Pensem nos seus filhos, Senadores! Pensem na moralidade de suas famílias, Senadores. O que devem estar pensando os seus filhos neste momento, quando V. Ex^{as}, mais uma vez, dizem ao Brasil que podem roubar nesta Pátria, que ninguém investiga ninguém nesta Pátria, que V. Ex^{as} não deixam o Senado Nacional investigar?! Pela terceira vez, Brasil, se conseguem assinaturas para abrir uma CPI e, ao calar da noite, são retiradas essas assinaturas.

Onde está a educação brasileira, Pátria amada? Onde está a saúde brasileira, Pátria amada? Onde estão as estradas brasileiras, Pátria amada, para as

quais sempre chamei a atenção aqui?! Foram bilhões e bilhões de reais tirados do povo brasileiro, daquele que paga religiosamente o seu imposto. Quantos morreram?!

E o Pará, meu querido Pará...

Só no sul do Pará, nove mortes este ano. Nove mortes, nove paraenses tombaram à custa do roubo do Pagot. E, quando chamei atenção aqui, e ainda hoje, quando a Dilma demite, quando a Dilma quer parecer à Nação que é séria... V. Ex^a, Presidenta, não está sendo séria com a Nação brasileira. V. Ex^a demite, mas chama os seus subordinados daqui do Senado, chama os seus Senadores e pede para eles retirarem as assinaturas da CPI. V. Ex^a não está sendo honesta com a Pátria! V. Ex^a está enganando a Nação, Presidenta!

Pobres Senadores que se enganam a si próprios, que enganam sua pátria, que enganam a sua família, que enganam a sua moralidade. Vou descer Presidente.

A vocês eu deixo um recado de um brasileiro que desce desta tribuna neste momento. Um recado de um homem humilde, que nasceu numa pequena cidade na Ilha do Marajó, mas que tem a honra de ser brasileiro. A vocês, Senadores que retiraram suas assinaturas da CPI, que querem esconder a corrupção deste Brasil, saibam que a covardia, Senadores, de V. Ex^as, diante do povo brasileiro, desmoraliza a família de qualquer um. Jamais, Senadores, jamais V. Ex^as verão uma atitude igual a esta deste Senador.

A covardia não mora em mim, a covardia não pertence a mim. Eu jamais enganarei o brasileiro neste Senado. Jamais deixarei de honrar a Bandeira brasileira, jamais deixarei de honrar o povo brasileiro, jamais deixarei de honrar a família brasileira, a minha família, os meus filhos, enganando a Pátria e tendo a covardia de dizer "sim" à Presidência da República para retirar a minha assinatura de uma CPI. Que ato covarde!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

José Pimentel. Acompanhei o Partido dos Trabalhadores na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido e a Ata vai registrar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, todos que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, vamos ao debate do que trata esta medida provisória.

Mas, antes, queria destacar, mais uma vez, lamentar a continuação dos ritos que temos tido aqui

de medida provisória, e já tem sido voz contínua a lamentação sobre isso.

Nós temos a condição, a possibilidade concreta de resolvemos esse problema. E essa solução se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, apreciando e votando o quanto antes a proposta de emenda constitucional de autoria do Senador José Sarney, que tem o Senador Aécio Neves como relator.

Lamentavelmente, hoje, mais uma vez, foi postergada a votação da proposta do substitutivo apresentado pelo Senador Aécio Neves, e ai nós não podemos lamentar a continuação do regime de medidas provisórias, com contrabando, massacrando, não cumprindo o tempo regimental para tramitação aqui no Senado.

Sem delongas, em relação a isso, mas não deixando de insistir que quanto antes temos que resolver isso, e hoje, lamentavelmente, mais uma vez, postergamos a solução sobre disciplinar o rito das medidas provisórias, eu quero debater esta Medida Provisória nº 528, que trata da correção da tabela do Imposto de Renda.

Vamos ao que se refere e ao que estamos debatendo nessa medida provisória. Nós estamos debatendo o sistema tributário brasileiro, e nós estamos debatendo, nessa medida provisória, concretamente, como o Estado brasileiro vai dialogar com essa tão propalada e admirada classe média. Segundo dados do IBGE, a ascensão das chamadas classes D e C pode corresponder, hoje, a 40% da sociedade brasileira. Segundo dados também do IBGE, esses 40% da sociedade brasileira, inclusive esses que ascenderam devido, diga-se, de verdade, às políticas compensatórias dos últimos oito anos, esses que ascenderam devido às políticas de inclusão social dos últimos oito anos, serão, já na próxima eleição, maioria dos eleitores brasileiros.

Pois bem, muito se fala, muito se tem dito, em especial as principais lideranças políticas dos principais partidos políticos do País, tanto o que governa quanto o principal partido de oposição, sobre como dialogar com essa classe média.

Eis o momento de mostrar lealdade a essa classe média, alterando a tabela de progressividade do Imposto de Renda. Não é justo um sistema tributário em que o dono de uma mega empresa multinacional, o dono de um conglomerado financeiro é tributado da mesma forma e na mesma alíquota em que um professor universitário é tributado, na alíquota de 27,5%.

Muito se tem falado que esse sistema tributário é regressivo. E de fato o é. É um sistema tributário, em relação à renda das pessoas, como poucos do mundo, que, ao invés de tributar aqueles que têm mais, tribu-

ta aqueles que têm menos. Penaliza a classe média brasileira.

Nesse sentido, para corrigir isso, o nosso partido, na Câmara dos Deputados, apresentou uma emenda a essa medida provisória. Por essa emenda, nós propomos uma alteração, nós reajustamos a tabela do Imposto de Renda em 54%.

É, na verdade, o reajuste ideal, adequado e justo que deveria ocorrer, visto que o último IPCA, a última inflação é de 157%.

Neste mesmo período em que tivemos o IPCA de 157%, a tabela do Imposto de Renda foi reajustada em 67%, ou seja, ainda resta um reajuste de 54%.

Foi nesse sentido que apresentamos emendas na Câmara dos Deputados, reafirmamos aqui no Senado, para que o reajuste fosse de 54%, como deveria ser, e não apenas de 4,5%.

Na emenda que apresentamos, também incluímos que fosse tornada permanente a dedução do Imposto de Renda da contribuição patronal previdenciária pelo empregador doméstico. Além do mais, apresentamos na emenda, que, para fins de dedução também no Imposto de Renda, fossem incluídos os maiores de 28 anos que estivessem fazendo curso de pós-graduação, mestrado ou doutorado.

Ora, muito se fala em investimento em educação e investimento em ciência e tecnologia. Que investimento em educação, ciência e tecnologia é este quando aqueles que querem se aprofundar no conhecimento não tem o apoio do Estado brasileiro?

Lamentavelmente, a Câmara acatou essa emenda somente em parte, e ficamos felizes por ter sido acatada a parte da emenda em que aceita a dedução da contribuição patronal previdenciária pelo empregador doméstico.

Mas deixou de ser feito o reajuste de 54% na tabela e, ao mesmo tempo, não foi acatada a emenda sobre a dedução para maiores de 28 anos que estivessem em cursos de pós-graduação, de mestrado e de doutorado.

O mais grave é que o que foi aprovado na Câmara – nós propúnhamos ainda na Câmara e propomos aqui –, que o patamar atualmente proposto nesta medida provisória, de R\$1.566,00, fosse elevado para R\$2.311,00.

Essa emenda também não foi acatada e, pelo visto, a maioria do Senado também tende a não acatar essa emenda, ampliando para R\$2.311,00 o patamar para iniciar a dedução do Imposto de Renda.

Isso é um sacrifício enorme da classe média brasileira.

É um sacrifício enorme da classe média brasileira: aquele que recebe R\$1.566 para cima ser taxado.

Vejam, Senhores e Senhoras que nos assistem agora o que significava a emenda que estávamos propondo de reajuste da tabela do imposto de renda. Pela nossa emenda, a emenda do PSOL, quem recebesse R\$2.311,00 seria isento; quem recebesse de R\$2.311,00 a R\$4.600,00, seria tributado em 5%; quem recebesse de R\$4.600,00 a R\$9.200,00, seria tributado em 10%; quem recebesse R\$9.200,00 a R\$13.000,00, seria tributado em 15%; quem recebesse de R\$13.000,00 a R\$20.000,00, seria tributado em 20%; quem recebesse de R\$20.000,00 a R\$31.000,00, seria tributado... Somente aí, quem recebesse de R\$20.000,00 a R\$31.000,00, seria tributado em 30%; quem recebesse acima de R\$46.000,00, seria tributado em 50%.

Isso não é extravagante no Brasil, porque qualquer país, dito desenvolvido, do mundo tributa os seus ricos em pelo menos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Só mais um minuto, Presidente, por gentileza. Qualquer país desenvolvido do mundo tributa os seus ricos em mais de 40% na tabela do imposto de renda. Esta tabela do imposto de renda que poderemos – espero que não, mas a tendência é que aprovemos – aprovar agora é uma tabela para tributar a classe média brasileira; é uma tabela para tributar professor universitário; é uma tabela para tributar servidores, como os servidores de carreiras típicas de Estado, como os do Senado Federal, aqueles que trabalham no serviço público federal.

Esta tabela é para tributar a classe média brasileira mais baixa e para tributar a classe média brasileira, o que é objeto de vários discursos...

(Interrupção do som.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

–políticos. Mas, quando chega o momento certo de falar em defesa dessa classe média, tem-se um pavor enorme de tributar os mais ricos, de tributar os conglomerados financeiros, de se tributar os donos de corporações, de se tributar o capital, e se tem uma facilidade enorme de se tributar os mais pobres e a classe média brasileira.

Só para concluir, a proposta que nós vamos aprovar aqui coloca um piso de tributação R\$1.566,00 a partir deste ano; em 2012, de R\$1.637,00; em 2013, de R\$1.710,00; em 2014, de R\$1.787,00, ou seja...

(Interrupção do som.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– De fato concluirei agora.

Ou seja, somente... Nem em 2014 iremos chegar ao patamar de tributação acima de R\$2.311,00. Pelo visto, se fala muito para buscar os votos da classe média, mas se tem feito pouco para de fato defender os seus interesses e se tem feito pouco para tributar quem tem mais neste Brasil, que são os ricos que deveriam ser mais tributados.

Não se tem um sistema tributário justo enquanto o dono de um conglomerado financeiro tiver a mesma tributação de um professor universitário.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

Enquanto V. Ex^a está em direção à tribuna, a Presidência designa o Senador Armando Monteiro para Relator revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2011, proveniente da **Medida Provisória nº 529, de 2011**. V. Ex^a, Senador Armando Monteiro, será por justiça Relator da referida Medida Provisória do Projeto de Conversão.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, esta matéria que hoje está aqui à mesa para ser votada, esta medida provisória é uma das aquelas que comumente são caracterizadas como MPs do bem.

Na verdade, havia já uma demanda da sociedade quanto à necessidade de correção da tabela do imposto de renda deste ano. Isso polarizou, durante um bom período, o início do Governo Dilma Rousseff com a participação de entidades sindicais, do Parlamento, da população de um modo geral.

E após uma longa discussão, nós chegamos a essa proposição de uma correção de 4,5%. E esse número não surgiu do nada; não é um número cabalístico. Ele na verdade reflete aquilo que é a busca de todo trabalho que o Governo vem fazendo ao longo deste ano para chegarmos a um número na inflação que seja aceitável, que se coloque dentro da banda e, se possível, no centro dessa meta.

Todos se lembram de que o próprio movimento sindical questionou que desejaria números mais expressivos e, ao final, chegou-se a um consenso de que era melhor seguir por esse roteiro, termos essa correção de 4,5%. Ao mesmo tempo, tivemos a aprovação, aqui no Congresso Nacional, da política para o salário mínimo, que permite um crescimento significativo

no médio prazo para os valores do salário mínimo. E, portanto, são duas coisas que estavam diretamente ligadas, vinculadas.

Portanto, o nosso entendimento é de que aqui há uma contestação por parte de alguns integrantes da oposição de algo que o nosso entendimento é que a própria oposição fosse apoiar sem maiores questionamentos. Naturalmente que esse é o papel da oposição. No entanto, se nós formos analisar inclusive o comportamento dos governos, dos governos lá atrás, e que seus integrantes ou representantes aqui estão questionando o tamanho dessa correção, sequer correção tiveram. Se nós pegarmos a partir de 1996 até 2002, não houve nenhuma correção da tabela do Imposto de Renda, em que pese nós termos tido inflação até com certa significação. Em 2002, quando o Congresso Nacional resolveu estabelecer, por sua conta e risco, uma correção da tabela do Imposto de Renda, o Presidente Fernando Henrique Cardoso vetou.

Então, creio que falta autoridade política àqueles que fazem hoje esse questionamento.

Portanto, o que nós estamos votando hoje aqui é o resultado, inclusive, de um acordo com a sociedade.

Por outro lado, eu creio que não cabem, neste momento, os questionamentos também que foram feitos ao fato de esta medida provisória estar sendo votada agora. Na verdade, esta medida provisória, dentre tantas que tivemos que analisar aqui, num prazo exíguo, foi uma das poucas que teve um prazo de tramitação mais elástico. Nós queríamos ter começado esta discussão no final do semestre passado e, no entanto, foi a oposição que não aceitou esta discussão, e nós estávamos fazendo agora um debate com prazo já determinado para o fim da validade desta medida provisória.

Temos que mudar o rito de tramitação? Temos. Mas eu acredito que as queixas que em outros momentos foram queixas justas não se aplicam a esta medida provisória neste momento.

Por último, eu gostaria de fazer duas considerações a dois aspectos tratados pela medida provisória. O primeiro deles é o que muda o processo de resarcimento ao Sistema Único de Saúde daqueles procedimentos que foram realizados nos serviços públicos àquelas pessoas que são vinculadas, afiliadas a empresas de planos e seguros de saúde.

Anteriormente, havia um processo de resarcimento que por si só já era bastante limitado, restrito. É preciso que haja uma mudança mais profunda na legislação de 1998, mas que ainda era pior do que o que hoje a medida provisória está prevendo, ou seja, que o resarcimento seja feito e os recursos sejam destinados ao Fundo Nacional de Saúde para que possam ser usufruídos pelo sistema como um todo, por-

que, anteriormente, o resarcimento se fazia àquelas unidades que tinham registro no CNES. E, quando não tinham esse registro, os recursos eram endereçados ao Tesouro Nacional, que não necessariamente reencaminhava para o Ministério da Saúde, para o Fundo Nacional de Saúde.

Então, esse é um avanço que justifica ainda mais a aprovação dessa MP.

Por último, queria aqui expressar a minha discordância de um acréscimo que foi feito pela Câmara dos Deputados, mas, infelizmente, a exiguidade do tempo não permite que nós possamos restabelecer o texto original. Com muito boa intenção, propôs-se que, se os empregados domésticos tivessem os seus planos ou seguros de saúde pagos por seus respectivos patrões, os empregadores pudessem abater do Imposto de Renda esse tipo de benefício que prestou aos seus empregados. Nesse aspecto, nós temos que ter uma posição frontalmente contrária. Nós temos lutado, de forma decisiva, pela valorização do sistema público de saúde, por mais recursos para o Sistema Único de Saúde, e temos buscado combater os subsídios diretos e indiretos que são dados ao sistema suplementar, ao sistema de planos e seguros de saúde que representam uma renúncia fiscal significativa. Nós temos um subsídio direto que permite que as pessoas que tenham seguro ou planos de saúde possam abater integralmente na sua declaração de renda essa contribuição, o que representa um valor significativo. Alguns falam de R\$5 bilhões, outros de R%7 bilhões, mas são recursos de que o Poder Público está abrindo mão e que poderiam ser aplicados na própria área da saúde.

Além do mais, nós temos um subsídio indireto que é o fato de a lei que regulamenta o sistema suplementar não obrigar os planos de saúde a atender todos os procedimentos necessários. Por isso, os usuários de planos de saúde, em vários tipos de procedimento, recorrem ao sistema público, e a maior parte dos procedimentos é de custo mais elevado.

Então, o nosso posicionamento vai ser o de pedir à Presidenta Dilma Rousseff que vete esse dispositivo do projeto de lei de conversão que vai para a sua sanção, para que nós não venhamos a aprofundar uma grave distorção que acontece no Brasil, que é exatamente o setor público da saúde subsidiar, direta e indiretamente, o sistema privado. Nós entendemos que não se deve ampliar, sob nenhuma hipótese, mais essa possibilidade. Além disso, soma-se o fato de que os funcionários públicos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo ainda têm planos de saúde próprios que o Poder Público banca, via orçamento dessas instituições, uma contribuição para que as pessoas possam ter acesso a eles.

Dito isso, Sr. Presidente, quero aqui pedir a todos que compõem o PT, o nosso bloco, o seu voto favorável à aprovação dessa medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Jayme Campos. V. Ex^a dispõe do tempo regimental de dez minutos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago, Sr^{as}s e Srs. Senadores, antes de mais nada, Sr. Presidente, não vamos nem ocupar os dez minutos regimentais. Serei muito mais rápido do que V. Ex^a está imaginando.

Mas eu quero falar aqui sobre a medida provisória que estamos hoje discutindo, a Medida Provisória 528, de 2011.

Segundo a lógica mais rudimentar do bom senso, os valores propostos nessa medida provisória, teoricamente, serviriam para compensar as perdas acumuladas no rendimento e no poder aquisitivo do contribuinte. Contudo, os percentuais apresentados se demonstram absurdamente irreais, vez que, sob qualquer critério adotado, estão muitíssimo aquém da defasagem medida pelos próprios índices oficiais.

Ora, se fosse para repor a inflação de 1996 a 2010, a correção, segundo índice apurado pelo IBGE, deveria ser de 54,17% e não apenas 4,5%, como propõe o projeto.

Já se a ideia for compensar somente o período de 2007 a 2010, tendo como base o início da política de correção quadrienal antecipada, continuamos longe de uma reposição justa, pois neste caso deveríamos aplicar o percentual de 7,09%, que corresponde à inflação medida pelo IPCA, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, também calculado pelo IBGE.

Mais uma vez, portanto, o Governo Federal, de forma injusta e truculenta, continua a invadir o salário do trabalhador como solução fácil para não enfrentar os indispensáveis cortes nos crescentes e descabidos gastos de sua própria máquina.

O bolso do contribuinte, constantemente assaltado pela carga dos pesados impostos que o Governo lhe empurra goela abaixo, não aguenta mais a sobrecarga imposta pela insustentável e injustificável tributação de suas despesas com alimentos, saúde e educação, dentre outras.

A medida que estamos ora a discutir, de fato, eleva o limite de dedução por dependente e o teto referente aos desembolsos com educação. Porém o faz de maneira pífia, na medida em que, notoriamente, o montante anual de R\$ 1.889,64 não cobre sequer as necessidades alimentares, muito menos as demais demandas básicas do dependente. Da mesma forma,

não é razoável supor que pouco mais de 240 reais por mês seja capaz de cobrir os custos educacionais do contribuinte em estabelecimento particular, sobretudo quando temos de somar o material escolar, os livros, uniformes, transporte e tudo o mais que não pode ser deduzido.

Vale lembrar que um recente estudo do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, o Sindifisco, concluiu que o valor corrigido para deduções com educação deveria ser de R\$4.695,41 por ano.

Além disso, devemos salientar também que, no caso das despesas com saúde, continua vedada a dedução com medicamentos, mesmo aqueles de uso contínuo e obrigatório, o que, por si só, já se constitui numa grande injustiça.

Em suma, a voracidade famélica do incansável e insaciável leão do Imposto de Renda não encontra limites para a sua fúria de arrecadação e os termos em que nos chega essa Medida Provisória nº 518. Na prática, quase nada atenua essa grave situação.

Por isso, Sr. Presidente, julgamos oportuno submeter as presentes considerações a este Plenário, na esperança de que possamos voltar especial atenção às possíveis alternativas de possibilitar o alargamento da base tributária, assim como o aumento a eficiência na fiscalização e na aplicação dos sobejos recursos arrecadados pela administração pública federal.

De tal maneira, Sr. Presidente, uma vez mais, estamos votando essa medida provisória, em que pese estar aumentada a base. Todavia, não é o suficiente, não é o desejado pelo povo brasileiro, na medida em que teríamos de aumentar a base do desconto do Imposto de Renda, até porque a carga tributária é pesada e tem pesado não só sobre o trabalhador, mas acima de tudo, sobre o setor produtivo, haja vista o Brasil estar perdendo competitividade.

O Brasil lançou ontem um plano que eu, particularmente, não aprovo, diante do prêmio que dará para o empresário, para o industrial que está exportando. Isso não é saudável, não é saudável para a nossa economia. O que temos de fazer é desonrar a folha de pagamento, reduzir a carga tributária, buscar políticas e mecanismos pelos quais permitamos que haja menos tributação e, acima de tudo, tenhamos linhas de financiamento para recuperar e melhorar o nosso parque industrial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Nós, os Líderes partidários, conversamos bastante e queríamos sugerir um encaminhamento para V. Ex^a avaliar. Nós poderíamos votar hoje, sim, a recondução do Procurador-Geral da República.

Para tanto, seria fundamental que nós deixássemos assegurado isso desde já e combinariam a votação nominal de uma emenda do PSOL. Não estou assumindo compromisso com o mérito, até porque não conheço ainda em essência a emenda, mas assumimos um compromisso com a votação nominal. Serviria também para aferir o quórum e, em seguida, nós votaríamos a recondução do Procurador-Geral da República.

Era esse o encaminhamento que eu queria, em nome dos Líderes partidários, sugerir a V. Ex^a.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Excelência, pela ordem.

Pela justezza e pela emergência da recondução do Procurador Gurgel, e pelo compromisso que estou sentindo que vai ser assumido aqui no mérito da votação da nossa emenda, o PSOL está acatando e acolhendo a sugestão feita.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, apesar de a Liderança da Minoria não ter sido consultada – isso já é uma praxe na Casa, esquecem a minoria, minoria é minoria, então ninguém consulta, ninguém escuta – eu concordo com a proposta do Senador.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. *Fora do microfone.*) – Mas, vocês são mais maioria do que eu. Senador, não se sinta a minoria...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O DEM também concorda.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para registrar que nós do PSDB concordamos com o encaminhamento sugerido pelo Líder do PMDB para que possamos, hoje ainda, votar a recondução do Procurador-Geral, já que ficou claro na sabatina na Comissão de Justiça, onde ele teve praticamente unanimidade dos votos, que este é o sentimento da Casa. Quanto mais rápido pudermos antecipar a sua recondução, melhor para a República.

O PSDB é favorável a essa antecipação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Há também, sobre a mesa, um requerimento de minha autoria que foi alvo aqui de um amplo entendimento entre os Senadores, que propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia seja ouvida na discussão do Código Florestal. Tendo em vista o entendimento

firmado aqui pelas nossas lideranças, consulto V. Ex^a se, em seguida, também não seria possível que nós votássemos esse requerimento para que nós pudéssemos fazer o debate sobre o Código andar na Comissão de Constituição e Justiça, porque só após a votação é que nós teríamos como distribuir e aí ganharmos celeridade no debate do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Havendo consenso entre as Lideranças, nós atenderemos à solicitação de V. Ex^a.

Encerrada a discussão.

Há um pedido de destaque, que peço à Secretaria que leia.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) –

REQUERIMENTO Nº 929, DE 2011

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 51, apresentada à Medida Provisória nº 528, de 2011.

Assinado pelo Senador Randolfe Rodrigues, pelo PSOL.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 929, DE 2011

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 51 apresentada à Medida Provisória nº 528, de 2011.

Sala das Sessões – Senador **Randolfe Rodrigues** – Senadora **Marinor Brito**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação o requerimento de destaque.

Senadora, para encaminhar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. *Fora do microfone.*) – Encaminhar o requerimento?

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não; a emenda já.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não; o requerimento de destaque para a emenda.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para o destaque acho que há acordo já, Excelência. Eu declino.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovarem... (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação do Projeto de Conversão com preferência regimental, ressalvada a Emenda nº 51.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Em votação a Emenda nº 51.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovarem...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para encaminhar a votação.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para encaminhar, Excelência...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – O requerimento?

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – A emenda já.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Já é a emenda.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Já é a emenda. O requerimento já foi.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos votar a emenda agora.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Perfeito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Quero falar sobre a emenda rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sim, a senhora tem a palavra para encaminhar.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Eu queria reafirmar aqui a justeza do pleito que estamos fazendo ao apresentarmos essa emenda baseado no pronunciamento recentemente feito pelo companheiro Randolfe de que é preciso trabalhar na perspectiva do reajuste dessa tabela, considerando a diferença dos parâmetros salariais aos quais a tabela se dedica.

Nós não podemos admitir, em hipótese alguma, que um servidor, técnico administrativo federal – que neste momento está em greve no País –, que tem um salário de até R\$4 mil, tenha um desconto equivalente ao que reúne um banqueiro, um Abílio Diniz ou um grande empresário do transporte. Essa tabela não pode continuar incidindo majoritariamente em quem ganha menos. Nós queremos trabalhar com a perspectiva da progressividade do Imposto de Renda: quem ganha mais paga mais; quem ganha menos paga menos. Portanto, o que deveria hoje estar em 54% corrigido chegou a 4,6%, que equivalem a um valor de até R\$1.566,00 de salário.

Então, eu queria pedir a atenção dos Srs. Senadores, entendendo a nossa pressa de colocar em pauta a votação e a aprovação da recondução do Dr. Gurgel à Procuradoria Geral da República, para que a gente pudesse atentar para a necessidade de criar uma tabela de Imposto de Renda que respondesse minimamente a uma situação de progressividade. Não é possível que o trabalhador de baixo salário neste

País, com salário de R\$4 mil em diante, passe a ter 27,5% de desconto de Imposto de Renda e que essa equivalência aconteça para quem chega a R\$50 mil.

Então, é essa a nossa demanda de emenda. Que a gente possa votar em separado e que fique bem claro aqui quem está votando nessa tabela de Imposto de Renda na perspectiva de criar uma situação de justiça social no pagamento do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para encaminhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Para encaminhar, perdão.

Presidente, eu só quero ressaltar novamente os termos da nossa intervenção ainda há pouco na tribuna.

A emenda que apresentamos agora, que vai para a votação, propõe, faz o reajuste que deveria haver na tabela do Imposto de Renda para 54%. E partimos de um outro patamar, não é o patamar que está proposto, que sacrifica a classe média brasileira. Nós estamos propondo o patamar de R\$2.311,00.

Sr. Presidente, pela MP, pelo texto original, sem o reajuste que estamos propondo, para nós chegarmos ao patamar de R\$2.311,00, nem em 2014. Pela proposta da MP e pelo escalonamento, em 2014, nós chegaremos a R\$1.700,00. Com a nossa proposta, nós estamos fazendo justiça tributária. Quem tiver um rendimento acima de R\$46.000,00, ou seja, só quem tem mais mesmo é que será tributado com mais de 40%. Eu reitero: muito se fala da classe média brasileira. Este é o momento de se fazer pela classe média brasileira, este é o momento de não somente falar, mas fazer justiça a esse seguimento que é, hoje, 40% dos brasileiros e, segundo os cientistas políticos, será maioria já nas próximas eleições. Não se pode falar isso e, na contrapartida, tributar mais essa classe média – repito o exemplo –, tributar um professor universitário da mesma forma que se tributa um dono de conglomerado econômico.

Por isso, peço apoio dos Senadores para a emenda proposta pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação a emenda.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Emenda, do Governo, voto contra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O PSDB vota a favor, Sr. Presidente, em nome da justiça tributária no Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Verificação, Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, o DEM vota "sim".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, a Liderança do PMDB recomenda o voto contra, infelizmente. Não temos como aprovar, senão nós vamos rejeitar a Medida Provisória.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – A minoria vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A emenda foi rejeitada.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – A minoria vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, verificação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a tem que ter o apoioamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Verificação... Quem pede verificação mais... Ok.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Apoiado.

Vamos proceder à verificação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto "não", Sr. Presidente, a favor da manutenção da Medida Provisória da forma como ela está, que garante o reajuste da tabela do Imposto de Renda. Essa medida provisória cai esta semana. Se não for aprovada, ela cessa os direitos que já estão valendo para todos os assalariados que descontam Imposto de Renda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa, em seus gabinetes, que venham ao Plenário pois estamos em processo de votação nominal da Medida Provisória nº 528, Emenda nº 51.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, a Liderança do PT e do Bloco encaminha o voto "não".

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – A Minoria encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O PSDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço a presença na Mesa do Senador Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

Peço aos Srs. Senadores que compareçam ao plenário, para procedermos à votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu votei errado, votei “abstenção”. Gostaria que registrasse, posteriormente, o meu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a pode corrigir o voto ainda.

“Não” é a terceira tecla.

Peço a presença na Mesa do Senador Wilson Santiago, 2º Vice– Presidente da Casa.

Solicito aos Srs. Senadores que compareçam ao plenário. Estamos em processo de votação nominal.

Senador Suplicy já votou?

O Senador Vital do Rego está chegando para votar.

Peço aos Srs. Senadores que compareçam ao plenário, especialmente o Senador Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente da Casa.

Senadora Vanessa, a Mesa pede...

Por favor, a senhora pode comparecer?

A Senadora Marta Suplicy já votou?

Obrigado.

O Sr. José Sarney, Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – SRA. Presidenta Senadora Vanessa Grazziotin, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Permita registrar a presença, em visita ao nosso Senado, da delegação que visita o Brasil, encabeçada pelo Subsecretário de Trabalho e Previsão Social, Jaime Domingo López Buitrón, e os Srs. Basilio González Núñez, Roberto López Esquinca, José Luis Gutiérrez Ponce e Ernesto Azevedo Fernández, que são do Ministério do Trabalho e Previsão Social, da Fazenda e Crédito Público e da Economia do Governo do México, e que estão nos visitando.

Quero, aqui, dar as boas-vindas à delegação do México que veio dialogar com alguns dos Senadores e membros do Governo brasileiro sobre o salário mínimo e os programas sociais do Brasil.

Muito obrigado.

A Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Mesa se associa à manifestação de V. Ex^a.

Peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário.

Estamos num processo de votação secreta, de votação aberta, perdão, da Medida Provisória 528.

Senador João Alberto já votou?

O Senador Cafeteira está subindo de elevador e pediu que esperássemos para colher o seu voto.

Srs. Senadores compareçam ao plenário.

Peço aos Srs. Senadores que, após esta votação, permaneçam no plenário, porque vamos ter outra votação nominal.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Senador Crivella já votou? (Pausa.)

O Senador Demóstenes já votou? (Pausa.)

O Senador Sérgio Souza já votou? (Pausa.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Votei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos ter outra votação em seguida.

Peço a V. Ex^a que se pudesse permanecer no plenário que o fizesse. Estamos aguardando o Senador Cafeteira, que avisou à Mesa que está subindo no elevador, pois está na garagem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) Sem revisão do orador.) – Presidente, é importante – é uma redundância, mas me permita fazê-lo – fazer um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa para que venham ao plenário. Vamos ter uma votação muito importante em seguida. É um apelo que eu gostaria de reiterar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda, aqui, à direita de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra.

Antes, quero prorrogar a sessão pelo tempo necessário à conclusão dos nossos trabalhos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) Sem revisão do orador.) – Primeiro, eu gostaria que fosse registrada minha posição favorável na votação anterior, de escolha de embaixador pelo nosso Plenário.

Eu queria fazer dois registros lastimáveis para nós, cearenses. O primeiro é o da morte de um jovem garoto de 24 anos de idade, filho do Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Fortaleza. Fiz, inclusive, um requerimento, que encaminhei à Mesa, para que a gente possa prestar essa solidariedade. Sei da dor incontida do pai, da mãe, dos irmãos pela

perda do jovem em um acidente trágico de moto na cidade de Fortaleza.

O segundo é o de que nos deixou uma das figuras mais interessantes da cidade de Fortaleza, Júlio Trindade, que tinha a vocação para animar a nossa cidade, uma cidade turística como Fortaleza. Ele tinha o espírito elevado de receber a todos em sua casa de festas. Era uma casa que patrocinava a segunda-feira mais animada do mundo, com a música nordestina. Era uma casa muito interessante chamada de Pirata Bar. Esse cidadão, que trabalhou na área de turismo intensamente na cidade de Fortaleza, também nos deixou no último sábado.

Eu gostaria de fazer esses registros e pedir que os requerimentos sejam aprovados e que sejam en-

caminhados os nossos votos de pesar e, ao mesmo tempo, uma grande solidariedade, um abraço de conforto às duas famílias, que tiveram perdas irreparáveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores que compareçam ao plenário.

Estamos aguardando o voto do Senador Cafeteira, que já se encontra no plenário. (Pausa.)

Vou encerrar a votação.

Se algum Senador ainda não votou, que o faça. (Pausa.)

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal

EMENDA N° 51, A MEDIDA PROVISÓRIA 528 (VERIFICAÇÃO)

Num. Sessão: Data Sessão:	1 3/8/2011	Num. Votação: Hora Sessão:	2 14:00:00	Abertura: Encerramento:	3/8/2011 18:46:39 3/8/2011 19:04:10
------------------------------	---------------	-------------------------------	---------------	----------------------------	--

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	NAO
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ANGELA PORTELA	NAO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	NAO
PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	NAO
PRI	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	NAO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	NAO
PSDB	TO	ATAIDES OLIVEIRA	SIM
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	NAO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	NAO
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	NAO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NAO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	NAO
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NAO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	NAO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	NAO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	NAO
PCdoB	CE	INACIO ARRUDA	NAO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NAO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	NAO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	NAO
PMDB	AP	JOSE SARNEY	NAO
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NAO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	NAO
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	NAO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	ABST.
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	NAO
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PT	SP	MARTA SUPLICY	NAO
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	NAO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NAO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	NAO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	NAO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	NAO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	NAO
PMDB	RR	ROMERO JUCA	NAO
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	NAO
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	NAO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NAO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	NAO
PMDB	PB	VITAL DO REGO	NAO
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	NAO

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PT	BA	WALTER PINHEIRO	NAO
PT	PI	WELLINGTON DIAS	NAO

Presidente: WILSON SANTIAGO

Votos SIM : 19
Votos NÃO : 40
Votos ABST. : 01

Total : 60



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, Bloco/PMDB
– AP) – SIM, 19; 40 votos NÃO.

Abstenção: uma.

Total: 60 votos.

A emenda foi rejeitada.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto de lei de conversão aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2011 (Proveniente da Medida Provisória nº 528, de 2011)

Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

IV – para o ano-calendário de 2010:

V – para o ano-calendário de 2011:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo (R\$)	Aliquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 1.566,61	-	-
De 1.566,62 até 2.347,85	7,5	117,49
De 2.347,86 até 3.130,51	15	293,58
De 3.130,52 até 3.911,63	22,5	528,37
Acima de 3.911,63	27,5	723,95

VI - para o ano-calendário de 2012:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo (R\$)	Aliquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 1.637,11	-	-
De 1.637,12 até 2.453,50	7,5	122,78
De 2.453,51 até 3.271,38	15	306,80
De 3.271,39 até 4.087,65	22,5	552,15
Acima de 4.087,65	27,5	756,53

VII - para o ano-calendário de 2013:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo (R\$)	Aliquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 1.710,78	-	-
De 1.710,79 até 2.563,91	7,5	128,31
De 2.563,92 até 3.418,59	15	320,60
De 3.418,60 até 4.271,59	22,5	577,00
Acima de 4.271,59	27,5	790,58

VIII - a partir do ano-calendário de 2014:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo (R\$)	Aliquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 1.787,77	-	-
De 1.787,78 até 2.679,29	7,5	134,08
De 2.679,30 até 3.572,43	15	335,03
De 3.572,44 até 4.463,81	22,5	602,96
Acima de 4.463,81	27,5	826,15

"(NR)

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

XV -

d) R\$ 1.499,15 (mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quinze centavos), por mês, para o ano-calendário de 2010;

e) R\$ 1.566,61 (mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavos), por mês, para o ano-calendário de 2011;

f) R\$ 1.637,11 (mil, seiscentos e trinta e sete reais e onze centavos), por mês, para o ano-calendário de 2012;

g) R\$ 1.710,78 (mil, setecentos e dez reais e setenta e oito centavos), por mês, para o ano-calendário de 2013;

h) R\$ 1.787,77 (mil, setecentos e cintenta e sete reais e setenta e sete centavos), por mês, a partir do ano-calendário de 2014.

....." (NR)

Art. 3º Os arts. 4º, 8º, 10 e 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

III -

d) R\$ 150,69 (cento e cinquenta reais e sessenta e nove centavos), para o ano-calendário de 2010;

e) R\$ 157,47 (cento e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), para o ano-calendário de 2011;

f) R\$ 164,56 (cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), para o ano-calendário de 2012;

g) R\$ 171,97 (cento e setenta e um reais e noventa e sete centavos), para o ano-calendário de 2013;

h) R\$ 179,71 (cento e setenta e nove reais e setenta e um centavos), a partir do ano-calendário de 2014;

VI -

d) R\$ 1.499,15 (mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quinze centavos), por mês, para o ano-calendário de 2010;

e) R\$ 1.566,61 (mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavos), por mês, para o ano-calendário de 2011;

f) R\$ 1.637,11 (mil, seiscentos e trinta e sete reais e onze centavos), por mês, para o ano-calendário de 2012;

g) R\$ 1.710,78 (mil, setecentos e dez reais e setenta e oito centavos), por mês, para o ano-calendário de 2013;

h) R\$ 1.787,77 (mil, setecentos e cintenta e sete reais e setenta e sete centavos), por mês, a partir do ano-calendário de 2014.

"Art. 8º" (NR)

"Art. 8º**II -****b)**

4. R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e cintenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2010;

6. R\$ 2.958,23 (dois mil, novecentos e cinqüenta e oito reais e vinte e três centavos) para o ano-calendário de 2011;

7. R\$ 3.091,35 (três mil, noventa e um reais e trinta e cinco centavos) para o ano-calendário de 2012;

8. R\$ 3.230,46 (três mil, duzentos e trinta reais e quarenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2013;

9. R\$ 3.375,83 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) a partir do ano-calendário de 2014;

a)
.....

4. R\$ 1.808,28 (mil, oitocentos e oito reais e vinte e oito centavos) para o ano-calendário de 2010;

5. R\$ 1.889,64 (mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2011;

6. R\$ 1.974,72 (mil, novacentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos) para o ano-calendário de 2012;

7. R\$ 2.063,64 (dois mil, sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2013;

8. R\$ 2.156,52 (dois mil, cento e cinqüenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) a partir do ano-calendário de 2014;

.....

h) até o exercício de 2015, ano-calendário de 2014, a despesa com plano de saúde individual comprovadamente paga pelo empregador doméstico em benefício do empregado.

S 4º A dedução de que trata a alínea h do inciso II do caput deste artigo:

I - está limitada:

a) a 1 (um) empregado doméstico por declaração, inclusive no caso da declaração em conjunto;

b) ao valor pago no ano-calendário a que se referir a declaração;

II - aplica-se somente ao modelo completo de Declaração de Ajuste Anual;

III - não poderá exceder a R\$ 500,00 (quinhentos reais) anuais; e

IV - fica condicionada à comprovação da regularidade do empregador doméstico perante o regime geral de previdência social quando se tratar de contribuinte individual." (NR)

"Art. 10.

IV - R\$ 13.317,09 (treze mil, trezentos e dezessete reais e nove centavos) para o ano-calendário de 2010;

V - R\$ 13.916,36 (treze mil, novecentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos) para o ano-calendário de 2011;

VI - R\$ 14.542,60 (quatorze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos) para o ano-calendário de 2012;

VII - R\$ 15.197,02 (quinze mil, cento e noventa e sete reais e dois centavos) para o ano-calendário de 2013;

VIII - R\$ 15.880,89 (quinze mil, oitocentos e cintenta reais e cintenta e nove centavos) a partir do ano-calendário de 2014.

....." (NR)

"Art. 12.....

VII - até o exercício de 2015, ano-calendário de 2014, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.

....." (NR)

Art. 4º O art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32.....

§ 1º O ressarcimento será efetuado pelas operadoras ao SUS com base em regra de valoração aprovada e divulgada pela ANS, mediante crédito ao Fundo Nacional de Saúde - FNS.

§ 3º A operadora efetuará o ressarcimento até o 15º (décimo quinto) dia da data de recebimento da notificação de cobrança feita pela ANS.

§ 7º A ANS disciplinará o processo de glosa ou impugnação dos procedimentos encaminhados, conforme previsto no § 2º deste artigo, cabendo-lhe, inclusive, estabelecer procedimentos para cobrança dos valores a serem ressarcidos.

.....
§ 9º Os valores a que se referem os §§ 3º e 6º deste artigo não serão computados para fins de aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde nos termos da Constituição Federal." (NR)

Art. 5º O montante dos valores relativos ao ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS, recebidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e ainda não transferidos nos termos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, será creditado ao Fundo Nacional de Saúde - FNS.

Art. 6º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá exigir a aplicação do disposto no art. 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, aos estabelecimentos envasadores ou industriais fabricantes de outras bebidas classificadas no Capítulo 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, não mencionadas no art. 58-A da Lei referida neste artigo.

Art. 7º O caput do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2012, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

....." (NR)

Art. 8º As alterações decorrentes do disposto no art. 7º desta Lei produzem efeitos financeiros a contar de 2 de junho de 2011 para os servidores que, em 1º de junho de 2011, se encontravam recebendo a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária.

Parágrafo único. Os efeitos retroativos de que trata o caput deste artigo somente serão devidos durante o período em que o servidor continuou preenchendo as condições para o recebimento da Gratificação de Representação de Gabinete ou da Gratificação Temporária.

Art. 9º Os prazos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para a apresentação de documentação comprobatória de lançamentos na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, ao abrigo do art. 928 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, não poderão ser inferiores a 30 (trinta) dias.

Art. 10. Observado o disposto no art. 8º, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos arts. 1º a 3º:

I - a partir de 1º de janeiro de 2011, para fins do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.492, de 31 de maio de 2007, relativamente ao ano-calendário de 2011;

II - a partir de 1º de janeiro de 2012, para fins do disposto na alínea h do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

III - a partir de 1º de abril de 2011, para os demais casos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– A intenção de todos aqui é de que nós possamos votar, sim, com tranquilidade. Há mais ou menos um entendimento consensual com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Vamos submeter à votação a indicação, pela Senhora Presidente da República, da recondução do Sr. Roberto Monteiro Gurgel Santos ao cargo de Procurador-Geral da República.

O parecer é favorável.

É o seguinte o item:

Item extrapauta:**PARECER Nº 733, DE 2011**

Parecer nº 733, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 103, de 2011 (nº 246/2011, na origem), pela qual a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Sr. *Roberto Monteiro Gurgel Santos* para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que esta votação tem que ter o quórum qualificado de 41 votos.

Portanto, peço a todos os Senadores atenção para que possamos votar a matéria.

(Procede-se à votação.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr.

Presidente, sei que a votação é secreta, mas a Liderança do Governo faz questão de encaminhar o voto “sim”, chamando a atenção para o fato de que é preciso que se tenha 41 votos “sim”. Então, peço a presença de todos os Srs. Senadores e Senadoras, para que possam vir ao plenário votar, pois é uma votação de quórum qualificado que precisa de 41 votos “sim”.

Portanto, todos que estão em seus gabinetes venham ao plenário, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Sr. Presidente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM

– GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, embora a votação seja secreta, o DEM decidiu ontem, em reunião, e vota fechado, vota “sim”.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Da

mesma forma, apesar de nunca ter visto isso aqui, Presidente, é a primeira vez que estou vendo, a Mi-

noria também segue o mesmo caminho do Líder do Governo e do Líder do DEM e encaminha o voto “sim”.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Como o PSOL sempre defendeu o voto aberto, é um privilégio para nós, mais uma vez, anunciar que cem por cento da Bancada do PSOL vota “sim”.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – O PSB vota “sim”, pelos méritos do indicado, Dr. Gurgel.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB vota “sim”; também cem por cento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto “sim”, a exemplo do que aconteceu hoje na votação na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PCdoB encamina também o voto favorável. É uma questão meritória a indicação para recondução do nosso Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, pelo seu trabalho de forma isenta no Tribunal. Manteve as suas posições, as suas opiniões, independentemente do vento, de para onde corria a ventania. Isto é muito importante nas pessoas públicas, não se guiarem pelos holofotes, pelo oportunismo, pelo sentimento de se aproveitar da ocasião e votar com as circunstâncias.

Roberto Gurgel manteve as suas posições firmes, votando e decidindo no seu mister, com a sua consciência, fundamentado nos textos oferecidos pela Constituição Federal e pela legislação brasileira.

Acho que esse é o caminho mais ajustado para quem tem a posição do Procurador-Geral da República.

Por isso, encaminhamos favoravelmente o voto do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Magno Malta, estamos esperando o seu voto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores encaminha o voto “sim”.

É uma votação secreta, mas é importante que, publicamente, a gente reafirme a nossa posição na recondução do Procurador-Geral da República. Portanto, o Partido dos Trabalhadores encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Senador Benedito de Lira pediu a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Apesar de o voto ser secreto, o Partido Progressista também recomenda aos seus Senadores o voto “sim”.

O SR. ÁECIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, Eduardo Amorim.

O PSC, por entender que é meritório, é justo, pelo trabalho desenvolvido, pela missão desempenhada, também manifesta o voto “sim”, o voto favorável, por acreditar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para não ir contra a corrente, apesar do inusitado, quero comunicar que a Bancada do PSDB se reuniu e, por unanimidade, resolveu dar esse voto de confiança, mais uma vez, ao Procurador-Geral. Faço este registro apenas para não ficar contra a maré do Plenário do Senado Federal, iniciada pelo Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Petecão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente Sarney...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC). Sem revisão do orador.) –, o PMN também vota “sim”. Nós reconhecemos o excelente trabalho que o Ministério Público Federal faz no meu Estado, e eu queria declarar também o voto “sim” ao Dr. Gurgel.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, o PR também, a sua Liderança declara o voto “sim”, orienta o voto “sim”, até por reconhecimento ao trabalho significativo que esse Procurador tem feito.

Quero parabenizar o Senador Aécio pela tomada de posição. Parabéns, Senador Aécio! Até porque, para quem conheceu o Brindeiro, votar nesse agora é fácil demais.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, pela Liderança do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, registro que dentro da nossa bancada existe um consenso sobre o nosso Procurador-Geral

Gurgel, e esse consenso é totalmente favorável. Já votamos hoje pela manhã, e novamente a orientação é votar “sim”, pelo grande trabalho que esse grande brasileiro vem desenvolvendo à frente da Procuradoria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço a V. Ex^a que vote, porque o painel ainda não registrou o voto de V. Ex^a, Senador.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Senadores que ainda não votaram que o façam.

O Senador Eunício Oliveira está votando? (*Pausa.*)

O Senador Eunício Oliveira já votou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me que eu também registre, como outros Senadores, o meu voto “sim”.

O Dr. Roberto Gurgel hoje deu uma demonstração formidável. De todoas as reuniões, arguições realizadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, hoje foi uma das que se destacou pela forma como foi conduzida pelo Senador Eunício Oliveira. A maneira como todos os Senadores arguiram, a forma respeitosa como se desenvolveu e a maneira como todos nós aprendemos muito, inclusive do diálogo havido entre Senadores que são ou foram membros do Ministério Público, como Demóstenes Torres e Pedro Taques. Ali ouvimos palavras de respeito pela condução do Procurador-Geral da República, que merece, portanto, a recondução.

Assim, cumprimento a Presidente Dilma Rousseff pela sua acertada escolha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – AP) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal**VOTAÇÃO SECRETA****PARECER N° 733, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)**

Sr. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS , PARA SER RECONDIZIDO AO CARGO DE PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA - CCJ

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	3	Abertura:	3/8/2011 19:05:41
Data Sessão:	3/8/2011	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	3/8/2011 19:13:42

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ANGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PSDB	TO	ATAIDES OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PP	PI	CIRNO NOGUEIRA	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KATIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARÍAS	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	Votou
PSDB	PA	MÁRCIO COUTO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou
PMDB	PB	VITAL DO REGO	Votou
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PT	PI	WELLINGTON DIAS	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : **56**
Votos NÃO : **06** **Total : 62**
Votos ABST. : **00**



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – AP) – Votaram SIM 56 Srs. Senadores; e NÃO, 6.

Não houve abstenção.

Total: 62 votos.

A indicação foi aprovada e será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Antes de anunciar o item 2, vou submeter a votos o requerimento do Senador Ferraço, pedindo audiência da comissão.

Item 25:

REQUERIMENTO 760, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 760, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida a Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (*altera o Código Florestal*).

Em votação. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Há acordo, Sr. Presidente. Encaminhamos o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 2:**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 19, DE 2011**

(Proveniente da Medida Provisória nº 529, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2011, que altera os arts. 21 e 24 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição, para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera arts 16, 29, 72 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente, modificar a regra de cálculo do auxílio-doença e determinar o pagamento do salário maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera o art. 20 e acrescenta o art. 21-A à Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada

da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 968, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual. (Proveniente da Medida Provisória nº 529, de 2011)

O Relator foi designado hoje: Senador Armando Monteiro. De maneira que nós teremos que esperar 24 horas para que ele possa proferir o seu parecer.

Sendo assim, a pauta fica adiada no que se refere a esta votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vai votar mais alguma autoridade, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu consulto o Plenário, como sempre faço, se o Plenário deseja votar outras autoridades ou se encerramos a sessão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO)

– Vamos encerrar, porque pode ser que quórum caia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Então, encerramos a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011*)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art.

23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

5**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010**
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

6**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2010**
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 801, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 (nº 29/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Bornhausen), que *dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.*

7**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 180, DE 2011**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 685, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2011.*

8**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

9**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 231, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido.

*(Relator no turno único: *ad hoc* Senador Paulo Paim, CDH)*

10**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2011**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *estabelece a obrigatoriedade da aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.*

Parecer sob nº 592, de 2011, da Comissão Diretora, Relatora: Vanessa Grazziotin, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: Senador Gim Argello, CRE)

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007 (nº 7.711/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.*

Parecer favorável, sob nº 1, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Constituição de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2011 (nº 7.621/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 548, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2011 (nº 7.623/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 608, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2011 (nº 7.625/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 671, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2011 (nº 7.574/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 672, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2011 (nº 7.576/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 673, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Amorim.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276, de 2008 e 2.340, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica.*

Parecer sob nº 525, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Paulo Bauer, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 122, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2011 (nº 2.548/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 674, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Ana Amélia.

23

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

24

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, *solicitando a constituição de uma Comissão composta por sete juristas para, no prazo de cento e oitenta dias, elaborar projeto de Código Penal adequado aos ditames da Constituição de 1988 e às novas exigências de uma sociedade complexa e de risco.*

26

REQUERIMENTO Nº 777, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 777, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011, por regularem matéria correlata (adaptação de veículos automotores para pessoas com deficiência física).*

27

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (altera o Estatuto da Cidade).*

28

REQUERIMENTO Nº 784, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 2011, do Senador Wellington Dias, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (equoterapia para pessoa com deficiência).*

29

REQUERIMENTO Nº 785, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 785, de 2011, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

30

REQUERIMENTO Nº 812, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 812, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (criação do Fundo Nacinal de Proteção dos Recursos Hídricos).*

31

REQUERIMENTO Nº 828, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 828, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2007, com os Projetos de Lei do Senado nºs 16, de 2009; 65 e 99, de 2010, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (programas governamentais para áreas urbanas de risco).*

32

REQUERIMENTO Nº 829, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 829, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 420, de 2005; 315 e 316, de 2008, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes dos despachos iniciais, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (restrições ao uso de produtos de tabaco).*

33

REQUERIMENTO Nº 835, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 835, de 2011, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 16, de 2008, e 340, de 2011, por regularem matérias correlatas (rateio e resarcimento ao SUS dos recursos oriundos do DPVAT).*

34

REQUERIMENTO Nº 836, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2011, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (ausência do trabalhador que necessite acompanhar filho enfermo).*

35

REQUERIMENTO Nº 837, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 837, de 2011, do Senador Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (profissão de Bombeiro Civil).*

36

REQUERIMENTO Nº 837-A, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 837-A, de 2011, do Senador Luiz Henrique, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

37

REQUERIMENTO Nº 838, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 838, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de aplauso e louvor ao Dr. José Graziano da Silva, por haver sido eleito para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO.

38

REQUERIMENTO Nº 846, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 846, de 2011, do Senador Cyro Miranda, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 4, 589 e 590, de 2007; 174, 181, 240, 449 e 463, de 2008; 45, 277, 305, 347 e 380, de 2009; 160 e 197, de 2010, a fim de que tenha tramitação autônoma (redução do IPI sobre reciclagem).

39

REQUERIMENTO Nº 854, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 854, de 2009, do Senador Lindbergh Farias, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 108, de 2007; e 295, de 2008, a fim de que tenham tramitação autônoma (investimentos em saneamento básico).

40

REQUERIMENTO Nº 909, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 909, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de aplauso à República Fran-

cesa, por sua data nacional, 14 de julho, cuja origem é a queda da Bastilha.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Volta-se à lista de oradores.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero declinar da minha fala como Líder da Minoria.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Mário Couto.

Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Não está presente.

Está presente. Perdão.

V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner por 20 minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado. Sr. Presidente e nobres colegas. Não ocuparei isso. Eu apenas quero fazer algumas reflexões sobre essa proposta do programa Brasil Maior.

Sr. Presidente, nobres colegas, o Governo Federal deu ontem um passo fundamental rumo ao incremento da competitividade internacional da indústria brasileira com o lançamento do Programa Brasil Maior. Com um extenso conjunto de medidas, a iniciativa dá novo fôlego aos nossos empreendedores.

As ações vão desde a desoneração das exportações, com a criação do Reintegra, até a regulamentação da Lei de Compras Governamentais, passando pelo fortalecimento da defesa comercial e pela criação de regimes especiais setoriais, com redução de impostos.

Apesar de seu caráter temporal, tendo em vista o cenário econômico mundial e a valorização de nossa moeda, afetando os setores exportadores, tais medidas terão, sem dúvida, reflexos futuros.

Nesse aspecto, cabe destacar o papel a ser desempenhado pelo BNDES. A ampliação de linhas de crédito, como o PSI, Programa de Sustentação do Investimento; o Revitaliza e, principalmente, o incremento no repasse de recursos à Finep, Financiadora de Estudos e Projetos, ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, para ampliação da carteira de inovação. Esse é o caminho para qualificação e agregação de valor aos produtos nacionais.

Entre as providências anunciadas, faço questão de sublinhar a desoneração da folha de pagamento como a mais significativa. Ao reduzir a zero a alíquota

de 20% para o INSS de setores sensíveis ao câmbio e à concorrência internacional e intensivos em mão de obra, como confecções, calçados, móveis e softwares, o Governo impulsiona a formalização do emprego. Compensa, em longo prazo, eventuais perdas na sua arrecadação, põe freio no perigoso processo de desindustrialização e proporciona incentivo vital para a indústria nacional.

As ações anunciadas, vitais para o País, demonstram ainda uma saudável sintonia com nossos setores produtivos, com a sociedade civil organizada e com muitos de nós, Parlamentares. Por diversas vezes utilizei a tribuna para defender esses ideais, compartilhados por movimentos sociais representativos.

Digo isso porque outros colegas desta Casa, por inúmeras vezes, debateram a necessidade de fazer com que se desonerem os setores com mão de obra intensiva, como confecções, móveis, calçados e softwares. Principalmente, com muita mão de obra intensiva. Vários movimentos foram feitos por diversos colegas desta Casa, em todos os lugares, para concorrermos principalmente com os países da Ásia, que exportam para nós.

Estávamos, e ainda estamos, sentindo muitas dificuldades. Mas acho que o lançamento ontem dessas propostas vem minimizar os setores produtivos do nosso País.

Cito, a título de exemplo, o Brasil Eficiente, coordenado pelo empresário catarinense Carlos Rodolfo Schneider, que por diversas vezes tem liderado esse movimento.

Cabe salientar, neste momento de discussão acerca de ações desta magnitude, que não podemos parar por aí. Os benefícios devem, em futuro breve, ser estendidos a todos os setores produtivos da economia brasileira, como nossa vigorosa agricultura, o comércio e os serviços. Devem, ainda, estar aliados a pesados investimentos em infraestrutura, proporcionando indispensável sustentação à nossa trajetória de crescimento.

Alcançaremos nossos objetivos somente no âmbito de uma alteração em nossa legislação tributária, que venha reduzir, simplificar e melhor distribuir os recursos arrecadados. Graduais, fatiadas ou como queira chamar, essas transformações são fundamentais e prementes.

A concentração de mais de dois terços dos impostos arrecadados no País nas mãos do Governo Federal gera distorções perversas e retarda o desenvolvimento eficiente de nossos Estados e Municípios. A descentralização proporcionará crescimento em todas as regiões – e Santa Catarina é prova viva do sucesso

desse modelo implantado pelo hoje colega Luiz Henrique da Silveira quando governador do nosso Estado.

Por oportuno, não me furto a lembrar da transparência, princípio basilar de qualquer Estado Democrático de Direito. É requisito para a cidadania, e isso não pode ser diferente quando tratarmos da arrecadação de impostos. No Brasil, poucos têm conhecimento do peso de nossa carga tributária.

Para suprir essa lacuna, apresentamos projeto de lei que chamo de transparência fiscal. O objetivo é que, em cada operação de compra ou contratação de serviços, esteja descrito nas notas ou cupons fiscais o valor dos produtos e o volume de impostos embutidos na formação de seu preço. Com essa informação, a sociedade poderá cobrar mais e melhor de seus governantes, exercendo na plenitude seus direitos democráticos. Como reflexo, teremos ainda uma inevitável redução da sonegação de impostos, já que o consumidor, por vontade própria, exigirá o comprovante para que saiba efetivamente quanto está pagando.

Essa é a proposta que apresentamos, que tramita na Casa; uma demanda, uma exigência... Inclusive, é previsto, no art. 5º da nossa Constituição, no item III, se não estou equivocado, que, por projeto de lei, se implante isso. Daí a nossa proposta para que consigamos, enfim, implantar no Brasil essa transparência e essa clareza para o nosso consumidor ter o conhecimento de quanto arrecada, de quanto paga, porque a maioria dos brasileiros não tem conhecimento disso.

Se conseguirmos dar andamento a essas transformações, estaremos na direção de um futuro fértil de oportunidades, crescimento econômico com justiça social. Precisamos de atitudes. Muitas delas cabem ao Poder Executivo, sem dúvida, mas outras tantas são de responsabilidade do Parlamento, que não pode se omitir nem se acobertar sob o manto da morosidade do processo legislativo.

Essas são algumas das reflexões, Sr. Presidente, nobres colegas, que eu não podia deixar de trazer a esta Casa no findar desta sessão no dia de hoje. Em função de algumas propostas que o Governo lançou e daquelas que tramitam, nós tínhamos de fazê-lo neste momento.

Muito obrigado a V. Ex^a e aos nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco/PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner.

Quero conceder a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos, do PMDB de Pernambuco.

V. Ex^a tem 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do

orador.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, para muitos integrantes da bancada governista no Congresso Nacional, o recesso parlamentar foi curto, não porque eles quisessem mais tempo de folga, mas porque acreditavam que, a esta altura, já estaria encerrado o festival de escândalos no Ministério dos Transportes. Foi um ledo engano.

O recesso acabou e o noticiário sobre a “herança maldita” que a Presidente Dilma Rousseff recebeu do ex-Presidente Lula continua ocupando as capas de jornais e revistas nacionais. O noticiário permanece indignando a opinião pública brasileira. A maioria da oposição não torce contra o Governo, como faziam o PT e seus aliados até 2002, o discurso do quanto pior melhor. O PT e seus aliados eram donos da verdade. Na visão dos petistas apenas eles tinham coração e atributos como dignidade e coragem. Isso tudo antes de ocuparem o Palácio do Planalto. Já disse e repito mais uma vez: não tenho dificuldade em apoiar propostas e medidas governamentais quando acredito que elas são para o bem do Brasil e dos brasileiros.

Este é o caso da chamada “faxina ética” que a Presidente Dilma Rousseff vem promovendo no Ministério dos Transportes nas últimas semanas. Medidas acertadas que afastaram 27 ocupantes de cargos de comando da pasta.

Estamos assistindo, Sr. Presidente, àquela que talvez seja a maior “saia-justa” enfrentada pelos petistas e seus aliados nos últimos anos. Afinal de contas, só fazemos uma faxina onde encontramos sujeira. Essa é uma sujeira caseira. Daí a “saia-justa”, pois a Presidente Dilma vem contrariando aliados e até mesmo o entendimento do ex-Presidente Lula, que é o maior responsável por esse estado de coisas.

Ontem, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o ex-Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento em um longo pronunciamento à Nação, aqui no Senado, com mais de duas horas de duração e com apartes de quase toda a Casa, esclareceu aquilo que para mim foi muito importante, fundamental para os Anais do Senado da República, para os Senadores, para a opinião pública e, sobretudo, para a mídia.

Passo a ler matéria publicada na *Folha de S.Paulo* de hoje, sob o título “Dilma sabia de descontrole, diz ex-Ministro” e que gostaria de incorporar ao meu discurso.

Nascimento responsabilizou a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, pelo aumento de despesas incluídas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) dos Transportes, no ano passado, em plena disputa [eleitoral] [...].

Lembrou que o atual Ministro e ex-secretário-executivo Paulo Sérgio Passos esta-

va à frente do Ministério em 2010, já que ele deixou o Ministério para concorrer ao Senado pelo Amazonas.

Nascimento afirmou que as obras tiveram um salto bilionário no ano eleitoral de 2010, passando de R\$ 58 bilhões para R\$ 72 bilhões. Por isso, disse, procurou Belchior, em março, para falar do crescimento de gastos.

Dias depois, ainda em março, ele afirmou ter procurado Dilma. “Coloquei o assunto para a Presidente e informei que já começara a trabalhar no ajuste necessário para garantir a viabilidade orçamentária das obras durante sua gestão”.

Essas são as palavras do ex-Ministro dos Transportes, aqui desta tribuna, há 24 horas, contra aquilo que a Presidente da República chama de “faxina” no Ministério dos Transportes.

Sras Senadoras e Srs. Senadores, assino embaixo e peço a transcrição também para os Anais do Senado Federal do editorial que o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou no dia 21 de julho próximo passado, intitulado “A faxina não pode parar”.

A final do texto, o **Estadão** afirmou o seguinte:

Depois do que já fez, Dilma só pode ir adiante. Qualquer outra atitude será percebida pela opinião pública como um recuo desmoralizante – e sem nenhum ganho à vista nas relações da Presidente com a sua inquieta base parlamentar.

Quero aqui tornar público o meu apoio pessoal e político a qualquer iniciativa da Presidente Dilma que implique combate à corrupção e combate ao aparelhamento político e partidário de setores da Administração Pública Federal.

A imprensa tem publicado que a Presidente pretende levar essa “faxina” a todas as áreas onde existam problemas com a gestão dos recursos públicos. Como cidadão e Senador por Pernambuco, espero que seja a mais pura verdade.

Não pode a Presidente, a exemplo do que contestou aqui, ontem, neste plenário o Senador Blairo, ter um comportamento com o PR, o Partido Republicano, e outro com os demais partidos integrantes da base do Governo.

Tem que ser uma conduta única. Todos os fatos, vindo de onde vierem, têm que ser investigados. Investigação essa que, contraditoriamente, o Governo impede, exercendo pressão contra senadores que apóiam a apuração dos fatos. Ontem mesmo, aqueles que assinaram o requerimento para a instalação

de uma CPI para apurar irregularidades no Dnit, foram vítimas de pressão.

Eu subscrevi a instauração de uma CPI; nem por isso recebi pedido para retirar minha assinatura. Isso porque faço parte na maioria esmagadora da sociedade que julga ser a CPI a única maneira que se tem de chegar à verdade, de se pegar os bandidos, os ladrões, aqueles que desviam recursos públicos. Não cabe nos contentar com uma mera investigação que o PT quer fazer. O PT quer convencer a opinião pública de que o passado não existisse.

Agora, a prática de alguns membros do PT, ontem e hoje aqui neste plenário, é dizer que o Ministério Público está a serviço de correntes partidárias eleitorais. Mentira. Não é verdade. Isso ocorreu quando o PT estava na oposição e tinha a seu serviço, muitos procuradores e promotores repercutindo o que o PT queria, vazando matérias inclusive de segredo de Justiça.

Hoje, por incrível que pareça, essa conduta foi condenada veementemente por membros do PT, como se fosse uma prática da atual oposição, como se fosse a estratégia praticada pela imprensa, quando na verdade, essa é uma histórica prática petista, desde quando o Partido dos Trabalhadores era oposição, quando acreditavam que só eles prestavam e apenas eles tinham a verdade ao seu lado. É incoerente dizerem que são perseguidos pelo Ministério Público se eram, ontem, aliados do Ministério Pùblico.

Quando o então deputado, José Dirceu comandava nesta Casa e na Câmara, as CPIs e levava para o Ministério Público, de imediato, o relatório conclusivo das investigações antes mesmo do Legislativo. Era essa a prática. E hoje, não se pode responsabilizar a mim, Senadora Marinor, os senadores do PSOL, o PSDB, esse tipo de prática, uma prática odiosa. E quando a oposição fala na instalação de uma CPI surge o PT, colocando-se como vítima da injustiça.

Eu vi ontem e também hoje neste Plenário, Senadores dizerem que era preciso acabar com o denuncismo. Isso é realmente uma coisa que faz corar um frade – o PT levantar a sua voz e dizer que a gente está vivendo um momento de denuncismo.

Denuncismo, nós vivemos quando o PT era oposição. Quem não se lembra da campanha indigna, infame contra Fernando Henrique Cardoso, “Fora, FHC!”, inclusive incitando o povo à violência. Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o PT, do sul ao norte, desencadeou uma campanha contra o governo, contra a figura humana e política de grande estadista que foi e que é Fernando Henrique Cardoso.

E hoje querem fazer a gente de bôbo: o Ministério Público é ruim hoje, mas ontem era muito bom, quando era aliado do PT. É uma das coisas mais ridículas

que eu já vi nesta Casa, nos quatro anos e sete meses desde que aqui cheguei pela vontade esmagadora do povo pernambucano.

Então, é preciso pôr um fim a isso. Não podem ficar registradas nos Anais da Casa apenas mentiras, insinuações, cavilações, puras cavilações, de que nós da oposição mentimos, nós não prestamos, não podemos falar, denunciar e nem mesmo protestar. Num cenário onde a oposição já é altamente minoritária.

Esta semana, vi uma matéria na imprensa nacional, dizendo que, das dez maiores democracias do mundo, a oposição do Brasil é a menor de todas elas. Muito pequena, exatamente por todos esses expedientes que foram implantados há oito anos e sete meses no Brasil, da mentira institucionalizada.

Cabe lembrar aqui uma intervenção do ex-Governador de Pernambuco Agamenon Magalhães. Ele foi interventor do Estado Novo, Ministro da Justiça de Getúlio Vargas e depois Governador eleito de Pernambuco. Agamenon Magalhães tinha uma máxima que permanecerá eterna: “Ninguém governa governador”, que podemos replicar que “ninguém governa presidente.”

Por tudo isso, é preciso que a Presidente Dilma se desligue definitivamente da antiga prática de Lula, e enfrente essa herança maldita. A presidente não pode dizer isso que eu estou dizendo, não pode convocar a imprensa para falar sobre isso ou fazer o que fizeram com Nascimento, o ex-Ministro – ontem na fala de Nascimento ficou muito claro que realizaram uma reunião e vazaram as informações para a imprensa.

Acredito que se pudesse, a presidente diria que recebeu uma herança maldita. Dilma não faz um governo novo; Dilma não faz um governo diferente; Dilma faz um governo de continuidade. O PT está no poder há 8 anos e Dilma foi eleita, porque o Presidente Lula não poderia mais ser eleito. Seria eleito, se fosse candidato, com uma votação muito maior que Dilma conseguiu obter no último pleito. Então, é um governo de continuidade que completou agora, nesta semana, oito anos e sete meses.

Devo afirmar, Sr. Presidente, que as medidas recentes da Presidência da República estão sendo para mim uma grata surpresa, por uma razão que considero fundamental: os problemas apontados no Ministério dos Transportes não são recentes e decorrem diretamente da forma como o ex-Presidente Lula conduziu a política de alianças e a montagem da sua maioria parlamentar no Congresso Nacional. Trata-se de uma versão revista e ampliada da prática do “é dando que se recebe” que prevaleceu no Governo de Sarney, que presidiu, até há pouco, a sessão. Essas articulações nada republicanas do Governo Lula começaram com o conhecido “mensalão” e obtiveram pleno sucesso

com o perverso e espúrio loteamento das empresas e órgãos públicos federais, que foram transformados em capitania hereditárias dos partidos aliados.

Nunca na história desse país se passou tanto a mão na cabeça do malfeitor quanto no Governo Lula.

Que o PT não venha culpar a imprensa por esses fatos que vieram à tona nas últimas semanas. A imprensa, numa democracia de verdade, deve ser livre e não pode nem deve ser constrangida como, de vez em quando, ocorre nas falações do ex-Presidente e dos dirigentes petistas. São preferíveis os excessos de uma imprensa com liberdade que os abusos de um poderoso de plantão.

Sr^as Senadoras e Srs. Senadores discordo democraticamente daqueles colegas que defendem que o nosso papel, neste momento, se restringe a apoiar a “faxina ética” que a Presidente da República vem promovendo em setores do governo. A SRA. Presidente tem o meu apoio sincero e convicto, mas o Legislativo não pode nem deve abrir mão de suas prerrogativas constitucionais de fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Não faltam instrumentos com esse objetivo e um deles é a Comissão Parlamentar de Inquérito que o Governo, no grito, na ameaça, na pressão, tenta impedir. O fato de a Presidente ter afastado os suspeitos de cometer atos ilícitos, a meu ver, não implica o Senado Federal e a Câmara dos Deputados abdicarem desse instrumento.

A instalação de uma CPI não pode ser vista como algo para desestabilizar o Governo, mas, sim, como um reforço à iniciativa presidencial de fazer a chamada “faxina ética”. Também é inadmissível que a CPI seja usada como instrumento de chantagem contra a Presidente por parte de aliados contrariados pelas recentes medidas.

Sr^as e Srs. Senadores, em outras oportunidades, as CPIs promoveram mudanças que aperfeiçoaram a administração federal, fechando as portas para a ocorrência de novas irregularidades. Não basta afastar o malfeitor; é preciso também melhorar os instrumentos de fiscalização e transparência da gestão pública.

Tenho a expectativa de que nenhum Senador ou Deputado Federal ficará contra uma “faxina” em áreas do Governo que tenham problemas evidentes de má gestão e desvio de dinheiro público. Mesmo que esse trabalho de limpeza implique a desmontagem do loteamento partidário que tomou conta do Governo Federal. Essa prática é extremamente nociva ao Brasil e aos interesses do cidadão – contribuinte que exige correção na aplicação dos recursos públicos.

Espero, Sr. Presidente, que a Presidente Dilma reveja a sua posição de contestar e impedir, na prática, a instalação da CPI. A CPI vai ajudá-la, vai ajudar o Governo Federal, assim como a opinião pública, e o Brasil, que se ressentem muito, neste momento, provocando uma onda forte de indignação. Infelizmente essa onda vem caindo, o que tem sido motivo de análise por parte de estudiosos do assunto. Até mesmo analistas do exterior já comentaram essa redução da capacidade de se indignar do brasileiro. É preciso que o brasileiro tenha esse processo de indignação permanente, que acompanhe os malfeitos, que saiba que uma CPI não vai ser um instrumento para desestabilizar o Governo; que uma CPI não deve servir de pretexto para abrigar desejos inconfessáveis de pessoas insatisfeitas dentro da base aliada. Nada disso! Uma CPI irá ajudar, sem nenhuma dúvida, o Governo Federal a esclarecer todos os malfeitos, todas as corrupções, que segundo a Presidente Dilma, em suas declarações, ela é a maior interessada em esclarecer e apurar.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JARBAS VASCONCELOS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Dilma sabia de descontrole, diz ex-ministro

Bancada do PR no Senado anuncia que deixou o bloco de apoio ao governo; grupo na Câmara pode fazer o mesmo

Nascimento afirma que deixou o cargo por ter perdido apoio de Dilma; 'Eu não sou lixo, o meu partido não é lixo', disse

CATIA SEABRA
GABRIELA GUERREIRO
DE BRASÍLIA

PAC

Num discurso de mais de duas horas, Nascimento ressaltou a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, pelo aumento de despesas incluídas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) dos Transportes no ano passado, em plena disputa presidencial.

Lembrou que o atual ministro e ex-secretário executivo, Paulo Sérgio Passos, estava à frente do ministério em 2010 já que ele deixou o ministério para concorrer ao Senado pelo Amazonas.

Nascimento afirmou que as obras tiveram salto bilionário no ano eleitoral de 2010, passando de R\$ 58 bilhões para R\$ 72 bilhões. Por isso, disse, procurou Belchior, em março, para falar do crescimento de gastos.

Dias depois, ainda em março, ele afirmou ter procurado Dilma. "Coloquei o assunto para a presidente e informei que já começara a trabalhar no ajuste necessário para garantir a viabilidade orçamentária das obras durante sua gestão."

Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. João Alberto Souza deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Jarbas Vasconcelos, a solicitação de V. Ex^a será atendida, de acordo com o Regimento: a solicitação de publicação nos Anais da Casa do pronunciamento e da documentação apresentada por V. Ex^a, inclusive editoriais de jornais.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para justificar, com a permissão da Senadora Marinor, que, nas duas votações anteriores à última – na última, eu estava presente -, eu estava em uma audiência no Superior Tribunal de Justiça. Eu queria registrar o meu voto acompanhando a orientação do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Será registrado. Na ata, constará a justificativa de V. Ex^a, Senador Eunício Oliveira. Todos

sabemos da importância de V. Ex^a não só nesta Casa, como também no nosso querido Estado do Ceará.

Um minuto só, Senadora Marinor.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência comunica às Srs. Parlamentares que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 10 de agosto do corrente, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a reverenciar a memória do ex-Senador e ex-Presidente da República Itamar Franco. Assim, a homenagem no Senado Federal marcada para as 14 horas, do mesmo dia 10 de agosto, será realizada na sessão solene do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Outro comunicado.

Foram lidos anteriormente os **Requerimentos nºs 554 e 809, de 2011**, do Senador Luiz Henrique e outros Senadores, solicitando que o período do Expediente da sessão do dia 18 de agosto seja destinado a homenagear a Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer, pela passagem de seus 42 anos de existência, o Dr. Ozires Silva, ex-Presidente da empresa, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

Em votação o requerimento.

As Sr^as e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Será publicada nos Anais e também na imprensa local da Casa a aprovação do referido requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, ouvintes da Rádio e TV Senado, funcionários da Casa, servidores da imprensa, foi com muita alegria que o Partido Socialismo e Liberdade recebeu hoje de manhã o Dr. Roberto Gurgel, que há poucos minutos, neste plenário, teve a aprovação, por ampla maioria das Sr^as e dos Srs. Senadores, para ser reconduzido à Procuradoria Geral da República. Eu digo isso não apenas pelo que foi apresentado hoje pelo Dr. Roberto Gurgel no momento da sua sabatina, mas por todo um trabalho de condução ética e de preocupações com a justeza em relação à legislação brasileira, pela imparcialidade, pelo cuidado com o interesse público, que foi o caminho que escolheu o Dr. Gurgel para coordenar esse trabalho da Procuradoria Geral da República.

Aproveito essa referência para dizer que fiquei muito feliz também com a apresentação por parte do Dr. Gurgel das preocupações relacionadas com a apuração rigorosa, imediata, firme desse mar de denúncias que tem tomado conta do cenário nacional relacionado ao Governo Dilma.

Por isso, de certa forma, eu acho que é possível ter certa tranquilidade. E o Senador Jarbas Vasconcelos foi muito feliz, mesmo com essa tentativa da bancada governista de tentar abafar os escândalos, com essa tentativa da bancada de tentar esvaziar as possibilidades de aprofundamento da apuração dos fatos, das denúncias, através dos sucessivos pedidos de CPIs feitos por alguns Senadores desta Casa, sobretudo os que fazem a oposição e/ou os que têm tido a responsabilidade e a coerência de assumir posições firmes e de não deixar passar para a opinião pública este falso sentimento de que o Governo Dilma está tomando todas as medidas necessárias para fazer cessar o processo corruptivo que tomou conta do Governo, que, como ela mesma gosta de dizer, é a continuidade do governo Lula.

Por isso, faço questão, a exemplo do Senador Jarbas Vasconcelos, de não deixar esse assunto morrer nesta Casa.

Infelizmente, ontem, por motivo de saúde, não pude estar presente no plenário para fazer o debate diretamente com o Senador Alfredo Nascimento, mas fiz questão de ler com cuidado o pronunciamento que

ele fez aqui, assisti aos questionamentos pela TV Senado e li na íntegra o pronunciamento que aqui fez o ex-Ministro e Senador Alfredo Nascimento.

Acho que vários elementos foram apresentados pelo Senador que suscitam muitas perguntas; muitas delas que acabaram sendo respondidas nas entrelinhas pelo ex-Ministro dos Transportes e muitas delas que deixaram mais dúvidas ainda.

Do longo pronunciamento do Senador, pouco, na minha opinião, se esclareceu sobre as denúncias propriamente de corrupção, envolvendo a Pasta dos Transportes, especialmente o Dnit e a Valec. A tese principal apresentada pelo Senador é a de que os fatos colocados sob suspeição se deram no período em que ele não era Ministro, que não gerenciou o orçamento de 2010 nem participou da montagem do orçamento de 2011.

Ora, seria ingenuidade, inadmissível, considerar que tão azeitado esquema de corrupção tenha começado justamente na breve ausência do Senador da titularidade da Pasta, local que ocupa desde o início do governo Lula e dela tendo se afastado apenas para as disputas eleitorais. A extensão do esquema de corrupção é implicitamente assumida pelo Governo... Vou repetir: a extensão do esquema de corrupção é implicitamente assumida pelo Governo ao exonerar mais de vinte cargos comissionados da área do transporte.

Talvez a pessoa que melhor resumiu o caráter permanente do esquema foi o Controlador-Geral da União, o Ministro Jorge Hage, que declarou que a corrupção está no DNA do Dnit.

Se isso é verdade, ficamos entre duas possibilidades, e eu faço questão aqui de refletir sobre o assunto com os nossos telespectadores, com o povo brasileiro. A primeira é a de que o ex-Ministro foi um gestor inepto, que não percebeu o que acontecia nos corredores e nas salas do Ministério que dirigiu durante tantos anos. A segunda, mais crível, é a de que o ex-Ministro tinha conhecimento do esquema existente, ficando a dúvida de que foi omissio ou participante do mesmo, e, se foi omissio, como agente público, prevaricou.

O atual Senador afirmou ontem aqui também que, logo em fevereiro, percebeu a disparada dos gastos previstos e determinou um pente fino para conhecer a origem de tal movimentação. Afirmou, no entanto, que a Ministra do Planejamento foi informada do descontrole, e inclusive a própria Presidenta Dilma foi informada dessas providências. Em seguida, manifestou a sua surpresa com a realização de uma reunião no Gabinete da Presidência sobre o assunto, ou seja, sobre os indícios de irregularidades ou, pelo menos, sobre o descontrole administrativo na sua Pasta, mas que sua presença não foi solicitada.

Diz o ditado popular que, para bom entendedor, meia palavra basta ou menos de meia palavra, como foi no caso do Senador Alfredo Nascimento. É óbvio que o Planalto não depositava no Senador, no ex-Ministro, Presidente do Partido da República, partido acusado de se beneficiar das falcatruas e descontroles, a confiança que havia manifestado quando fez o convite para que o mesmo continuasse na Pasta em dezembro do ano passado.

É óbvio que foi o Planalto que mandou vazar o teor da conversa. Quanto a isso, concordo com o que disse o Senador, mas não tenho elementos para aferir os reais motivos.

De sua fala, pude perceber e me parece inacreditável que o Sr. Senador tenha determinado aos seus auxiliares que não mais recebessem empresários, os quais estariam preocupados com a possibilidade de não receber pagamentos devidos ou verem obras e serviços previstos no Orçamento serem suspensos. Tal postura tenta, na entrelinhas, justificar o grande trânsito de tais empresários apenas a recente ansiedade quanto a pagamentos. Todo o seu discurso foi direcionado a desqualificar as graves denúncias e aparecer para seus pares como alguém que queria tomar providências e, por motivos não explicados, foi afastado do cargo, perdeu o apoio do Governo.

Ora, se tal descontrole ocorreu no intervalo em que ficou fora do Ministério, por que o Senador manteve a mesma equipe causadora do descontrole? Por que só aceitou fazer exonerações após as denúncias publicadas pela imprensa e pela pressão do Planalto?

Uma parte das denúncias só poderá ser apurada devidamente por nós Senadores caso consigamos aqui instalar a CPI dos Transportes, pois, nessa comissão, será possível quebrar o sigilo telefônico dos envolvidos, verificaremos os vínculos com o empresariado, poderemos verificar suas contas bancárias, cruzar dados do financiamento eleitoral de candidatos do partido do Senador, ex-ministro, e de outros partidos que faziam parte do loteamento ministerial.

O Senador afirma que pediu demissão porque não recebeu o apoio que havia sido prometido pela Presidenta Dilma. Acho isso muito provável de ser verdade, mas a pergunta que não foi respondida é: por que essa confiança estava abalada quando da convocação da reunião que puxou a orelha dos dirigentes do órgão sem a sua presença?

O Presidente Lula, por muitas vezes, usou como seu instrumento de governo, durante seus oito anos de mandato, a tese de que não sabia nada sobre os casos de corrupção no seu governo. Isso é possível, pois um presidente não é obrigado a saber detalhes do funcionamento de cada ministério. Porém, seja Lula,

seja Dilma, os dois são responsáveis pela indicação dos dirigentes dos órgãos, são, portanto, responsáveis pelo loteamento dos cargos públicos.

É inacreditável que esquema como esse, tão azeitado, repito, tenha passado despercebido durante tantos anos. São muitos funcionários envolvidos, são contratos superfaturados, são reajustes autorizados, são parentes beneficiados, são empresas financiando campanhas eleitorais de colegas de partido. E o Senador diz que não viu nada disso. Queria pedir desculpas aqui, inclusive, pela ausência. Gostaria que ele estivesse aqui. Mas isso é muito difícil de acreditar.

Bem, mas se o Senador pode ter o benefício da dúvida e o direito de ampla defesa, não quero condenar, nem ele e nem ninguém, sem que esses direitos de defesa possam ser exercidos. E isso é um direito que deve ser estendido a todos os brasileiros. E, caso o Senador tenha absoluta certeza do que aqui foi falado, não cabe outra postura se não a de assinar e apoiar a investigação proposta por parlamentares desta Casa.

Ontem, foi visível, em vários pronunciamentos, sobretudo da bancada dos sete parlamentares nesta Casa do PR, a afirmação de que devem ter uma postura independente. O que é que está faltando? O que é que impede os sete Senadores do PR de colocarem as suas assinaturas na CPI? Essa é uma dúvida que está na cabeça do povo brasileiro, diante de tudo que foi falado aqui no dia de ontem.

Também quero dizer que ficou sem resposta o recado final feito no pronunciamento do Senador. Ele afirmou que não aceitaria que seu nome fosse utilizado para corrigir distorções que ele não criou e nem para fazer acordos que ele não participou.

Eu pergunto ao Senador: quais são essas distorções às quais V. Ex^a se referiu no dia de ontem? Quem foi responsável por criá-las? Mas, quem sabe, por contingências políticas talvez o Senador tenha sido obrigado a mantê-las e a não consertá-las durante a sua gestão? E quais foram os acordos que o Ministério dos Transportes fez sem a participação do Senador? Quem são os beneficiários desse acordo? Essa pergunta não pode ficar sem resposta! O PR está envolvido? Esta pergunta não pode ficar sem resposta! O Deputado Valdemar da Costa Neto está envolvido? Quais são as pessoas que devem assumir – cada uma – as suas responsabilidades?

Fiquei com a impressão, por tudo que ouvi no dia de ontem, de que o Governo permitiu o seu pronunciamento, mas estabeleceu limites. Afinal, no pronunciamento do Senador, ele fez questão de lembrar que o seu Partido tem sete Senadores e quarenta Deputados. Ou seja, que não pode ser desconsiderado politicamente, mas que, apesar de ter sido crucificado

por fatos que não foram cometidos por ele, a fidelidade e a participação no Governo continuariam intactas.

O que explica isso? Quanta generosidade de alguém que teria sido execrado por operação, provavelmente orquestrada no próprio Palácio do Planalto, que expôs a vida do seu filho... Quanta generosidade!

O pessoal fez aqui nesta Casa...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – [uma representação com] ... a presença do Senador nesta Casa. Como eu disse na ocasião: se não serve para ser ministro vai servir para ser Senador?

Depois do pronunciamento que ouvi ontem nesta Casa, está mais do que reforçada a nossa representação e o nosso posicionamento sobre isso.

Aguardarei as respostas a estas e outras e espero que essa “operação abafa” do Governo contra a CPI não conte com a participação de V. Ex^a. Que V. Ex^a, ex-ministro e Senador, possa ter o amplo direito de resposta, mas que não inviabilize a apuração dessas denúncias.

Queria aqui aproveitar também o momento para dizer que esse sentimento que...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...anunciam algumas pesquisas de opinião que o Governo está fazendo (*fora do microfone*), uma verdadeira frente anticorrupção, não está conseguindo ser respondida na prática. Porque não foi iniciativa do Governo Federal até agora a tomada de providências no sentido de apurar, de buscar a punição e de devolver aos cofres públicos e de tornar esses recursos políticas públicas, políticas sociais para melhorar a vida do nosso povo.

A continuidade do Governo Lula é um fato, a corrupção continua. E nós do Partido Socialismo e Liberdade estamos aqui não para fazer denuncismo, estamos aqui para ajudar esta Casa, se assim V. Ex^{as} quiserem, se dispuserem a enfrentar esta que é a pior forma de...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...relacionamento que o Poder Público pode ter com o povo brasileiro: omitir, mentir, roubar, destruir vidas (*fora do microfone*) de famílias inteiras, jogar na miséria, na pobreza, no trabalho escravo, na prostituição infantil, nas condições inadequadas de vida e de dignidade um povo que poderia estar vivendo num patamar com qualidade de vida, com melhores perspectivas de um futuro mais humano e mais feliz.

O PSOL estará firme na tentativa de acompanhar sejam as investigações feitas pela Procuradoria-Geral

da República sejam as necessárias e imediatas ações de instalação de uma CPI aqui nesta Casa, que eu espero que o Partido da República não se negue a assinar.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Marinor Brito, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Marinor, pelas palavras que dignificam esta Casa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me dar como lido, retirando a minha inscrição inclusiva, um pronunciamento em que registro o lançamento, nesta terça-feira, do Plano Brasil Maior, que traz as novas diretrizes para a política industrial brasileira.

Queria destacar, Sr. Presidente, também que, no meu Estado, o Piauí, nós tivemos um lançamento importante, na área da reabilitação, de uma rede móvel de atendimento descentralizado nas cidades. Começou pela cidade de Água Branca, onde atende às pessoas com deficiência. Destaco aqui o trabalho da Secretária Lilian Martins, do Secretário da Pessoa com Deficiência e também o trabalho da Deputada Rejane Dias também, que iniciou esse trabalho.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WELLINGTON DIAS

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Presidenta Dilma Rousseff lançou, nesta terça, o *Plano Brasil Maior* que traz as novas diretrizes para a política industrial brasileira. São medidas positivas, que ajudarão a enfrentar as turbulências internacionais, as pressões competitivas que nossa indústria tem sofrido, além de regularizar o emprego e combater a informalidade em todo o Brasil.

o plano está baseado em três grandes eixos: o estímulo à produção, ao investimento e à inovação; a defesa da indústria e do mercado interno; e o estímulo às exportações e à defesa comercial.

Teremos um corte de impostos de US\$ 25 bilhões em dois anos, com a desoneração da folha de pagamentos em setores intensivos em mão de obra, como confecções, calçados e artefatos, móveis e software. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, In-

dústria e Comércio Exterior, a alíquota para o INSS passa de 20% a zero.

Precisamos fazer isso, Sr. Presidente. A indústria brasileira tem perdido espaço nas exportações e no mercado interno. Temos que desonerar nossa indústria para vê-la crescer.

Para compensar a perda na arrecadação, incidirá uma taxa de 1,5% sobre o faturamento das empresas. Para as empresas de software, o tributo será de 2,5%.

O Tesouro Nacional arcará com a diferença para cobrir a eventual perda de arrecadação da Previdência Social. A medida funcionará como um projeto piloto até dezembro de 2012 e seu impacto será acompanhado por uma comissão tripartite, formada por governo, setor produtivo e sociedade civil.

É um plano corajoso e ousado que visa defender nosso mercado interno. Esse conjunto de medidas dará mais competitividade à indústria brasileira. Vai também reduzir custos e diminuir a burocracia. Devemos aproveitar essa realidade para aumentar a conexão entre universidades, instituições de pesquisa e o setor produtivo. Devemos também incentivar as empresas, principalmente pequenas e médias, a acessar o crédito que estará disponível na rede bancária. Para isso, será ampliado o capital de giro para micro, pequenas e médias empresas com novas condições de crédito e prazo. O orçamento passará de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 10,4 bilhões.

Além da desoneração da folha de pagamento, o *Brasil Maior* prevê outras ações como a criação do Reintegra, até a regulamentação da Lei de Compras Governamentais, passando pelo fortalecimento da defesa comercial e pela criação de regimes especiais setoriais, com redução de impostos.

Como disse a presidente Dilma durante o lançamento do plano: “é imperativo defender nossos empregos”. Esse plano, Sr. Presidente, ajudará a proteger a nossa economia, as nossas forças produtivas, o emprego do brasileiro. Fica claro que a indústria nacional passa a ter, mais do que nunca, o governo federal como aliado para proteger a produção local e o mercado interno de nosso País.

Outra medida de impacto para a indústria é a devolução imediata de créditos do PIS e PASEP sobre bens de capital. Pela regra anterior, essa devolução seria feita em até 12 meses.

Outras medidas com impacto nas contas públicas é a manutenção, por mais 12 meses, da redução de IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves. O pacote do governo também contempla a manutenção do chamado Programa de Sustentação do Investimentos, operacionalizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social, até dezembro de 2012, no valor de R\$ 75 bilhões em crédito. Por meio deste programa, o governo fornece linhas de crédito com juros subsidiados para o setor privado realizar investimentos.

O BNDES oferecerá uma linha de crédito de R\$ 2 bilhões para ampliar a carteira de inovação este ano. A taxa da linha será de 4% a 5% ao ano. Está prevista também a ampliação de orçamento e condições de acesso aos programas setoriais na renovação de programas como Profarma, Pro-aeronáutica e proplástico. Prevê também o financiamento para redução de emissões, com o apoio ao desenvolvimento tecnológico e à comercialização de bens de capital para linha de equipamentos dedicados à redução de fases de efeito estufa.

O *Plano Brasil Maior* prevê ainda a modernização do marco legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Com isso, o Inmetro ampliará o controle e fiscalização dos produtos importados. Também será ampliado o escopo de certificação do Instituto e implementada a “Rede de Laboratórios Associados para Inovação e Competitividade”. Com a modernização do marco legal do Inmetro, o documento com as medidas do *Plano Brasil Maior*, prevê que haverá maior facilidade em parcerias e mobilização de especialistas externos.

O governo anunciou também a regulamentação da lei que prevê preferências nas compras governamentais para produtos nacionais. O foco será nos setores: complexo de saúde, defesa, têxtil e confecção, calçados, tecnologia da informação e comunicação. Com a regulamentação, será criada uma margem de preferência de até 25% nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras. As margens serão definidas considerando geração de emprego e renda; além de desenvolvimento e inovação tecnológica realizadas no País.

O *Brasil Maior* ainda prevê uma harmonização de políticas de financiamento. Os bancos públicos irão fechar um acordo para estabelecer condições de financiamento convergentes de incentivo à produção. Pequenas e médias empresas devem estar atentas a essas ofertas de crédito.

Sr. Presidente, sabemos que o estímulo dado à indústria será um diferencial para o desenvolvimento desse setor no Brasil. Quero frisar que essas medidas são fundamentais para a minha região, a região Nordeste, uma vez que estimulará a contratação e a formalização do emprego.

Espero que as linhas de crédito dos bancos públicos, mais precisamente do BNDES, sejam proporcionalmente divididas por todas as regiões. O Nordeste,

Sr. Presidente, precisa desses estímulos para crescer e se desenvolver. O Brasil precisa inovar e investir em pesquisa e desenvolvimento. É fundamental que a indústria consiga manter a sua competitividade no mercado interno e também com seus concorrentes internacionais.

Quero parabenizar a presidente Dilma e a sua equipe pelo lançamento desse plano fundamental para o crescimento do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador.

V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria também encaminhar à Mesa um requerimento de voto de pesar pelo falecimento hoje do ex-Deputado Afrânio Messias Alves Nunes, do Estado do Piauí. Foi Deputado por quatro mandatos, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Secretário de Educação do Piauí em dois governos, e desportista também, fundador do River Atlético Clube. E queria que este requerimento fosse levado ao conhecimento de sua família, da sua esposa, D. Camélia, e dos filhos José Neto, Adolfo, Cassandra, Sônia e Luciene.

É o requerimento que quero encaminhar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2011

Requer voto de pesar pelo falecimento do Dr. Afrânio Messias Alves Nunes, ex-Deputado.

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pela morte do Dr. Afrânio Messias Alves Nunes, ex-Deputado, aos 86 anos, ocorrido hoje, dia 3 de agosto, no Piauí.

Requeiro, mais, que este Voto seja levado ao conhecimento da Sra Camélia Alencar Nunes, esposa do Dr. Afrânio, e por seu intermédio aos filhos, José Neto, Adolfo, Cassandra, Sônia e Luciene.

Justificação

O Voto de Pesar ora requerido ao Senado da República é um pleito de saudade ao ex-Deputado Dr. Afrânio Messias Alves Nunes.

Dr. Afrânio Messias Alves Nunes nasceu em 1924 em Amarante, no Piauí. Foi presidente da União Democrática Nacional (UDN) e deputado estadual por quatro legislaturas. Também foi Presidente da Assembleia Legislativa do Estado e secretário de Educação dos

governos Chagas Rodrigues (1959 a 1962) e Tibério Nunes (1963). Membro e ex-presidente da Academia de Letras do Médio Parnaíba.

Também foi fundador do River Atlético Clube.

A sociedade piauiense perde não só uma das mentes mais brilhantes, como também um homem e cidadão respeitado, um pai de família zeloso e esposo dedicado, exemplo para todos que tiveram oportunidade de privarem de sua amizade.

Por estas razões, o Dr. Afrânio Messias Alves Nunes é merecedor da homenagem póstuma desta Casa.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2011. – Senador **João Vicente Claudino**.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino, V. Ex^a será atendido também na forma do Regimento.

Passo a palavra, agora, ao nobre Senador Wilson Santiago, pelo tempo regulamentar.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, profissionais da imprensa e demais senhores e senhoras, iniciamos este semestre com grandes expectativas na política brasileira, principalmente nas votações de matérias importantes ao longo desses próximos quatro meses e meio. Tudo isso se constitui em incentivo na luta por um Brasil melhor.

Aproveitamos a oportunidade, Sr. Presidente, para fazer uma retrospectiva dos últimos dias, nos quais a Presidenta Dilma, de fato, vem demonstrando sua forte vontade de ver a grandeza do Brasil não só no espaço territorial e econômico, mas na honradez e no respeito aos recursos públicos. Todos nós nesta Casa concordamos com isso. Independentemente, meu caro Senador Humberto Costa, de partido político, de cor partidária, de tendência religiosa, enfim, todos nós defendemos a moralidade pública neste País, diferente daquilo que tem sido dito por alguns dos companheiros nesta Casa, de que a Presidenta tem feito vista grossa em relação às atitudes de alguns auxiliares ou até em referência a algumas denúncias. Todos nós testemunhamos que a cada caso é dada a resposta do Governo no momento em que for necessário e em que forem justificados os atos que de fato mereçam o afastamento de alguém, diferente daquilo que diz a própria oposição, como ouvimos hoje.

Nas atitudes da Presidenta fica realçada a exigência de que cada administrador público tenha conheci-

mento dos assuntos pertinentes às suas administrações e, em função desse pressuposto conhecimento, seja responsabilizado pelas eventuais falhas que porventura ocorram no seu próprio Ministério ou no próprio órgão que dirige. A decisão evidencia, mais uma vez, a disposição do próprio governo, da própria Presidenta em fazer com que nosso País seja reconhecido como um país que combate efetivamente as atitudes espúrias de autoridades ou de qualquer um dos auxiliares do Governo. O que pressupõe a preocupação de que o bem público, que é patrimônio do povo, seja realmente tratado com zelo no nosso território nacional.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos nós que acompanhamos essas atitudes do próprio Governo, especialmente da Presidenta, independentemente de partido político, festejamos a decisão de que qualquer um dos citados em suspeitas de corrupção, seja através de imprensa ou não, ministro ou não, compareça de fato, espontaneamente, como muitos já fizeram aqui nesta Casa e na Câmara dos Deputados, o que foi de fato respeitado por todos nós. Até elogiamos o posicionamento antecipado de alguns, mas o posicionamento do próprio Governo, nós temos que reconhecer que foi sempre no sentido de esclarecer de fato à sociedade e tomar providências necessárias para que a sociedade reconheça o posicionamento do próprio Governo.

Todos os brasileiros apoiam o Governo, apoiam especialmente a Presidenta nesta luta pela moralidade pública, que é um desejo de todos nós.

Esse anseio é observado em cada esquina deste País. Não adianta nos curvar e esconder isso. Todos os brasileiros defendem, como todos nós defendemos, a moralidade e o respeito à coisa pública.

Notícias diárias indicam que todos os países estão com seus olhos voltados para o Brasil, exatamente pelas condições que o Brasil hoje adquiriu de credibilidade internacional, Sr. Presidente. E o posicionamento firme e forte do Governo não só reafirma o compromisso do País com os interesses da população, como também credencia o Brasil, cada vez mais, internacionalmente.

Somos hoje a sétima economia do mundo, com reconhecido respeito e, digo até, credibilidade internacional. Além disso, as projeções internacionais dizem que, em breve, o Brasil será o primeiro produtor de alimentos do mundo. Isso não só nos conforta como também reafirma e comprova que as decisões do Governo, as decisões desta Casa, da maioria dos seus integrantes, estão no rumo certo, no caminho certo, no sentido de, cada vez mais, não só darmos credibilidade ao Brasil internacionalmente, como também atendermos à ansiedade e ao desejo da grande maioria da população brasileira; no sentido não só de respeitar as decisões do povo ou a moralidade pública, mas também de tomar

as decisões que atendam perfeitamente às necessidades do Brasil. Desse modo, teremos condições de avançar cada vez mais e deixarmos de ser a sétima economia, que já alcançamos, e de chegarmos, em breve, àquilo que desejamos e pretendemos, qual seja, a ser o maior produtor de alimentos do mundo. Assim, podemos nos tornar mais independentes, construindo um Brasil solidário, em harmonia com o pensamento da grande maioria da sociedade brasileira.

Nós, homens públicos, Sr. Presidente, que pensamos no melhor para a sociedade brasileira, não queremos, de forma alguma, que nosso País seja conhecido como um país de impunidades ou, digo até, de apoio aos corruptos. Não! As decisões desta Casa, as decisões do Governo são responsáveis e atendem aos anseios populares. Também há punição para aqueles que porventura saiam da linha que, de fato, é o compromisso que qualquer integrante público tem com a sociedade brasileira, com o nosso País.

Rui Barbosa, este grande homem público brasileiro, em discurso nesta Casa e também em outras oportunidades afirmava que, “acima de todas as garantias de estabilidade e de ordem neste mundo, está o senso moral inato, profundo, resistente dos indivíduos e, no sentido geral, das populações”, que apoiam, com certeza, todas essas decisões. “Essa é a garantia suprema de todas as leis; é o alicerce mais rijo de todas as instituições; é o cimento mais poderoso da própria ordem social.”

A Presidenta Dilma – nós temos o dever e a obrigação, repito, independentemente de partido político – tem tido uma fibra! Sua fibra, com certeza, tem sido para colocar em prática os seus ideais e fazer também com que o povo brasileiro, cada vez mais, sintasse confiante da representante ou da governante que tem. Para que o Brasil seja, de fato, de todos o Governo direciona as suas ações para aqueles que esperam e precisam não só das decisões governamentais, como também das ações que interessam à grande maioria da população brasileira.

Por isso é que todos nós, como representantes deste Poder, ou de qualquer outra entidade representativa deste País, ou mesmo como simples cidadão, Sr. Presidente, temos obrigação de reconhecer as decisões corajosas, dignas e republicanas de nossa Presidenta da República, que unifica o desejo e o pensamento da grande maioria do povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, levantemos, com certeza, a nossa voz no momento e nas oportunidades que nos são dadas para reconhecer esse trabalho do Governo, para dizer que o Brasil de hoje está melhor do que o Brasil de ontem, Senador Walter Pinheiro.

Os dados nos comprovam tudo isso. A cada dia, cidadãos brasileiros saem das classes menores e adentram outras classes como a classe C, a classe B e até a classe A. Isso é uma comprovação de que as ações do Governo, que as decisões do próprio Governo estão no caminho certo e estão refletindo não só na economia, não só na educação, não só no campo social, não só no campo educacional. Enfim, em todas as áreas que constituem a máquina pública deste País é que de fato contribuem para que a sociedade brasileira ultrapasse os 38 milhões de pobres que saíram do estado de miséria e estão nas classes mais favorecidas.

Essa luta entre a própria decisão do Governo, Senadora Lídice da Mata, de retirar mais de 16 milhões de brasileiros que ainda estão abaixo da linha de pobreza neste Brasil, infelizmente, 59% dessa população, dos mais de 16 milhões, Sr. Presidente, estão no Nordeste e no Norte deste País.

Então, temos que parabenizar o Governo pela decisão de fazer com que o Brasil seja de todos. E que a sociedade brasileira não só reconheça como também se integralize cada vez mais, Senador Humberto Costa, a esse projeto de governo, que procura fazer o melhor, procura ouvir a sociedade, procura fazer com que a participação popular seja mais ampla, mais efetiva, mais evidente, a cada dia; no sentido de contribuir, de construir, de fazer com que os objetivos essenciais do Governo cheguem na ponta, lá no cidadão do Nordeste, especificamente, que é onde estão os índices maiores de pobreza, do Norte, em outras regiões do Norte, e, enfim, no semiárido brasileiro, onde estão as piores mazelas, com os maiores índices de mortalidade infantil, maiores índices de doença de Chagas, maiores índices de desemprego, muitas das misérias e digo até a menor densidade pluviométrica, porque chove menos no semiárido e, com isso, aumenta o número de secas e, quando chove, como recentemente choveu, ocorre uma calamidade. Hoje, 47 Municípios da Paraíba estão em estado de calamidade pública.

Então, Senador Vital do Rêgo, o Governo precisa, sim, que todos nós desta Casa, repito, independentemente de partido político, Senador Ferraço... Nós não podemos deixar de reconhecer que as ações do Governo, no que se refere a essas ações sociais e, principalmente, ao tema falado no dia de hoje, o da moralidade pública, têm sido no sentido de fazer com que, a cada dia, o povo brasileiro confie nas decisões da Presidenta, confie nas decisões dos seus integrantes maiores do Governo, que falam a mesma linguagem no sentido de moralizar e de cada vez mais contribuir para que, a cada dia, tenhamos um Brasil melhor, um Brasil de todos.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a me permite?

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Vital do Rêgo, V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Só para tentar demonstrar o sentimento do povo paraibano, compartilhando com V. Ex^a as suas expressões neste momento em que fala a respeito de diversas ações do Governo, eu queria nuclear, excepcionalizar uma, e esta na garupa dos últimos parágrafos do seu discurso. V. Ex^a falava que nós paraibanos recebemos um inverno com maior intensidade. Sempre digo que nenhum caririzeiro como eu e sertanejo como o senhor tem o direito de maldizer chuva, nós que vivemos olhando para o céu esperando que chegue logo a chuva no sertão. Então, essas chuvas, efetivamente, quando vêm de forma constante e trazendo alguns prejuízos materiais, elas precisam da ação enérgica, presente e permanente do Estado. Estou aqui há quatro anos, esse é o quinto ano – V. Ex^a com mais tempo do que eu, com um mandato a mais, de Deputado Federal. Quero fazer, Senador Wilson, um testemunho da rapidez, da presteza com que o Ministro da Integração Nacional tratou das nossas dificuldades, até porque é um nordestino, é um pernambucano. A Defesa Civil foi diligente, foi prestativa em um dos seus primeiros objetivos, que é a atenção social, atenção aos desabrigados, atenção aos desalojados. Lamentavelmente, no nosso Estado, o Governo não pode ou não quis retirar do caixa do Tesouro Estadual recursos para os 47 Municípios que estão em calamidade pública. Mas o Governo Federal chegou e encaminhou ao Governo do Estado recursos materiais, recursos por meio de remédios, de donativos, de ações que foram muito mais rápidas do que em outros anos, em outros episódios. Esse é o registro que eu quero pinçar do seu pronunciamento, enaltecedo a ação do Governo Federal, especialmente da Secretaria da Defesa Civil e do Ministério da Integração Nacional.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo. Com certeza, V. Ex^a, em todos os sentidos do nosso posicionamento, não só reconhece esse último, como, por exemplo, a atenção do Governo naquilo que se refere às necessidades do Nordeste, principalmente as mais recentes, como o excesso de chuva, no caso da Paraíba, elevando 47 Municípios ao estado de calamidade, como também na moralidade pública que o próprio Governo tem implementado, demonstrado e comprovado com suas ações nesses últimos tempos.

Isso significa dizer, num primeiro ponto, que nenhum auxiliar do Governo tem autonomia para fazer o que quer no seu Ministério que não seja dentro do

princípio da moralidade pública; segundo, que aquilo que interessa à população, como a necessidade de apoio do Governo no momento de uma emergência, de uma necessidade extrema, o Governo está presente, como V. Ex^a reafirmou nesse instante.

Também, não só para fortalecer o aparte de V. Ex^a, porque já enriqueceu demais, digo até além do limite naquilo que, de fato, precisávamos ser fortalecidos com suas palavras, comunico a V. Ex^a que estou lhe vendo depois de uma audiência recente com o Ministro da Educação. E o Ministro da Educação assegurou, há poucos instantes, em uma audiência que lá estive com ele, com o Deputado Wilson Filho e alguns Prefeitos, a realização de uma reunião, no próximo dia 12, na Paraíba, anunciando as ações para esses 47 Municípios que estão em estado de calamidade pública.

Então, isso comprova que o Governo não só está atento como também está disposto e preparado para atender as necessidades emergentes e urgentes da população e, além de tudo, a se dirigir, o Ministro da Educação, por intermédio de sua própria equipe, de seus próprios auxiliares, para anunciar ações, para anunciar atendimentos e soluções imediatas. Não é conversa fiada, como já ocorreu muito no passado. São ações imediatas para os 47 Municípios, como, por exemplo, construção e recuperação de escolas, atendimento às necessidades da população, de modo que nenhum aluno, nenhum estudante, nenhum pobre daquele Estado, em emergência ou não, fique fora da sala de aula por falta de apoio do próprio Governo.

Portanto, parabéns ao Ministro Haddad por esta decisão. Parabenizo também a Presidenta Dilma, porque a decisão do Governo, da Presidente, é que faz com que o Ministro esteja autorizado a tomar essas decisões em favor do povo, e não decisões que de fato denigrem o Governo e afetam o patrimônio público. Não! São decisões que atendam às necessidades da população.

Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância de V. Ex^a, dizendo que a solidariedade e a atenção de V. Ex^a como também de todos os companheiros nesse assunto, cada vez mais, não só fortalece o nosso posicionamento como também nos assegura e nos garante o exercício parlamentar e o direito de, com dignidade, representar nossos Estados – no meu caso, a Paraíba, no de V. Ex^a, o Estado de Goiás, e todos os demais que aí estão: o Senador Vital, também da Paraíba, o Senador Humberto Costa, de Pernambuco, o Senador Walter Pinheiro, grande representante da Bahia, a Senadora Lídice da Mata, também da Bahia. Enfim, todos aqueles que, de fato, contribuem diariamente para a construção de um Brasil melhor, de uma sociedade

mais justa, daquilo que todos almejamos para o povo brasileiro, que são melhores dias.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wilson Santiago.

Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Costa, Líder do PT, pelo tempo regimental.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, comemoramos no próximo domingo o 5º aniversário da Lei Maria da Penha, um verdadeiro divisor de águas na legislação brasileira no tocante à violência contra a mulher.

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, assegurou à mulher o direito à integridade física, sexual, psíquica e moral; criou mecanismos para combater e coibir a violência doméstica e familiar; ampliou a discussão sobre o problema; e encorajou mulheres vítimas de violência a denunciarem os seus agressores.

A Lei Maria da Penha estabeleceu avanços tanto na tipificação dos crimes quanto nos procedimentos judiciais e policiais. A violência doméstica passou a ser considerada uma forma de violação dos direitos humanos.

O Código Penal foi alterado para permitir que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada quando ameaçarem a integridade física da mulher. Medidas inéditas de proteção da mulher foram previstas na lei, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física da mulher e dos filhos em caso de risco à vida.

A aprovação da Lei Maria da Penha ensejou a criação de uma extensa rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, articulada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. A sociedade civil, que participou ativamente do debate em torno da criação da lei, assumiu juntamente com o Poder Público a missão de divulgá-la, exigir e fiscalizar o seu cumprimento.

Muito já se fez, mas ainda há muito a ser feito. Infelizmente as estatísticas de violência contra a mulher ainda são escandalosas. Recente pesquisa da Fundação Perseu Abramo aponta que, a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas no Brasil.

Um dos grandes obstáculos à mudança desse quadro é a resistência de parte das vítimas a denunciar seus agressores. Pesquisa realizada pelo DataSenado em fevereiro deste ano revela que quase um terço das mulheres agredidas afirma não ter denunciado o companheiro na primeira agressão.

A dependência financeira em relação ao agressor e o medo de não conseguir criar os filhos sozinha

são apontados por 36% delas como justificativa para o silêncio.

Número semelhante ao obtido pelo Instituto Avon em pesquisa recente, que ouviu homens e mulheres sobre o tema: para 47% dos entrevistados, as mulheres que não denunciam o agressor fazem isso por não terem condições econômicas de sustentar a si mesma e aos filhos.

Por isso, nobres colegas, mais do que comemorar o quinto aniversário da Lei Maria da Penha, gostaria de aqui propor o seu aperfeiçoamento. Apresentei hoje projeto de lei do Senado para garantir às mulheres vítimas de violência doméstica o direito de receber benefício de assistência social pelo prazo mínimo de seis meses. Para tal, proponho alterações na Lei Maria da Penha e também na Lei Orgânica de Assistência Social.

O benefício, no valor de um salário mínimo, seria concedido em casos de vulnerabilidade temporária da mulher, dando-lhe respaldo para denunciar o agressor e interromper o ciclo de dependência financeira e submissão à violência. A ideia é criar mais um mecanismo de proteção à mulher em situações que ameacem a integridade pessoal e a integridade familiar.

A violência contra a mulher na família é a principal causa de lesões em mulheres entre 15 e 44 anos no mundo, comprometendo 10% do PIB brasileiro e envergonhando todos, homens e mulheres que sonhamos e lutamos por um mundo de igualdade e justiça para todos.

Por isso, ao parabenizar os responsáveis pelos avanços conquistados com a Lei Maria da Penha, proponho que ela seja aperfeiçoada por este Parlamento, com a aprovação deste projeto concedendo o benefício eventual às mulheres vítimas de violência. Conto para tal com os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, hoje quero comentar desta tribuna alguns assuntos, mas começarei por onde terminou o Líder do PT, Senador Humberto Costa, registrando também aqui os cinco anos da Lei Maria da Penha.

Amanhã, esta Casa fará uma sessão especial, proposta pela Senadora Gleisi Hoffmann, hoje Chefe da Casa Civil. Na oportunidade, voltarei a me pronunciar, mas acho fundamental que, numa sessão normal deste Parlamento, com a presença de tantos homens, nós possamos trazer à baila a discussão, a comemoração, a reverência a essa conquista do movimento

de mulheres no Brasil, do movimento feminista em nosso País, que, durante muitos anos, elaborou, defendeu, lutou para que nós tivéssemos uma legislação especial, diferente, como a Lei Maria da Penha, que pudesse punir o agressor, aquele que violenta a mulher em nosso País.

No próximo dia 7, completa cinco anos que a Lei Maria da Penha foi sancionada. Foram muitas décadas de luta das mulheres e dos movimentos feministas até a promulgação dessa lei, que tem o nome de uma mulher que, durante seis anos, foi agredida pelo marido, até se tornar paraplérgica depois de sofrer atentado com arma de fogo e tentativa de assassinato por meio de afogamento e eletrocuação. A brutalidade sofrida por essa mulher, que é um símbolo de resistência e dignidade, está sintetizada no nome da lei criada para dar proteção às mulheres. Apesar de todas as atrocidades sofridas, seu agressor somente foi punido 19 anos depois e, mesmo assim, ficou preso apenas dois anos. É indispensável rememorar esse fato.

A dimensão do problema da violência contra a mulher pode ser avaliada com os dados já aqui citados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo, apresentada no Senado na Subcomissão da Mulher, presidida pela companheira Senadora Angela Portela, que nos revelou que, a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas no Brasil. A pesquisa mostrou ainda que 7,2 milhões de mulheres com mais de 15 anos já foram vítimas de agressões e 1,3 milhões foram agredidas em 2009. Há dez anos, eram oito as mulheres agredidas no mesmo período e quase mil e duzentos homens. Em um ranking composto por 73 países, o Brasil é o 12º com a maior taxa de homicídios de mulheres. Nossas taxas são piores do que a de países como México, África do Sul e Suriname. Entretanto, a violência letal é apenas a ponta do iceberg. Os dados existentes sobre agressões físicas, psicológicas, morais e patrimoniais são impressionantes: 43% das mulheres brasileiras já foram vítimas da violência machista; 33% já sofreram agressões físicas; e 6,8 milhões já foram espancadas.

Nesses cinco anos da Lei Maria da Penha, o grande avanço, sem dúvida, são as medidas protetivas impostas pelo Judiciário. Uma delas afasta o suposto agressor do convívio com a mulher. A lei incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro um conjunto de medidas para assegurar à mulher o direito à integridade física, sexual, psíquica e moral. A constitucionalidade de alguns artigos que estão sendo contestados, no entanto, traz à baila a necessidade de nós criarmos leis que diferencie e deem direitos aos desiguais que sofrem, enfrentam, de maneira desigual, a violência em nosso País.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, não podemos comemorar os dados que aqui apresentei. Pelo contrário, eles demonstram uma violência terrível, que precisa ser combatida e superada pelo Estado brasileiro, mas também demonstram que a nossa luta, que há tanto anos existe, a cada dia está sendo mais vitoriosa. A Lei Maria da Pena é uma conquista, sem dúvida, da participação política da mulher brasileira no Parlamento deste País.

Concedo um aparte ao Senador Vital do Rêgo.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Senadora Lídice da Mata, queria ter, no tempo do Senador Humberto Costa, tratado desse assunto, mas faço a ambos quando da presença de V. Ex^a na tribuna. Refiro-me ao momento especial, quando V. Ex^a fala, exalta a Lei Maria da Penha, mas conclama uma ação protativa, uma agenda positiva a partir desse Parlamento tão bem representado por mulheres como V. Ex^a, como a Senadora Gleisi Hoffmann, que foi a autora da propositura da sessão em homenagem, mas também com uma bancada feminina na Câmara dos Deputados da maior envergadura, de onde V. Ex^a saiu. E eu tenho certeza que esse ritmo, essa energia, essa luta contra a injustiça, contra o arbítrio, contra todo o tipo de violência – quer a violência moral, quer a violência física, quer a violência verbal – num tempo em que as nossas mulheres ainda primitivamente estão submetidas. Mas graças à força deste Parlamento espaços estão sendo dados, e V. Ex^a marca mais um tento, mais um gol no seu mandato evocando essa questão, trazendo este debate, convocando a sociedade brasileira para ser mais ativa. E eu peço vénia a V. Ex^a para dizer que nós temos que mudar a cultura da família brasileira, porque a maior vítima da violência está dentro de casa e, muitas vezes, por uma questão moral essa mulher agredida, essa mulher violentada, essa mulher que tem uma filha agredida, filha violentada, não vai à primeira delegacia especializada para prestar uma queixa contra o seu agressor. Então não é da noite para o dia que acaba essa cultura. A gente tem que continuar mudando e as transformações têm sentinelas importantes como V. Ex^a. O meu testemunho e minha solidariedade.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada Senador Vital do Rego.

Eu quero destacar justamente essa questão. Primeiro, a origem da violência contra a mulher. Ela se estabelece na origem de uma organização da sociedade, uma sociedade patriarcal, uma sociedade que mantém, portanto, uma visão de que a mulher não se pertence a si mesma – pertence a alguém –, e que por isso é dado a esse alguém o direito de violentá-la. A principal vítima dessa violência, além da própria mulher é a fa-

mília. São destruídos os valores da família, os valores da fraternidade, os valores da dignidade. Outra vítima são os seus filhos. Essa é uma violência diferente da sofrida pelo homem no conjunto da sociedade no dia a dia. É uma violência que parte de dentro da família, de alguém em quem a mulher confia e, às vezes, ama profundamente, do seu parceiro, do seu companheiro, muitas vezes dos filhos, parentes ou sobrinhos.

Portanto, a superação desse problema exige uma participação ativa na mudança da cultura da sociedade, exige, portanto, uma mobilização das mulheres. Ela é fruto dessa participação política das mulheres no Parlamento brasileiro. Por isso, quero registrar com alegria a comemoração desses cinco anos de conquista da Lei Maria da Penha.

Não está sendo fácil. Amanhã, faremos um balanço, com a participação de todas as Senadoras, do quanto já conseguimos avançar com prisões, com denúncias e também com a decisão do Supremo Tribunal Federal de realmente reconhecer a Lei Maria da Penha, porque alguns juízes e tribunais estavam se recusando a reconhecê-la. A Lei Maria da Penha é uma enorme vitória, uma vitória civilizatória do Brasil.

Para finalizar, Sr. Presidente, tratando de outro assunto, mas ainda tratando de mulher, eu gostaria de expressar a minha solidariedade e os meus parabéns à Presidente Dilma. A Presidente Dilma chega ao sétimo mês de governo como a primeira mulher a governar este País sofrendo todo tipo de ataque.

No início do seu governo, quando o Presidente Lula começou a expressar algumas opiniões sobre a política brasileira, imediatamente trataram de caracterizar que ela era nada mais nada menos do que uma marionete do Presidente Lula, a repetir as suas opiniões, que ela não iria governar com independência, porque quem governaria, de fato, nos bastidores seria o Presidente Lula.

É a velha cantilena machista que se faz quando qualquer mulher assume um pedaço de poder neste País. Eu sofri isso na prefeitura de Salvador e outras tantas mulheres continuam a sofre o mesmo nas prefeituras, nos governos de Estado. Sempre que uma mulher assume a presidência ou uma posição no Poder Executivo, há sempre um homem que é o verdadeiro líder e essa mulher é apenas a transmissora do poder desse senhor. É a velha cantilena machista.

Quando o Presidente Lula saiu um pouco de cena, imediatamente disseram que ela era uma Presidente dominada pelo Ministro Palocci. Nada ela decidia, era o Ministro Palocci quem decidia. E a Presidente Dilma, no primeiro momento em que foi necessário, tomou a decisão de cortar na sua própria carne e tirar um ministro dos mais destacados do seu próprio Partido, de-

monstrando a sua competência, a sua independência, a sua firmeza e responsabilidade no governo deste País.

Agora, uma nova crise surge no Governo e ela volta a tomar uma posição correta, digna, demonstrando que tem as rédeas do comando do Governo ao premiar o Brasil, esta semana, com um pacote de medidas para a economia, visando à proteção da indústria nacional, do emprego dos brasileiros e do mercado nacional.

Ora, alguns se apressam em dizer que são medidas insuficientes. Ela própria reconheceu a insuficiência dessas medidas e anunciou que se tratava do início de um pacote de medidas econômicas que viriam no sentido de proteger a economia brasileira, hoje, como toda economia no mundo, ameaçada por tensões econômicas que partem do centro do capitalismo, dos Estados Unidos, e deixam diversos países do mundo, aliás todas as nações do mundo, preocupadas e tensionadas. É a Europa, o Velho Mundo completamente ameaçado, sem parque industrial, sem capacidade de reagir à crise, com diversos países berços da civilização ocidental, como a Grécia, absolutamente na bancarrota, assim como os Estados Unidos, que ainda não conseguiram sair da crise econômica que ameaça a sua estabilidade.

No entanto, no Brasil, apresenta-se um pacote de medidas na economia que inicia o debate sobre a proteção do parque industrial brasileiro que é imediatamente atacado. Mesmo esta Casa – quero dizer que não fujo a esta discussão –, quando nós deveríamos estar apoando, sim, as medidas tomadas pela Presidente, no sentido de fazer com que ela tenha força para enfrentar a crise econômica que se assoma no mundo e fortalecer as medidas de combate à corrupção que toma o seu governo, ainda assim esta Casa tem o interesse maior de colocá-la como se estivesse fazendo um governo que não apresenta nada de novo. Apresenta, sim, algo de novo. Está à frente da Presidência da República uma mulher que foi eleita, pela primeira vez, para dar continuidade a um projeto político que mudou a feição social deste País. Mais do que isso, além de ser a Presidente da República para continuar esse projeto político, ela tem o dever, a obrigação e o compromisso de aprofundar e radicalizar o processo de democratização do País. Ela faz isso apresentando um programa de superação da miséria, faz isso escolhendo a educação como a meta principal do seu Governo, faz isso assumindo uma postura de comando real de um governo e da Presidência da República como a primeira mulher a governar este País. Tenho certeza de que a Presidente Dilma é motivo de orgulho para toda e qualquer mulher brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, caros Srs. Senadores, além de comemorar os cinco anos de conquis-

ta da Lei Maria da Penha, quero, como mulher, como Senadora, comemorar o fato de nós termos a primeira mulher Presidente deste País, conduzindo com dignidade o rumo desta Nação, e, além da dignidade moral e política com que vem conduzindo a Nação, fazendo isso com a atenção devida a todos os problemas que se apresentam, em especial com o cuidado de manter a economia sob domínio para impedir que a inflação volte a ser a grande preocupação e a grande destruidora da economia das famílias brasileiras e dos trabalhadores brasileiros, mantendo os princípios necessários para que a economia do País se mantenha também crescendo, mantendo os investimentos governamentais e, agora, mantendo e desenvolvendo, no Brasil, o debate produtivo indispensável de proteção da indústria nacional.

Quero, portanto, parabenizar a Presidente Dilma pela forma como vem conduzindo o nosso País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não. Para finalizar, V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Lídice da Mata, Leonardo Boff, em seu livro sobre o voo da galinha e nos seguintes, a certa altura, menciona que nós homens precisamos nos dar conta de que será muito bom alternarmos homem e mulher nos postos de maior responsabilidade e de comando, porque a mulher tem certas características, certas qualidades que são diferentes das que nós temos, uma certa sensibilidade para certos aspectos da vida que diferem da que nós, homens, temos. Por causa disso, se realmente fizermos essa alternância, a sociedade vai evoluir muito, no rumo de maior civilidade para construir uma melhor civilização. O que V. Ex^a está agora afirmado a respeito das qualidades, das tomadas de decisões por parte da Presidenta Dilma Rousseff confirma isso. V. Ex^a destaca muito bem as qualidades que fazem com que a Presidenta Dilma Rousseff esteja hoje sendo reconhecida por V. Ex^a e pelo povo brasileiro nessas suas decisões diante de situações muito difíceis e também na hora de definir rumos seja no Plano Brasil sem Miséria, seja, agora, no Plano Brasil Maior, e assim por diante. Meus cumprimentos a V. Ex^a, que externa com muita qualidade essa percepção.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Encerro o meu pronunciamento.

Durante o discurso da Sra. Lídice da Mata, o Sr. Cyro Miranda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senadora Lídice, pelo pronunciamento.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo Filho, pela Liderança do PMDB.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental que, com certeza, será suficiente para V. Ex^a expor aquilo...

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB). Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Com absoluta certeza, meu caro conterrâneo, Senador Wilson Santiago, até porque os olhares nem sempre angelicais do Senador Lindbergh estão ali me fulminando.

Trago dois assuntos rápidos, um com muita satisfação.

Certa vez, perguntado, entre amigos, um daria a notícia a outro... Normalmente, nós colocamos essa questão dentro dos colóquios amistosos. Eu tenho dias notícias para dar, uma boa e uma ruim. Qual o senhor quer receber primeiro? Então, na verdade, eu quero, Sr. Presidente Wilson Santiago, Sr^{as}s e Srs. Senadores, começar pela boa, como V. Ex^a pediu, Senador Santiago.

A Paraíba, essa Paraíba de Lindbergh é impressionante. Ela, um Estado pequeno, consegue ter um povo forjado na luta, no sofrimento e se agiganta.

Pois bem, Senador Lindbergh, trago uma notícia que V. Ex^a vai adorar, como um paraibano genuíno. Um menino, um paraibano chamado Felipe Abella Cavalcante Mendonça de Souza, aluno do curso de Ciência da Computação da nossa Universidade Federal de Campina Grande, simplesmente conquistou a medalha de ouro na Olimpíada Internacional de Informática, realizada na cidade de Pattaya, na Tailândia. Imagina!

A Olimpíada Internacional de Informática é uma das cinco olimpíadas acadêmicas mundiais para estudantes de ensino superior, e sua criação foi sugerida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, UNESCO, com a primeira edição em 89, na Bulgária.

Além de ter conquistado a medalha de ouro, Felipe terminou a competição como terceiro colocado geral. De 600 pontos possíveis, esse paraibano campinense conseguiu 598. De 600 pontos possíveis.

No total de medalhas, o Brasil superou concorrentes como Inglaterra, França, Canadá e Alemanha, equipes com tradição na competição, segundo a Sociedade Brasileira da Computação.

Os estudantes brasileiros foram selecionados durante a Olimpíada Brasileira de Informática, organizada pela Sociedade Brasileira de Computação e pelo Instituto de Computação da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

Ontem, alunos e professores lotaram o Centro José Farias da Nóbrega, na UFCG, para homenagear

o medalhista que recebeu troféu da primeira-dama do Município, Ana Claudia Vital do Rêgo.

A Paraíba e os paraibanos, meu caro Presidente Wilson Santiago, enfrentaram e enfrentarão barreiras para tornar cada vez maior o Brasil gigante, como nós todos merecemos.

Esta é uma homenagem que faço a esse menino Felipe Abella, que foi gigante, que foi grande, como a nossa Campina, como a nossa Paraíba.

Sr. Presidente, agora, a ruim.

Lamentavelmente, tenho que informar aos senhores e ao Brasil que estamos vivendo na Paraíba uma profunda, Senador Cyro, meu querido amigo, uma profunda crise institucional.

O Governador de Estado, eleito democraticamente, iniciou o seu governo fazendo um alarde muito grande sobre aquilo que recebeu, sobre o passado financeiro que recebeu. Com a curiosidade de quem é hoje oposição, colocado pelas mãos do povo, eu, efetivamente, fui buscar razões para aquelas argumentações. E não as encontrei, porque, efetivamente, o Governo do PMDB entregou ao Estado da Paraíba, nos cofres do Estado da Paraíba, uma quantia de R\$400 milhões. Está, hoje, consolidado no sistema Sagres do Tribunal de Contas do Estado.

Mas, Senador Cyro, agradeço a sua atenção.

Esse homem, de forma desordenada, atacando o passado, brigou com o presente e nos apresenta um futuro de incerteza. Atacando o passado, brigou com todas as categorias do Estado: professores, servidores da educação, servidores da saúde, funcionários públicos. Demitiu 18 mil pessoas de uma vez só e, em seis meses, ele conseguiu a proeza de ser a unanimidade em termos de rejeição na Paraíba.

Mas o senhor sabe o que ele fez agora, Lindbergh? Ele simplesmente vetou a LDO que previa a manutenção de uma situação criada em 2007, em que os poderes constituídos do Estado – Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Assembleia Legislativa – tinham um percentual sobre a receita líquida do Estado, o que garantia a autonomia, o funcionamento. Esse percentual era repassado aos poderes automaticamente, de acordo com a receita líquida do Estado. O Tribunal de Contas recebia 1,74%; o Ministério Público, 2,99%; a Assembleia Legislativa, 3,77%, e o Tribunal de Justiça, 6,95% da receita líquida. O encaminhamento da LDO, por ser um encaminhamento do Poder Executivo, não veio com esses percentuais já estabelecidos desde 2007.

O que fez o Deputado Vitoriano de Abreu, da Cajazeiras de V. Ex^a, da nossa querida Cajazeiras? Implantou uma emenda imediatamente à LDO. Sanneou o problema.

E agora nós estamos sabendo a notícia de que, de forma peremptória, o Governador do Estado vai, simplesmente, ao vetar esse dispositivo legal, implantando pela Assembleia, mantendo uma tradição de tantos anos, ele vai deixar sem certeza, sem planejamento estratégico, sem definição os repasses dos duodécimos para esses poderes.

Imediatamente, houve, por parte da Associação dos Magistrados do Brasil, seccional paraibana, uma movimentação para tentar convencer o Governador.

São palavras do juiz Antônio Silveira, juiz presidente da Associação dos Magistrados:

Para se ter uma ideia da gravidade da situação, temos atualmente no Estado um déficit de mais de 80 juízes, já se levando em consideração as 20 vagas que serão preenchidas ao término do concurso vigente e as que foram criadas pela Loje, a Lei de Organização Judiciária do Estado. Comarcas importantes como Sousa, São Bento, Uiraúna, Coremas, Boqueirão, Campina Grande e até mesmo João Pessoa estão sem juízes ou com número insuficiente de magistrados.

Continuando, Silveira diz: "e com número reduzido de juízes e de funcionários nas 78 comarcas do Estado, o Poder Judiciário não conseguirá dar cabo aos seus quase 500 mil processos em andamento", além de impedir a instalação de novas varas, como a da violência doméstica, aqui falada agora há pouco na discussão da Lei Maria da Penha, e dos juizados especiais e de prejudicar concursos públicos, nomeações de juízes e funcionários. Isso, na magistratura.

E os senhores podem perguntar: também no Ministério Público? Indiferente. No Tribunal de Contas? A mesma coisa. Mas o Estado, a arrecadação do Estado, Senador Wilson Santiago, de janeiro a junho, cresceu 32%. Os números de janeiro a junho dão um superávit, comparados a 2010, de R\$381 milhões. Então, não há nenhuma dificuldade de caixa, não há nenhuma dificuldade financeira, não há nenhuma dificuldade orçamentária, não há nenhuma dificuldade econômica, porque está provado que a arrecadação cresceu.

E o Governador do Estado amputa, acaba, engessa todo o planejamento estratégico dos poderes constituídos na Paraíba, definindo, de uma vez só, o poder centralizado em suas mãos, como se não existisse um Estado democrático de direito.

A minha solidariedade ao presidente desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, do nosso Poder Judiciário. A minha solidariedade ao Conselheiro Fernando Catão, presidente do Tribunal de Contas do Estado; ao promotor de Justiça, representante do

Ministério Pùblico à reunião, Bertrand Asfora, representando o Dr. Osvaldo Trigueiro do Vale, além do Dr. Juiz Antônio Silveira e do Desembargador Leôncio Teixeira, representantes da Associação dos Magistrados da Paraíba.

Ao final deste pronunciamento, para configurar aos senhores a gravidade dessa crise institucional que está acontecendo na Paraíba, passo a ler o manifesto desses poderes: do Legislativo, por intermédio do Presidente Ricardo Marcelo da Assembleia Legislativa, do Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Pùblico.

Diz a nota:

Em reunião hoje na Assembleia legislativa, os presidentes do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e o representante do Ministério Pùblico da Paraíba manifestaram irrestrito apoio ao Presidente da Assembleia do Estado para que promulgue e publique a LDO, sem vetos, na íntegra, por considerarem que o Presidente da Assembleia cumprirá o seu dever legal previsto na Constituição Estadual.

Até o dia 20 de agosto, a Comissão Interpoderes, atendidas as conveniências de agenda, voltará a se reunir para discutir as providências cabíveis, reposições e transferências já acontecidas e ainda regras e orientações que deverão vigorar até o final do ano.

Quero me somar ao apelo da sociedade da Paraíba, dos juridicionados paraibanos, dos cidadãos paraibanos que precisam desses poderes e que estão vendo limitadas as ações e a autonomia desses poderes. Quero me somar, apelando a todos os Deputados, indistintamente, da bancada de oposição e da bancada de situação do Estado da Paraíba, para um gesto de independência, de alívio, de espírito público e de respeito ao povo paraibano, em manter sem os vetos a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Não deixemos prosperar um Estado totalitário, um espírito totalitário, na linguagem francesa *l'Etat c'est moi*, porque, na verdade, não se configura um momento como este que nós estamos vivendo de amplitude democrática com o que está acontecendo no meu querido Estado da Paraíba.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Cyro Miranda, do PSDB de Goiás.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Wilson Santiago.

Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, não sou adepto da astrologia, mas, a julgar pelas nebulosas que se colocam sobre o atual Governo, está configurado um inferno astral longo e prolongado.

Na área econômica, praticamente ninguém duvida de que a meta da inflação para 2011 e 2012 foi para o espaço. Somente uma reviravolta dos astros seria capaz de justificar o otimismo da equipe econômica quanto a se atingir o centro da meta da inflação até mesmo em 2013.

As medidas para tentar conter a desvalorização do dólar revelam-se uma incógnita com grande possibilidade de fracasso, mesmo diante da aprovação para um aumento de endividamento dos Estados Unidos.

O Programa de Aceleração do Crescimento, o famoso e mirabolante PAC, está literalmente empacado, não anda desde o início do Governo, como admite a própria Ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

A desaceleração da indústria nacional, que coloca em risco o patrimônio construído ao longo de décadas, já é reconhecida inclusive por parlamentares do Governo. Enfim, o atual Governo nessa parte não vai bem, vai muito mal.

Mas, Sr. Presidente, nada disso é tão grave quanto os sucessivos escândalos de corrupção que literalmente infernizam a vida do Governo da Presidente, num verdadeiro efeito dominó.

Sem dúvida, a confluência dos astros não se revela nada favorável ao Governo da Presidente Dilma, que tem o dever e a obrigação de desarmar os esquemas de corrupção montados em sua base de sustentação.

É inadmissível a forma como o dinheiro público tem sido desviado em diversos órgãos do Governo, sob a liderança de diferentes partidos. A verdade é que, diante dos acontecimentos, o mensalão está virando fichinha, coisa pequena, miúda.

Vejam, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a questão do Dnit: a aprovação do Sr. Pagot, indicado pelo Governo Lula para ocupar o cargo de diretoria do Dnit, foi cercada de um conjunto de questionamentos quando da sabatina na Comissão de Serviços de Infraestrutura, porque a fama do indicado parecia correr de longe.

Agora, está claro que, não fosse o trabalho investigativo da imprensa, nada teria ocorrido por parte do atual Governo. O Pagot continuaria fazendo das suas.

Verdade seja dita: todas as ações tomadas pela Presidente Dilma têm vindo a reboque da imprensa. Se a imprensa denuncia, o Governo se mexe, demite, exonera.

Mas o quadro de corrupção é tão grave que dificilmente as denúncias e os escândalos vão parar. O que está ocorrendo nas diferentes esferas do Governo tem sido sistematicamente denunciado pelo Tribunal de

Contas da União há anos, mas tudo tem sido ignorado até que os escândalos estouraram, como bem observa o Procurador Marinus Marsico, em matéria publicada na revista *IstoÉ*. “Não é novidade para nós. Não há técnico do TCU que não reconheça os problemas do Dnit”, continua o Procurador.

O fato é que os escândalos estouram para revelar uma relação promíscua entre os interesses políticos e partidários e a iniciativa privada. Num português claro: há troca de favores milionários. Há uma troca de doações para campanhas por obras superfaturadas em valores bem superiores ao que deveria ser pago com o dinheiro do povo brasileiro.

O Governo está loteado, fatiado e bem dividido entre suas bases de sustentação, de uma forma que contraria o espírito republicano, a democracia e o Estado de direito.

O que se vê no Dnit é o mesmo conluio verificado no Ministério da Agricultura. E está aí para todo mundo ler em matéria publicada pela revista *Veja*: de acordo com o ex-Diretor Financeiro da Conab, Oscar Jucá Neto, “existe um consórcio para controlar a estrutura de comando no Ministério da Agricultura. O objetivo é um só: arrecadar dinheiro, numa situação pior que a do Dnit”.

Mas a corrupção no Governo da Presidente Dilma não para por aí. A revista *Época* publicou entrevista com a advogada Vanuza Sampaio, que diz ter sido literalmente extorquida por esquema na Agência Nacional do Petróleo para beneficiar mais outro partido da base de sustentação do Governo. Trata-se de um jogo pesado e torpe que envolve a tramitação de processos pela Superintendência de Abastecimento. Ou se contribui com o esquema montado na ANP ou os processos não andam. A denúncia foi feita à Polícia Federal e ao Ministério Público, mas, desde então, a advogada tem sofrido ameaças de morte.

E o pior, Sr. Presidente, é que nem mesmo a Controladoria-Geral da União escapa de denúncias de desvios de recursos originalmente destinados ao programa de combate a práticas nocivas ao Erário, mas usados para lanchinhos, viagens, contas de água e limpeza dos Ministérios.

Diante desse quadro de corrupção endêmica, não temos dúvida de que o primeiro passo a ser dado é a aprovação de uma CPI para investigar preliminarmente os esquemas de corrupção existentes no âmbito do Ministério dos Transportes. Mas o Governo não quer e assim não será. Boicotou todas as ações feitas pela oposição.

Mas, como nosso desejo maior é contribuir para a edificação de um Brasil grandioso e fundado nos alicerces da democracia moderna, temos o dever de

dizer aqui da necessidade de uma profunda reforma do Estado, bem como de uma reforma política.

A sociedade brasileira não tolera mais a prática do fatiamento do Estado em que se nomeiam indicações políticas em favor de interesses partidários, mas em detrimento do interesse público.

Como salienta o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília, “o Governo Dilma é um presidencialismo de coalizão, em torno do qual gravitam 14 legendas, todas ávidas por um bom pedaço do bolo. E os pedaços mais atraentes são aqueles com mais recursos, como o do Ministério dos Transportes, das Cidades e do Turismo”.

Para acabar com essa relação inaceitável entre o público e o privado, é preciso seguir o exemplo de países como os Estados Unidos e Inglaterra.

Nos Estados Unidos, observa David Fleischer, quando algum Senador ou Deputado resolve assumir um cargo no governo, tem de renunciar ao mandato.

Na Inglaterra, apenas o ministro e o secretário executivo de um ministério são indicados politicamente. Os demais escalões são preenchidos exclusivamente por funcionários de carreira.

Mas não é só isso, Sr. Presidente. Aqui no Brasil todos esses escândalos resultam, na maioria das vezes, na exoneração dos acusados, e, no máximo, em manchetes de jornais, mas ninguém vai para a cadeia. No máximo, um constrangimento de uma semana, e o dinheiro não é devolvido. O Erário é mais uma vez lesado.

Por outras palavras, substituem-se as peças, mas o jogo da corrupção continua até que outro escândalo ganhe destaque na mídia.

Isso só vai acabar com a profissionalização do Estado, como sempre desejou o ex-Ministro Bresser Pereira, porque o servidor de carreira, como gestor, dificilmente se envolve em esquemas e falcaturas.

Hoje, o que se vê é impressionante e inadmissível até para os leigos em administração pública: a disputa pelos cargos se dá do primeiro ao terceiro escalão de governo e compromete o interesse público, em razão de boa parte dos gestores não pertencer às carreiras do serviço público. Esse é o grande mal.

O Governo Fernando Henrique Cardoso, Sr. Presidente, deu um passo significativo no sentido da modernização do Estado, quando criou o sistema de agências reguladoras, com perfil técnico e gerencial, como ocorre na maioria dos países desenvolvidos.

Mas o que se vê hoje, neste Governo, é o aparelhamento político, também, dessas importantes instituições do Estado regulador, tão importantes na economia de mercado.

Sr@s e Srs. Senadores, nós temos o dever de investigar a fundo os escândalos do atual Governo, porque vamos ser duramente cobrados pelas urnas se ficarmos inertes diante de tantos desmandos. Mas creio que a tarefa maior do Congresso Nacional é a de oferecer como legado às gerações futuras um sistema político capaz de estabelecer uma barreira definitiva entre os interesses privados e os interesses públicos. Esta é, sem dúvida, a tarefa inadiável que se coloca diante de nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr@s e Srs. Senadores, creio que esses debates que, de certa forma, polarizaram esses últimos dias... Tanto me refiro aos últimos dias do período que deu início ao recesso como também aos últimos dias que antecederam a volta dos trabalhos aqui na Casa, e aí me refiro, principalmente, a essa ação desenvolvida particularmente pela oposição na expectativa de que pudessem colher, como Senadores de oposição, assinaturas suficientes para um processo de CPI e, ao mesmo tempo, para uma verdadeira, eu diria, escalada de debates envolvendo as Comissões.

Quero salientar aqui e reafirmar uma posição importantíssima que assumimos, meu caro Suplicy, na Bancada do PT aqui do Senado, em sintonia com a Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, de que nós apoiaríamos, como fizemos através de requerimentos, a participação de Ministros do Governo Dilma em diversas comissões das duas Casas, tanto na Câmara quanto no Senado Federal, numa demonstração muita clara de que não há motivos inclusive para um processo de participação do Parlamento na cobrança a Ministros, na indagação a Ministros, no questionamento a Ministros sobre a sua pasta, sobre as denúncias, sobre a gestão, enfim, de todas as formas, num processo extremamente aberto e, eu diria, até extremamente amplo do ponto de vista das investigações.

Ao longo da minha vida, eu tenho me posicionado muito firmemente acerca da apuração de todos e quaisquer fatos. CPI é um instrumento de apuração – nenhum problema. Não tenho problema nenhum quanto a essa questão, apesar de que, como atitude parlamentar, sempre tenho optado por não participar como membro das comissões parlamentares de inquérito. Tenho sempre como referência do mandato as esferas em que posso atuar. Portanto, não é esse

o embate que a gente, de certa forma, tem produzido na própria questão que envolve a participação parlamentar em todos os processos de apuração.

É bom salientar que, na etapa de apuração, o nosso trabalho se encerra e entra em ação o trabalho do Ministério Público e do Judiciário. O resultado, meu caro Wilson Santiago, de todas as CPIs nesta Casa – todas de que eu me recordo –, foi remetido para a instância judiciária. Nós não temos o poder de julgar e, portanto, sentenciar ou, eu diria, até condenar, como poder de Justiça, esse ou aquele aqui submetido a um processo de investigação, apuração, oitiva ou coisa do gênero.

Deixe-me lembrar de uma coisa importante. Até me recordo de que, na segunda-feira em que saiu a denúncia acerca das relações e do trabalho do ex-Ministro Antonio Palocci, em conjunto com o Senador Suplicy, nesta tribuna, defendemos aqui, no microfone, que o Ministro Palocci devia explicações públicas e inclusive deveria apresentar publicamente as respostas, até porque, naquele momento, ele exercia um cargo público e é tarefa dos homens públicas prestar contas.

Portanto, acho que é importante que nós façamos, no dia de amanhã – já apresentamos requerimentos em diversas comissões -, a aprovação dos requerimentos. Em comum acordo com o PMDB, meu caro Wilson Santiago, vamos ter oportunidade de trazer aqui o Ministro Rossi, da Agricultura; em acordo com o PMDB, com o PR, com o PT, com o PP, vamos trazer o Ministro Afonso Florence, do MDA, para falar de sua pasta; o Ministro Mário Negromonte, das Cidades; o Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Lima, em comum acordo com o PCdoB – ele é membro do PCdoB. Portanto, todos os partidos da base do Governo – todos – apresentaram aqui requerimentos para que esses ministros venham à Casa, para que eles falem para a Casa e para que eles apresentem aqui, de corpo presente, todas as suas ações.

Mas quero chamar atenção aqui para uma coisa muito importante. Há etapas, em um processo de apuração, que são importantes que se processem na esfera ou da Polícia Federal ou do Ministério Público ou do Judiciário, se já temos material colhido, se há investigações. No dia de hoje, votamos aqui a recondução do Procurador-Geral da República, que tomou atitudes agora, por exemplo, remetendo para o Judiciário vários Deputados – quanto a Senadores, não me recordo se tem algum – ou Parlamentares que vão responder, no Supremo Tribunal Federal, a acusações de envolvimento em diversas ações. Por exemplo, a ação desse procurador não dependeria mais de voltar a esta Casa para ter análise em nenhuma comissão. O que iríamos fazer? Reapurar aquilo que já está apurado?

Portanto, a Presidente Dilma tomou a atitude de abrir, através da CGU, das esferas apropriadas, toda a leitura sobre todos os fatos envolvendo membros do Governo. A partir daí, essas instâncias remeterão às instâncias apropriadas para um processo de apuração.

Então, quero insistir que a atitude assumida por nós aqui – e me refiro a diversos Parlamentares da base do Governo – foi uma atitude de abrir completamente, como fizemos com Aloizio Mercadante, como fizemos com o Pagot na comissão a que veio, a Comissão de Infraestrutura, como vamos fazer amanhã, Senador Eunício, em diversas comissões: apreciar os requerimentos, trazer os ministros à Casa para que eles possam falar, sem nenhum problema.

Agora, eu quero chamar atenção para uma coisa que é muito importante. Óbvio que uma CPI é instrumento de pressão: quer-se apurar e, ao mesmo tempo, quer-se fazer a pressão política. Aí, eu fico extremamente perplexo quando eu vejo – e eu poderia usar uma expressão interessante, que diz assim: “satanás pregando quaresma” – alguns, inclusive no dia de hoje, fazendo críticas e falando de CPIs e coisas muito parecidas, dizendo que é um absurdo... Eu estava ali agora, Senador Wilson Santiago, olhando a história – entrando ali na Internet e vendo o mês de maio de 2001. Eu era Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados e um bocado de satanás que pregou quaresma durante o dia de hoje aqui estava exatamente, em maio de 2001, pegando Deputado para levar até a Secretaria da Mesa para retirar assinatura de CPI. Então, eu desafio: eu não fui atrás de nenhum Senador aqui para retirar assinatura nenhuma. Ninguém me viu indo para a Mesa Diretora aqui ou para a Secretaria-Geral da Mesa, mas alguns que esbravejavam aqui, na imprensa e em outros lugares, falando da atitude desse ou daquele, num período bem recente, correram aqui os corredores para tentar retirar assinaturas – além de não assinarem a CPI, ainda pressionaram correligionários ou companheiros de partido para que eles retirassem as suas assinaturas. Então, é preciso que as pessoas tenham uma linha de conduta.

Aí, quero encerrar chamando atenção para uma coisa muito importante, que tenho cobrado desta Casa: a aprovação do PL nº 41, que foi aprovado na Câmara dos Deputados e que se encontra aqui inclusive com urgência urgentíssima. Trata-se do projeto de acesso à informação pública. Muita gente reagiu a esse projeto, dizendo que seria um projeto que ia devassar a história brasileira. Contar a história é importante para que todos nós saibamos o que ocorreu: o que foi a Guerra do Paraguai; quais foram as tratativas do Brasil com a Bolívia sobre o território do Acre; de que forma o Brasil

se relacionou com a Inglaterra com relação à Guerra do Paraguai. É conhecer a nossa raiz. Onde está o problema disso? Não há nenhum problema. Alguns diziam que nós podemos entregar alguns dados importantes do País, dados estratégicos. O projeto prevê que uma comissão vai julgar. E, se ela chegar à conclusão de que a informação pode ser classificada como ultrassecreta, essa comissão dirá que essa informação só poderá ser acessada com 25 anos, renováveis por mais 25 anos, portanto, com 50 anos. Daqui a 50 anos, Eunício, eu estarei com 102 anos. Espero estar vivo e, inclusive, espero chegar à mesma idade de meu avô, que morreu com 105 anos, mas não estarei mais como Senador da República, meu caro Suplicy. Impossível! O Senado, daqui a 25 anos, não terá mais a minha presença. Daqui a 25 anos, o Senado poderá inclusive ampliar as condições dessa lei, modificando-a.

É fundamental que nós aprovemos isso para além, ou melhor, ainda que consultar a história seja extremamente importante, o objeto da lei é muito maior do que isso. Por exemplo, o acesso à informação permitiria agora termos dados publicizados sobre as operações do Ministério dos Transportes, porque a lei prevê isso. A lei diz que caberá a cada governante, a cada homem público, como tarefa, publicizar todos os seus atos, colocá-los na rede de computadores, por meio de boletins, jornais, informações, para que o público possa acompanhar o que faz o homem público e possa saber que tipo de licitação está propondo, que tipo de contrato, que tipo de majoração em contratos. Então, isso serviria para fazermos uma fiscalização ampla, aos olhos da sociedade. Transparência plena e total!

Seria uma boa ferramenta para a CGU, o TCU, o Ministério Público. Essa lei aprovada permitiria, inclusive, corrigirmos distorções. Coloquemo-nos à parte do julgamento e digamos aqui, por exemplo, que um gestor pode se enganar – não estou falando de malversação com a intenção de se beneficiar. Digamos que alguém, por erro, produza uma ação que possa gerar prejuízo aos cofres públicos ou ter a característica de malversação. Ora, se isso é publicizado no extremo momento, *on-line*, na linguagem atual, é possível que nós, de forma rápida, corrijamos essa questão. É possível você ir lá e atuar para que isso não se processe.

Portanto, essa defesa veemente desse instrumento é importante. É o melhor instrumento, porque nem sempre o processo de apuração posterior significa o resarcimento aos cofres públicos ou a reparação do dano. Você pode até punir uma pessoa, cassar, pedir para prender ou coisa parecida, o que é correto, eu defendo que tem que ser desse jeito, mas é importante também que nós evitemos o prejuízo.

Então, se você se antecipa, se é possível fazer o acompanhamento *on-line*, é fácil você inclusive coibir a ação. É importante aprovarmos esta lei para que, inclusive, evitemos a malversação, o desperdício, a corrupção, porque são recursos que, quando desviados, evitam, de forma veemente, o atendimento às questões sociais, soluções em nosso País.

Quero dar um exemplo bem claro disso. Esta semana li uma reportagem acerca das multas nas agências reguladoras. Multa por não prestar serviço de energia, multa por não prestar serviço de telefonia ou até multa ou tentativa das agências na área de saúde, por exemplo, o que é pior ainda. Imaginem se uma agência vai punir um plano de saúde que não atendeu uma pessoa que precisava do atendimento médico. Imaginem: que multa vai devolver a vida de uma pessoa que deixou de ter o atendimento e morreu, Suplicy? Então, muito melhor que a multa é a ação para se evitar o descumprimento de contratos. Essa é importante.

Por isso que a publicização dos atos, a transparência é fundamental para que tenhamos a ação imediata, a reparação imediata e o atendimento aos nossos direitos por parte dessas agências.

Eu me lembro, Suplicy, de que, na época do “cadádeo”, eu era Deputado, mas foi aqui no Senado o debate sobre a questão com a Anatel e as empresas de telecomunicações. Eu vim acompanhar e fiz uma indagação a Guerreiro, que era o presidente da Anatel na época. Guerreiro, que, inclusive, foi companheiro meu do Sistema Telebrás, faleceu este ano. Foi uma grande figura no processo de condução da Anatel, não tenho a menor dúvida; técnico da mais alta competência. Fiz uma pergunta a ele: Guerreiro, e aí? Vamos aplicar multa nas empresas de telecomunicações, mas os telefones ficaram mudos! E o sujeito que não conseguiu falar, Wilson Santiago, com a sua mãe, com o pai, ou coisa do gênero? Ainda que a multa seja paga pela empresa de telecomunicações, essa multa vai para os cofres públicos, ou melhor, o pagamento dessa multa deve ser direcionado aos cofres públicos, mas esse pagamento não vai trazer de volta o alô, a palavra daquele dia em que não pude falar. Quantas empresas perderam a energia, tiveram a sua energia cortada, digamos assim, por conta de problemas nas empresas? Que multa as empresas de energia elétrica... Quais as multas que podem devolver negócios que não foram feitos, serviços que deixaram de funcionar, coisas que foram perdidas?

Portanto, é importante que nós nos ajustemos a essa nossa ação de combater a corrupção na esfera pública, na prestação do serviço; que nós ajustemos a esse nosso desejo de querer apurar toda e qualquer prática de corrupção medidas que, efetivamente, se

antecipem, que garantam a transparência, que deem aos órgãos de fiscalização e controle acesso imediato e direto a essas informações, para que possamos não só multar ou ter a expectativa de punir posteriormente, mas evitar que o fato se consagre. O fato consagrado é prejuízo a toda a população.

Por isso, venho aqui, mais uma vez, clamar, meu caro Suplicy, pela aprovação do Projeto de Lei nº 41. É uma boa ferramenta para, de uma vez por todas, tentarmos ajustar essas nossas medidas ao combate à prática de corrupção. Todo homem público tem obrigação de prestar contas, publicamente, dos seus atos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Walter Pinheiro.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem, Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para me associar a todas as homenagens prestadas pelo meu Ceará à memória de Monsenhor André Camurça, cuja longa vida foi inteiramente dedicada ao serviço de Deus e ao serviço do próximo.

Monsenhor Camurça iniciou sua vida sacerdotal como vigário paroquial de Maranguape.

Exerceu também cargos não eclesiásticos, como o de secretário estadual de Educação e membro da diretoria do Hospital Cura D'Ars.

Até recentemente, serviu como capelão da Igreja de São Bernardo, no centro da capital cearense.

Envio, Sr. Presidente, desta tribuna do Senado Federal meus sinceros pêsames aos familiares de Monsenhor André Camurça e a toda comunidade católica do meu Estado, representada pelo Padre Clairton Alexandrino e pelo Arcebispo D. José Antonio Aparecido Marques.

Tenho certeza de que, na paz do Reino dos Céus, onde se encontra agora, continuará intercedendo e zelando pelo bem de todos os cearenses. E dos brasileiros.

Era o que eu tinha a comunicar, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Será registrada, Senador Eunício Oliveira, de acordo com o Regimento, a homenagem de V. Ex^a, com grande justiça em relação à história de um cearense; além de cearense, religioso.

Senador Eduardo Suplicy, não estando presentes os demais oradores inscritos, na sequência está V. Ex^a.

Então, com a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Wilson Santiago, agradeço por aqui pacientemente estar presidindo a sessão até às 21h44.

Quero registrar da tribuna do Senado uma palavra mais forte sobre o Plano Brasil Maior, saudar a Presidenta Dilma Rousseff pelo lançamento deste programa, que estabelece as políticas industrial, tecnológica, de serviço e de comércio exterior para o período de 2011 a 2014. Tais ações estão articuladas em torno de um esforço integrado e abrangente de estimular investimentos e diminuir os efeitos negativos do real, valorizado sobre a indústria e o mercado de trabalho.

A economia internacional está imersa numa crise que se arrasta há mais de dois anos e os países avançados não dão sinais de resolução de seus problemas. Esse cenário impacta negativamente o setor industrial, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Assim, hoje se observa no setor manufatureiro mundial uma grande capacidade ociosa e uma busca de mercado a qualquer custo.

Na verdade, os Estados Unidos da América, através da ação do Presidente Barack Obama, realizou um esforço muito grande, nas últimas semanas, até que, ontem, finalmente, conseguiu um entendimento, depois de aprovação na Câmara e também aprovação no Senado, de um conjunto de medidas que permitirá aos Estados Unidos da América não realizar o chamado *default* mas são muitas as preocupações por parte de economistas, analistas, como o próprio Professor Paul Krugman, relativamente ao entendimento feito pelo Presidente Barack Obama para conseguir esse feito.

Espero que possa ali o resultado dessa decisão do Presidente, do Congresso Nacional norte-americano produzir perspectivas mais alvissareiras para todo o Planeta, inclusive para nós do Brasil.

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, ontem, no lançamento do Plano Brasil Maior, sintetizou esse quadro da seguinte forma: "Eu diria que estamos num cenário de concorrência predatória no cenário mundial. [...] Os países avançados têm manipulado o câmbio para aumentar a sua competitividade de forma artificial e nosso mercado está sendo apropriado pelos produtos importados".

No Brasil, esse quadro reflete na ampliação do peso dos produtos importados no mercado interno. Por exemplo, no segundo trimestre deste ano, a participação das importações no consumo doméstico de bens industriais atingiu 21,6%, o nível mais alto da série calculada pela LCA Consultores, desde 2002 – no

mesmo período de 2010, o número estava em 19,1%. Em 2002, o valor era 12,4%, segundo matéria veiculada hoje no jornal *Valor Econômico*.

Esse aumento reflete o crescimento das importações a ritmo bem superior ao da produção local, num cenário de câmbio valorizado e de expansão da demanda a um ritmo ainda razoável. A fatia dos importados avançou nos setores têxteis, de calçados e de móveis, assim como em outros segmentos importantes da indústria: produtos químicos, veículos automotores, máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

Diante desse quadro, nossas principais lideranças empresariais alertavam para crescente redução da competitividade da economia nacional que vem perdendo terreno para as importações e para a necessidade premente de o Governo tomar medidas visando reverter o processo de desindustrialização. A essas vozes somaram-se milhares de metalúrgicos da CUT e da Força Sindical que, em 8 de julho, fecharam a pista local da Via Anchieta, no ABC, e saíram às ruas de Mogi das Cruzes para protestarem contra a importação de veículos no Brasil e, ainda hoje, nova passeata foi feita em São Paulo para chamar a atenção do Governo Federal para o risco de desindustrialização e de perda de postos de trabalho e para que não se perca a perspectiva de melhoria de remuneração de direitos dos trabalhadores.

Em sintonia com esse clamor, a Presidente Dilma Rousseff afirmou em seu pronunciamento no lançamento do Plano *Brasil Maior*:

[...] assim com em 2008, o momento hoje exige coragem e ousadia. Como naquela ocasião, é preciso proteger a nossa economia, as nossas forças produtivas, o nosso mercado consumidor, o nosso emprego.

Hoje, mais do que nunca, é imperativo defender a indústria brasileira e nossos empregos da concorrência desleal, da guerra cambial, que reduz nossas exportações e, mais grave ainda, tenta reduzir o nosso mercado interno, que construímos com grande esforço e com muita dedicação. É urgente garantirmos condições tributárias e de financiamento adequadas ao estímulo dos investimentos produtivos e o estímulo à geração de emprego.

[Ainda, a Presidenta Dilma Rousseff, ressaltou]:

O nosso desafio é fazer tudo isso sem recorrer, ao mesmo tempo, ao protecionismo ilegal que tanto nos prejudica e que tanto criticamos; sem ameaçar a estabilidade macroeconômica do País, com intervenções abruptas e perturbadoras da economia, sem abrir mão

da arrecadação necessária para atender as demandas indispensáveis da população, principalmente nas áreas social e de infraestrutura; e, sobretudo, sem desrespeitar os direitos dos trabalhadores."

O plano será implementado pelos ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ciência e Tecnologia, agora chamado também de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. À frente desses ministérios estão os ministros Guido Mantega, Fernando Pimentel, Aloizio Mercadante e, na Presidência do BNDES, Luciano Coutinho.

O plano está estruturado em três grandes eixos. O primeiro constitui os Estímulos à Produção, Investimento e Inovação que abarcam a desoneração tributária e o financiamento à produção, inovação e ao capital de giro. O segundo eixo engloba a Defesa da Indústria e do Mercado Interno que se subdivide em incentivos à política de conteúdo local, regime tributário de incentivo à inovação, investimento, emprego e agregação de valor. O terceiro vetor é constituído pelos Estímulos às Exportações e Defesa Comercial que englobam a devolução de créditos tributários, o financiamento e garantias às exportações e a defesa comercial.

Dentre essas medidas do *Plano Brasil Maior*, destaco:

A nova política reduz a zero a alíquota de 20% para o INSS de setores sensíveis ao câmbio e à concorrência internacional e intensivos em mão de obra, tais como confecções, calçados, móveis e softwares.

Em contrapartida, será cobrada uma contribuição sobre o faturamento com alíquota de 1,5% para confecções, calçados e artefatos e móveis, e de 2,5% para softwares. O Tesouro Nacional arcará com a diferença para cobrir a eventual perda de arrecadação da Previdência Social. No total, a desoneração, em dois anos, será de R\$25 bilhões. A medida funcionará como um projeto piloto até dezembro de 2012 e seu impacto será acompanhado por uma comissão tripartite, formada por governo, sindicatos e setor privado.

Ainda na área de desonerações, estão previstos o atendimento mais célere dos pedidos de resarcimento de PIS/COFINS sobre bens de capital no valor de R\$19 milhões e a extensão, por mais 12 meses, da redução de IPI sobre Bens de Capital, material de construção, caminhões e veículos comerciais leves.

Criado por medida provisória, o REINTEGRA (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras) irá devolver em dinheiro ao exportador de bens industrializados 3% da receita da exportação, nos moldes da restituição do Imposto de Renda. O benefício é linear e está

de acordo com as normas da Organização Mundial do Comércio. O valor em dinheiro será depositado na conta do exportador, mas quem desejar também poderá usar os recursos para quitar débitos existentes junto à Receita Federal.

Para fortalecer a indústria brasileira, o decreto de implementação da Lei 12.349, de 2010, a Lei de Compras Governamentais, estipula uma margem de preferência de até 25% nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras.

A defesa comercial brasileira também será reforçada. A principal medida é o aumento do número de investigadores do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que passará de 30 para 120. Por sua vez, o prazo de investigação para aplicação de medidas antidumping será reduzida de 15 para 10 meses. Também será negociada, no âmbito do Mercosul, a flexibilização da administração das alíquotas de importação.

Para fazer frente à ampliação do número de produtos certificados, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) terá sua estrutura modernizada e ampliada. Passará a se chamar Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e atuará em aeroportos e portos para atestar a qualidade das mercadorias importadas que terão de respeitar as mesmas normas impostas aos produtos nacionais.

Ou seja, o Plano Brasil Maior é uma política de incentivo e fortalecimento da indústria nacional, englobando ações e medidas para o incentivo ao comércio exterior e ao setor de comércio e serviços com vistas a continuarmos com o ciclo virtuoso que nos levou à estabilidade macroeconômica.

Ao lado do *Plano Brasil Maior*, lançado ontem, dia 2 de agosto, a Presidenta Dilma Rousseff, em 2 de julho, lançou o Programa Brasil sem Miséria, com vistas à erradicação da pobreza extrema.

Eu gostaria de informar, Sr. Presidente, que ficou marcado para o próximo dia 23 de agosto, às 10 horas, terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos, em sessão conjunta da Comissão de Assuntos Sociais, a audiência pública em que a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e a Secretária Extraordinária do Programa de Erradicação da Pobreza Extrema, Ana Maria Medeiros da Fonseca, quando as duas estarão respondendo às perguntas, esclarecendo e expondo o Programa Brasil sem Miséria.

Será muito importante que possamos ali estar atentos aos objetivos e passos que serão dados nesse Programa, que agora se une ao Programa Brasil Maior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Eduardo Suplicy, pelo pronunciamento de V. Ex^a, no dia de hoje.

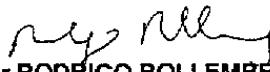
O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

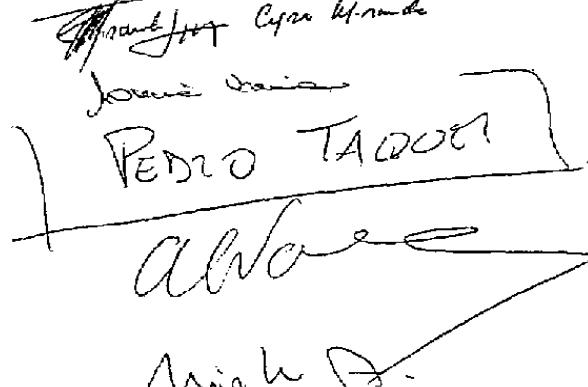
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2011

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente, no dia 22 de agosto do corrente ano, seja dedicado à comemoração especial dos 122 anos de nascimento de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas – a poetisa e contista brasileira Cora Coralina, nascida na cidade de Goiás, em 20 de agosto de 1889.

Sala das Sessões,


Senador RODRIGO ROLLEMBERG



O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O requerimento lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A SRA. Senadora Angela Portela e os Srs. Senadores Romero Jucá e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, venho hoje a esta Tribuna para falar da Semana Mundial de Amamentação, iniciada nesta segunda-feira e que vai até o dia 07, oportunidade em que o Ministério da Saúde e a Sociedade Brasileira de Pediatria promovem várias ações para assegurar às

mães as condições adequadas para que amamentem seus filhos até os dois anos de idade.

Esta é a recomendação da Organização Mundial de Saúde que aprovou, por iniciativa brasileira, não custa lembrar, a orientação para que nos seis primeiros meses de vida o recém-nascido seja alimentado, exclusivamente, com o leite materno.

Estas iniciativas são importantes porque, apesar desta recomendação da OMS, e apesar de o tempo médio de aleitamento no Brasil ter aumentado um mês e meio entre 1999 e 2008, somente 41% dos recém-nascidos são alimentados exclusivamente com o leite materno nos seis primeiros meses de vida, quando o percentual considerado ideal pela OMS seria 80%. Portanto, precisamos dobrar este indicador para chegar a um patamar satisfatório.

A Semana Mundial da Amamentação foi idealizada pela Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno e é realizada todos os anos em mais de 150 países com o objetivo de promover, proteger e estimular a prática do aleitamento.

Inúmeros estudos e pesquisas científicas atestam a importância do aleitamento materno e os benefícios para a saúde da criança, inclusive o seu desenvolvimento físico e cognitivo, assim como para a mulher e para o reforço das relações afetivas entre mãe e filho.

Sabemos da importância do leite materno para a formação da dentição, para o desenvolvimento do cérebro, para prevenir e evitar a desnutrição infantil, entre tantos outros benefícios.

Foi por essa razão que apresentamos na Câmara dos Deputados, em abril de 2007, Proposta de Emenda à Constituição, amplamente discutida com a sociedade e aprovada em várias comissões daquela casa, a fim de ampliar a licença maternidade de quatro para seis meses, para todas as trabalhadoras brasileiras.

Entendemos que a licença maternidade de seis meses, sem prejuízo do salário e da estabilidade no emprego, é o maior estímulo que a mãe pode ter para continuar amamentando por, pelo menos, os seis meses considerados essenciais pela Organização Mundial de Saúde.

Esta proposta já foi aprovada aqui no Senado Federal e esperamos, Sr. Presidente, que avance na Câmara para que todas as mulheres brasileiras tenham assegurado o direito de amamentar suas crianças. Quero, nesta oportunidade, inclusive, agradecer o apoio e a mobilização da Sociedade Brasileira de Pediatria, de seu presidente Dioclécio Campos, para que a licença maternidade seja ampliada para seis meses.

Cabe ainda destacar aqui que durante a abertura da Semana Mundial de Amamentação foi lançado o Guia dos Direitos das Gestantes, uma publicação do

Ministério da Saúde, portanto do Governo Federal, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Este guia está disponível na página do Ministério na internet e servirá como instrumento para capacitação dos agentes de saúde que atuarão junto às comunidades para estimular o acesso ao direito à amamentação.

Cabe também destacar algumas iniciativas do Governo Federal que tem como objetivo assegurar às mulheres um atendimento mais humanizado na hora do parto e todo o apoio necessário no pré-natal, pós-parto e na amamentação.

Entre estas iniciativas, a mais importante é o Programa Rede Cegonha, lançado pela presidente Dilma em março e que representa um conjunto de medidas para assegurar atendimento desde a confirmação da gravidez até que a criança tenha dois anos de idade.

Também no âmbito do Ministério da Saúde há outras iniciativas, entre elas a Rede Amamenta Brasil, para promoção e apoio ao aleitamento nas Unidades Básicas de Saúde, e o apoio à mulher trabalhadora que amamenta, que capacita profissionais para sensibilizar gestores e empregadores a adotarem uma série de medidas de apoio à amamentação.

São iniciativas importantes para, como afirmei anteriormente, assegurar que o Brasil amplie o percentual de crianças até os seis meses de idade que são exclusivamente alimentadas com o leite materno para um índice mais próximo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde, que é de 80%.

Por todas as razões aqui apresentadas, por todos os benefícios do aleitamento, tanto para o bebê quanto para a mãe, é que venho a esta tribuna para registrar a importância da Semana Mundial de Amamentação e para nos solidarizar com todos os profissionais de saúde, com os agentes de saúde da família e com os pediatras que trabalham todos os dias com o objetivo de estimular e promover o aleitamento materno.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – a sempre atuante CNC – tem demonstrado uma preocupação especial, e extremamente justificada, com a série de grandes eventos mundiais que nosso País sediará neste e nos próximos anos.

De fato, Sr. Presidente, até 2016 teremos realizado seis megaeventos, todos eles de grande visibilidade internacional: agora, em 2011, a quinta edição dos Jogos Mundiais Militares; em 2012, a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento

Sustentável; em 2013 e em 2014, respectivamente, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol; em 2015, as comemorações dos 450 Anos do Rio de Janeiro; e em 2016, finalmente, como coroamento de todo esse processo, os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Pois bem. A CNC, cumprindo o que se poderia esperar de uma entidade com as suas atribuições – e, mais ainda, cumprindo o que se poderia esperar de uma entidade sempre atenta às grandes questões nacionais –, realizou uma série de debates sobre a infraestrutura necessária à realização de todos esses megaeventos.

Os debates foram conduzidos em rodadas, cada uma delas contemplando um tema de grande relevância, como a situação dos portos e aeroportos, a segurança pública e a oferta hoteleira. E os resultados, Sr^{as}s e Srs. Senadores, foram condensados em uma publicação – *Infraestrutura Turística e Megaeventos* – que desde já se configura como fonte de consulta obrigatória para todos aqueles que se envolverão, direta ou indiretamente, com a realização desses megaeventos.

Hoje, Sr. Presidente, eu gostaria de destacar um dos temas debatidos pela CNC: “mobilidade e acessibilidade”. Ciente da importância estratégica dos transportes para o sucesso dos eventos, a entidade colocou em debate a situação atual e as perspectivas para o setor, dando ênfase a três pontos específicos: o transporte interestadual de passageiros, a mobilidade urbana e as condições de circulação das pessoas com deficiência.

Quanto ao transporte interestadual de passageiros, há notícias boas e outras um pouco mais preocupantes.

O setor rodoviário parece bem estruturado. Temos oito mil ônibus operando nas linhas regulares e outros 50 mil nas transportadoras de turismo, oferecendo todos eles, aos usuários, um serviço de boa qualidade. Os veículos – tanto os chassis como as carrocerias – são fabricados aqui mesmo, no Brasil. E se há desafios – como, por exemplo, a necessidade de se capacitar um número maior de motoristas –, eles seguramente podem ser vencidos.

As dificuldades são mais evidentes, porém, no transporte ferroviário e no transporte aéreo. O primeiro, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tem sido historicamente negligenciado em nosso País, e é pouco provável que a curto prazo – ou seja, até o encerramento do último desses grandes eventos – venha a ter uma participação muito maior que a atual na matriz de transportes. Já no que diz respeito ao transporte aéreo, sabemos todos que o Brasil está correndo contra o tempo, para

colocar seus aeroportos em condições de bem atender à demanda esperada.

Em termos de mobilidade urbana, Sr. Presidente, há praticamente um consenso de que os desafios são enormes. Também nessa área, ao longo de várias décadas, o Brasil investiu muito menos do que seria necessário. E quando investiu, infelizmente, deu ênfase ao transporte individual, esquecendo que só se consegue oferecer boa mobilidade urbana à população quando se concede prioridade ao transporte coletivo.

De modo que também aqui, Sr^{as}s e Srs. Senadores, corremos contra o tempo. Mantidas, por exemplo, as condições atuais da malha viária e da oferta de transporte na cidade do Rio de Janeiro, o nível de engarrafamento no horário de pico passaria dos 55 quilômetros registrados em 2003 para 133 quilômetros em 2016. E a situação nas demais cidades não seria muito diferente.

Por fim, Sr. Presidente, o encontro promovido pela CNC para discutir a mobilidade e a acessibilidade viabilizou uma discussão que, a bem da verdade, extrapola a preocupação com os seis megaeventos a serem realizados até 2016.

Refiro-me, Sr^{as}s e Srs. Senadores, às condições de circulação das pessoas com deficiência. Dados do IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revelam que 15% da população brasileira têm algum tipo de deficiência, o que significa que estamos falando, aqui, de aproximadamente 27 milhões de pessoas.

As conclusões, como se poderia prever, não foram nada animadoras. Nossas cidades simplesmente não estão preparadas para oferecer a essas pessoas as condições adequadas de locomoção. Por isso, também nessa área faz-se necessário, e urgente, um esforço gigantesco do poder público. E não apenas nas cidades que irão sediar os eventos, mas em todo o território nacional.

Essas, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, as rápidas considerações que faço sobre esse tema crucial debatido pela CNC. Aproveito para mais uma vez, na pessoa de seu Presidente – Antonio Oliveira Santos –, cumprimentar a entidade pela belíssima contribuição prestada ao País.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, primeiramente gostaria de registrar que é assegurado pela nossa Constituição, em seu artigo 9º, o direito de greve!

Compete sim, aos trabalhadores decidir em exercer ou não este direito respaldado constitucionalmente, bem como definir os interesses que devam por meio dele defender.

Tenho um Projeto, tramitando no Senado, na Comissão de Assuntos Sociais, que define os serviços ou atividades essenciais para os efeitos do Direito de Greve dos trabalhadores do regime geral, que é o PLS 83/2007.

Outro Projeto de minha autoria, também trata da mesma matéria, mas é específico dos servidores públicos.

Falo do PLS 84/2007, que hoje tramita aqui nesta Casa Legislativa, na Comissão de Assuntos Sociais e que define atividades e serviços essenciais para os efeitos de Direito de Greve especificamente dos servidores públicos.

Vale lembrar que o Direito de greve para a categoria está previsto na Constituição Federal no artigo 37, inciso VII.

É preciso salientar que, ambos os Projetos foram reapresentados aqui no Senado Federal, pois os projetos originais já foram apresentados na Câmara dos Deputados.

É um tema polêmico, mas seu debate é necessário...

Digo isso porque entendo que o trabalhador quando falta ao trabalho por motivo de greve, não o faz por "mero capricho", mas sim, pela necessidade de demonstrar à classe patronal e à sociedade, a sua situação remuneratória insustentável frente à sua necessidade mínima de sobrevivência.

Daí a relevância desta proposição, pois, a greve, é um instrumento legítimo de luta dos trabalhadores que deve ser utilizado como recurso no processo de negociação.

Lembro que, a Lei 8.632 de 1993 anistiou as lideranças sindicais de todo o tipo de punição sofridas desde a promulgação da Constituição de 1988 até a data da publicação da Lei.

Mas, o mesmo não ocorreu com os servidores públicos federais civis, pois eles ainda permanecem com restrições em suas vidas funcionais decorrentes de faltas por motivo de greve.

Por fim, quero frisar que o direito de greve, ao mesmo tempo que é uma garantia fundamental, é também um direito individual e coletivo!

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como segundo assunto, gostaria de dizer que foi uma bela vitória para a categoria dos taxistas a lei que regulamenta a profissão.

Uma vitória merecida, mas que pode ser acrescida de outro direito também muito importante.

Como todos sabem minha história está ligada a luta pela conquista de direitos para os trabalhadores.

Isso porque acredito que nosso País não seria o que é, se não fossem seus trabalhadores. Isso precisa

ser reconhecido e garantir a eles direitos que preservem sua cidadania e dignidade é uma forma de fazer isso.

Creio que, naquilo que diz respeito aos taxistas, por exemplo, podemos avançar.

De que forma?

Através da aprovação do PLS 289 de 2006, de minha autoria, que propõe estender ao motorista de táxi o direito à aposentadoria especial, considerando como prejudicial à saúde o exercício continuado dessa atividade por um período superior a 25 anos.

Creio que as pessoas não pensam muito a respeito do stress que ronda a vida desses trabalhadores.

Uma vida de corre prá lá, corre prá cá. Uma vida cercada pelo imprevisível.

Eles estão sempre em meio a esse trânsito louco que tem invadido as ruas. Poluição do ar, buzinas, calor intenso, cortadas bruscas, engarrafamentos quilométricos e por aí vai.

E tem ainda aqueles passageiros que reclamam do trânsito, que pedem para avançar o sinal, que de 2 em 2 segundos repetem que estão atrasados para o compromisso marcado.

Entre as inúmeras histórias vividas, estão também aquelas de terror. Aquelas que contam sobre assaltos e violência, sobre assassinatos estúpidos e sobre a família que fica em casa à espera.

Quantos casos de assalto com morte de taxistas são noticiados regularmente? Como eles dizem, não basta olhar prá pessoa para ter certeza de que ela não está mal intencionada. Passageiro é passageiro e fica muito difícil recusar corrida sem que a pessoa se sinta ofendida.

A minha capital gaúcha, Porto Alegre, está cheia de histórias envolvendo taxistas. Nós temos uma frota de taxis que ultrapassa em muito o mínimo recomendado para que uma cidade esteja bem abastecida de taxistas.

O ponto da Rodoviária, por exemplo, é o maior da América Latina. E é mesmo uma coisa incrível de se ver. São inúmeros carros disponíveis e uma organização de dar gosto.

Eu tenho o maior respeito pela profissão. Creio que é preciso ter paciência e coragem para seu desempenho. Deve ser muito estressante.

O projeto está sendo apreciado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado onde tem como relatora a vice-Presidente desta Casa, Senadora Marta Suplicy.

Não tenho a menor dúvida de que a categoria faz jus à aposentadoria especial e defendo esse direito pois, como já disse antes, é uma proposta justa, constitucional e urgente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como terceiro assunto, digo que foi com alegria que recebemos na Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa a visita do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, o senhor António Guterres.

António Guterres tornou-se Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados em 15 de junho de 2005, sucedendo Ruud Lubbers, dos Países Baixos.

Ex-Primeiro Ministro de Portugal, foi eleito pela Assembléia Geral das Nações Unidas para um mandato de cinco anos e é o décimo Alto Comissário da agência da ONU para refugiados.

António Guterres dirige uma das principais agências humanitárias do mundo, a ACNUR recebeu duas vezes o Prêmio Nobel da Paz e possui uma equipe de 6.600 funcionários em mais de 110 países, fornecendo proteção e assistência a cerca de 34 milhões de refugiados e outras pessoas sob seu mandato.

Antes de se tornar Alto Comissário do ACNUR, António Guterres trabalhou, por mais de 20 anos, para o Governo e o serviço público de Portugal.

Foi Primeiro Ministro do país de 1996 a 2002 e, durante seu mandato, liderou o esforço internacional para solucionar a crise no Timor Leste.

Como presidente do Conselho Europeu em 2000, co-presidiu a primeira cúpula Europa-África e conduziu a adoção da chamada "Agenda de Lisboa". Fundou também o Conselho Português para os Refugiados em 1991 e integrou o Conselho de Estado de 1991 a 2002.

O trabalho do Alto Comissariado tem sido intenso. Apoio à repatriação voluntária, defesa da inserção social, econômica e cultural no país do refúgio e garantia dos direitos individuais são algumas das ações do ACNUR no Brasil e ao redor do mundo.

Meus colegas de Tribuna, quando recebi, em meu gabinete, o senhor Andre Ramires, representante do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil, para comunicar a visita oficial do Alto Comissário ao Brasil, logo sugeri que, dada a importância da proteção e apoio a questão dos refugiados em todo o mundo, realizássemos uma Audiência Pública para que todo o país, através da TV Senado e da Rádio Senado, tivessem ciência da atuação da ACNUR.

Quero lembrá-los de que, no cenário internacional, o Brasil tem assumido, cada vez mais, um papel de destaque na defesa dos direitos humanos e da democracia.

O Governo Brasileiro reconhece através da lei 9474/97 mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951.

Segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados, ligado ao Ministério da Justiça, o Brasil abriga 4.432 refugiados de 77 nacionalidades.

Antes de ser ouvido o Alto Comissário, partilhamos com ele que a Comissão de Direitos Humanos e

Legislação Participativa do Senado trabalha no sentido de dar palco a quem não tem palco. Promover dignidade a quem não tem direitos sociais e individuais assegurados de fato.

Salientamos que, à CDH compete, entre outras atribuições: a garantia e promoção dos direitos humanos; direitos da mulher; proteção à família; proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências; e de proteção à infância, à juventude e aos idosos; fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos humanos, aos direitos da mulher; aos direitos das minorias sociais ou étnicas, aos direitos dos estrangeiros, à proteção e integração das pessoas portadoras de deficiência e à proteção à infância, à juventude e aos idosos.

Logo a seguir a sessão teve início e, conforme imaginávamos, a reunião foi muito positiva.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, como último assunto, gostaria de registrar neste momento milhares de trabalhadores representando centrais sindicais, confederações, federações, sindicatos de base e o Fórum Sindical dos Trabalhadores estão no centro de São Paulo reunidos em uma grande manifestação para reivindicar uma série da "bandeiras de luta" de garantia de direitos adquiridos e de novas conquistas a serem alcançadas.

Esta mobilização faz parte de uma série de outras já realizadas nos estados federados.

O movimento sindical brasileiro exige a redução da jornada de trabalho, das atuais 44 horas semanais para 40 horas, sem redução salarial; o fim do famigerado fator previdenciário; regularização da terceirização para que sejam garantidos benefícios iguais para todos trabalhadores; regulamentação das convenções 151 (servidores públicos) e 158 (contra demissão imotivada) da OIT (Organização Internacional do Trabalho); reforma agrária e urbana; 10% do PIB para educação; redução dos juros e distribuição de renda.

Informo também que nos dias 9, 10 e 11 de agosto o movimento sindical brasileiro, dentro dos princípios assegurados pela Constituição, realizarão outro grande ato, agora aqui na capital federal, Brasília.

Sr. Presidente, é como digo: a vitória só é alcançada com muita luta e perseverança. É com a batida dos tambores nas ruas e avenidas do nosso Brasil que os avanços sociais e trabalhistas serão assegurados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a sessão e convocada outra para amanhã, no horário regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 19, DE 2011***(Proveniente da Medida Provisória nº 529, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2011, que altera os arts. 21 e 24 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera arts 16, 29, 72 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente, modificar a regra de cálculo do auxílio-doença e determinar o pagamento do salário maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera o art. 20 e acrescenta o art. 21-A à Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 968, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual. (proveniente da Medida Provisória nº 529, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia 13-7-2011)

Relator revisor: Senador Armando Monteiro

(Sobrestando a pauta a partir de: 23-5-2011)

Prazo final prorrogado: 18-8-2011

2**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR***(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei

Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR***(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

(Pendente de:

- leitura do parecer da CCJ;
- emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

4**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010***(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

(Pendente de:

- leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;
- emissão de parecer da CRE.)

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2010*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 801, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 (nº 29/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Bornhausen), que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

(Pendente de emissão de pareceres da CCJ, CAE, CE, CMA e CCT.)

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 180, DE 2011***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 685, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2011.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

8

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organi-

zações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Parecer sob nº 231, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: "ad hoc" Senador Paulo Paim, CDH)

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2011**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que estabelece a obrigatoriedade da aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

Parecer sob nº 592, de 2011, da Comissão Diretora, Relatora: Vanessa Grazziotin, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: Senador Gim Argello, CRE)

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007 (nº 7.711/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

Parecer favorável, sob nº 1, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 102, de 2007 (nº 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que altera o art. 6º da *Consolidação das Leis do Trabalho*, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Constituição de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2011 (nº 7.621/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 548, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2011 (nº 7.623/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tri-

bunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 608, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2011 (nº 7.625/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 671, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2011 (nº 7.574/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 672, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2011 (nº 7.576/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 673, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Amorim.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276, de 2008 e 2.340, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica.

Parecer sob nº 525, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Paulo Bauer, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 122, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2011 (nº 2.548/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação

Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.

Parecer favorável, sob nº 674, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Ana Amélia.

22

REQUERIMENTO Nº 1108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

23

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, solicitando a constituição de uma Comissão composta por sete juristas para, no prazo de cento e oitenta dias, elaborar projeto de Código Penal adequado aos ditames da Constituição de 1988 e às novas exigências de uma sociedade complexa e de risco.

24

REQUERIMENTO Nº 777, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 777, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011, por regularem matéria correlata (adaptação de veículos automotores para pessoas com deficiência física).

25

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (altera o Estatuto da Cidade).

26**REQUERIMENTO Nº 784, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 2011, do Senador Wellington Dias, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (equoterapia para pessoa com deficiência).*

27**REQUERIMENTO Nº 785, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 785, de 2011, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

28**REQUERIMENTO Nº 812, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 812, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (criação do Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos).*

29**REQUERIMENTO Nº 828, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 828, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2007, com os Projetos de Lei do Senado nºs 16, de 2009; 65 e 99, de 2010, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (programas governamentais para áreas urbanas de risco).*

30**REQUERIMENTO Nº 829, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 829, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 420, de 2005; 315 e 316, de 2008, que tramitam em conjunto, além das Comis-*

sões constantes dos despachos iniciais, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (restrições ao uso de produtos de tabaco).

31**REQUERIMENTO Nº 835, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 835, de 2011, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 16, de 2008, e 340, de 2011, por regularem matérias correlatas (rateio e resarcimento ao SUS dos recursos oriundos do DPVAT).*

32**REQUERIMENTO Nº 836, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2011, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (ausência do trabalhador que necessite acompanhar filho enfermo).*

33**REQUERIMENTO Nº 837, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 837, de 2011, do Senador Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (profissão de Bombeiro Civil).*

34**REQUERIMENTO Nº 837-A, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 837-A, de 2011, do Senador Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

35**REQUERIMENTO Nº 838, DE 2011**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 838, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, so-

licitando voto de aplauso e louvor ao Dr. José Graziano da Silva, por haver sido eleito para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO.

36

REQUERIMENTO Nº 846, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 846, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 4, 589 e 590, de 2007; 174, 181, 240, 449 e 463, de 2008; 45, 277, 305, 347 e 380, de 2009; 160 e 197, de 2010, a fim de que tenha tramitação autônoma (redução do IPI sobre reciclagem).*

37

REQUERIMENTO Nº 854, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 854, de 2009, do Senador Lindber-

gh Farias, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 108, de 2007; e 295, de 2008, a fim de que tenham tramitação autônoma (investimentos em saneamento básico).*

38

REQUERIMENTO Nº 909, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 909, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de aplauso à República Francesa, por sua data nacional, 14 de julho, cuja origem é a queda da Bastilha.*

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 58 minutos.)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emenda

AO

**PROJETO DE LEI
N.º 16, de 2011**

**MENSAGEM
N.º 00061/2011 – CN
(Nº 00238/2011, na origem)**

Ementa: "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010."

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00001****PL 016/2011-CN****Mensagem 0061/2011-CN**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 16 / 2011 - CNPÁGINA
DE

TEXTO

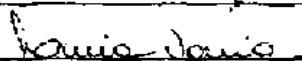
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 14 da Lei 11.653, de 7 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Caberá ao Poder Executivo enviar ao Congresso Nacional relatório semestral de avaliação das ações do PAC e respectivas metas consolidadas, bem como os resultados de sua implementação e execução física, orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, e o estágio das ações monitoradas." (NR)

A presente emenda visa complementar o Art. 14 da Lei 11.653, de 7 de abril de 2008, "Art. 14. O Órgão Central de Planejamento e Orçamento Federal processará o cadastramento dos empreendimentos do PAC e o monitoramento das execuções física, orçamentária e financeira de cada empreendimento." Ora se o Art. 14 prevê que o Órgão Central de Planejamento e Orçamento Federal fará o monitoramento da execução física juntamente com a execução orçamentária e financeira e o § 2º só prevê demonstrativos da execução orçamentária e financeira, então se conclui que o monitoramento supracitado no art. 14 se torna inútil. Por tanto esta emenda visa complementar o § 2º do Art. 14, dando efetividade no que diz respeito ao monitoramento das execuções físicas das obras no âmbito do PAC. A presente emenda também possui o fito de dar publicidade à execução física das obras do PAC, que muitas vezes se apresentam descompassadas com a execução orçamentária e financeira dos programas de trabalho correspondentes.

JUSTIFICAÇÃO

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
<u>2021</u>	<u>Senadora Lúcia Vânia</u>		<u>GO</u>	<u>PSDB</u>
DATA	ASSINATURA			
<u>11/07/2011</u>				

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Artigos 13, 40 e 43, I do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
319-M	Flexa Ribeiro	40	03.08	Atividade Parlamentar
320-M	João Durval	43, I	13 e 14.07	Licença Saúde
321-M	Jorge Viana	13	04.08	Atividade Parlamentar
322-M	Eduardo Amorim	13	04.08	Atividade Parlamentar
323-M	Aloysio Nunes Ferreira	43, I	13 e 14.07	Licença Saúde
324-M	Cícero Lucena	13	03 e 04.08	Atividade Parlamentar

**Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
03/08/2011
quarta-feira**

- 11h Recebe o Senhor Celso Lisboa de Lacerda, presidente do INCRA**
Salão Sala de Audiências
- 11h30 Recebe o Senhor António Manuel de Oliveira Guterres, Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados**
Sala de Audiências
- 16h Ordem do Dia**
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)⁽⁵⁾

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁶⁾	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁵⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁵⁾
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽⁵⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(7,8)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁰⁾	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽³⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
5. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Anibal Diniz (PT) (2)

Senador Jorge Viana (PT) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)

Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁵⁾

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁷⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário
o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de 12 meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Braga, aprovado em 25.05.2011)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 31.05.2011)

Número de membros: 3

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ⁽¹²⁾	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

Instalação: 26/04/2011

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Marta Suplicy (PT)

1. Acir Gurgacz (PDT)

José Pimentel (PT)

2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Eduardo Braga (PMDB)

1. Romero Jucá (PMDB)

Luiz Henrique (PMDB)

2. Armando Monteiro (PTB)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁴⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽²⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽¹⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
2. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
3. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
4. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,17,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Oficio nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
- 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
- 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
VAGO (12)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (13)	6. Eduardo Amorim (PSC) (9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) (1)	1. João Vicente Claudino (2)
PSOL	
Randolfe Rodrigues (5)	1. Lindbergh Farias (PT) (5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽³⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(5,9)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
- *****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
 5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
 7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
 8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
 10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
 12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
 13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. N° 269/11-CDH).

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
VAGO ⁽⁶⁾	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Notas:

*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcidio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	4. VAGO ^(3,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,7)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. VAGO ⁽⁸⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ⁽⁹⁾
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

- *. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

Designação: 14/06/2011

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

VAGO (2)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
-------------------------	-------------------------

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpíada e Paraolímpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
VAGO (12)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (13)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,14)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) (7)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (6)
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 14.07.2011, o Senador Redirario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplementares

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ⁽⁷⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 14.07.2011, o Senador Rededitario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 27/06/2011

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾

PP

Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾

PPS

PMNSérgio Petecão (AC) ⁽²⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾**Atualização:** 14/07/2011**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, em substituição ao Senador Ivo Cassol, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁵⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁹⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 25/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC)⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC)⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO)⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF)⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG)⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI)⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF)⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA)⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM)⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ)⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE)⁽⁴⁾

PPS

PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 Fax:(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	
Reinaldo Azambuja	
Sergio Guerra	
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	
Mandetta	
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	José Agripino (DEM)
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.07.2011)

1- Designados pelo Ato nº 1 do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 13 de julho de 2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

- 1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.
- 2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Secretaria Especial de Editoração e Publicações
SENADO FEDERAL

Edição de hoje: 198 páginas

OS: 2011/13886